

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZ:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, pelas dezasseis horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Secretariado pelos Senhores António Luís da Fonseca e Grifo – Segundo Secretário e Miguel Mendes da Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Regimento da Assembleia Municipal – Aprovação;* =====

===== **Ponto dois:** *Votação das actas nºs 3 e 4;* =====

===== **Ponto três:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto quatro:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município/ 2009;* =====

===== **Ponto cinco:** *Certificação legal das Contas do Município - Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto seis:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2009 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Apreciação do Inventário de 2009 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, do Município;* =====

===== **Ponto oito:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2010;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, para a realização do “2.º Memorial Bruno Neves” – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis,*

relativamente às despesas não elegíveis no âmbito do Projecto de Animação da Quadra Natalícia de 2009, para a promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis – Autorização; =====

*===== **Ponto onze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, para participação financeira no âmbito da candidatura MODCOM C (Anos 2010/2011) – Autorização; =====*

*===== **Ponto doze:** Protocolo de colaboração com o “Centro de Estudos de Direito do Consumo”, adstrito à APDC – Associação Portuguesa de Direito do Consumo – Autorização/Ratificação; =====*

*===== **Ponto treze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Banda de Música de Loureiro, com vista à realização da “10ª MasterClass de Fagote”, de 29 de Março a 2 de Abril do ano corrente, em Loureiro – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados; =====*

*===== **Ponto catorze:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com o Centro Infantil de S. Roque – Autorização/ Ratificação; =====*

*===== **Ponto quinze:** Protocolo de parceria entre o Município de Oliveira de Azeméis e a empresa C2E – Conceção e Comercialização de Espectáculos, Lda., com vista à apresentação do espectáculo de Teatro Revista à Portuguesa denominado “É SÓ RIR” (versão Tournée) – Autorização; =====*

*===== **Ponto dezasseis:** Biblioteca Municipal Ferreira de Castro – Alteração da Norma Transitória Reguladora – Funcionamento Geral – Aprovação; =====*

*===== **Ponto dezassete:** Alteração das taxas de ocupação do domínio público previstas na tabela anexa ao Regulamento de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais – Aprovação definitiva; =====*

*===== **Ponto dezoito:** Fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-infância do Concelho para o ano lectivo 2010/2011 – Repartição de encargos orçamentais, em mais do que um ano económico – Autorização; =====*

*===== **Ponto dezanove:** Proposta de estabelecimento de prioridade de circulação em Santo António, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== **Ponto vinte:** *Proposta de prioridade de circulação na Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, entre Oliveira de Azeméis e Santiago de Riba-Ul – Aprovação; =====*

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== **Ponto vinte e dois:** *Proposta de colocação de sinal de Via Pública sem Saída na Rua Aurélio Pinho Costa, freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação; =====*

===== **Ponto vinte e três:** *Autorização de local para Cargas e Descargas em Bustelo, freguesia de S. Roque; =====*

===== **Ponto vinte e quatro:** *Designação de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. =====*

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: =====***

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Helga Alexandra Freire Correia, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, José Alves da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel Pinho Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva. =*

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões. =====*

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva. =====*

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva. =====*

===== **Ausência dos Membros:** *Ramiro Pereira Alves Rosa, Ana Lúcia Nunes de Sousa e José António Domingues Marques Lourenço.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves e Marco António Guimarães de Castro Azevedo, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Francisco Borges de Almeida Alves, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:* =====

===== *Muito boa tarde. Em primeiro lugar, queria agradecer-vos porque esta Assembleia vai começar mesmo às quatro horas e um minuto como estava marcado. Quero agradecer o esforço de todos por estarem aqui presentes, principalmente ao Grupo Parlamentar do CDS porque realmente é um exemplo nesta matéria, não só pela assiduidade mas também pelo cumprimento exacto da hora. Posto isto, e já que é uma Assembleia Municipal com vinte e quatro pontos, eu pedia aos respectivos Grupos Parlamentares que tivessem a noção de que o “Período de Antes da Ordem do Dia” é de sessenta minutos e uma certa contenção, porque prevê-se que seja uma Assembleia viva, mas uma Assembleia com contenção, até para não ser tão exaustiva porque são vinte e quatro pontos. Eu pedia a todos que realmente se concentrassem naquilo que é fundamental e deixassem o acessório para outra oportunidade. Eu tenho aqui várias propostas.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de pesar: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Veterano da União Desportiva Oliveirense, Celestino Valente. Assim, o PSD apresenta cumprimentos de pesar à família e propõe um minuto de silêncio.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Veterano da União Desportiva Oliveirense Celestino Valente, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de pesar: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia, residente no lugar da Giesteira, na freguesia de Santiago de Riba-Ul, João Ferreira da Silva, que dedicou vinte e dois anos da sua vida ao serviço da Misericórdia Oliveirense. Assim, o PSD apresenta cumprimentos de pesar à família e propõe um minuto de silêncio.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia João Ferreira da Silva, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD, apresentou o seguinte voto de louvor: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de louvor à Banda Musical “Trocopasso” pela classificação conseguida na 46ª edição do Festival da Canção 2010 e por divulgar o nome do concelho.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor à Banda Musical “Trocopasso”, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PS, apresentou o seguinte voto de louvor: “Os elementos da Bancada do PS na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis exprimem o seu reconhecimento pela acção desenvolvida pelo Projecto “Limpar Portugal”, no passado dia 20 de Março, cujo resultado saldou-se num êxito de participação – a maior no conjunto de municípios do Distrito de Aveiro – e na erradicação de cerca de 90% dos pontos críticos mapeados. É de salientar o envolvimento de quase 1280 voluntários – de todas as 19 freguesias do concelho – que desenvolveram acções em 206 lixeiras de pequena, média e grande dimensão, num esforço notável de mobilização nunca visto entre nós. O nosso concelho mostrou, uma vez mais, o seu espírito empreendedor e a sua bolsa de voluntariado sempre pronta a servir. Todos os Oliveirenses que participaram ajudaram a fazer história, juntando-se aos cerca de 100 mil voluntários em todo o País que recolheram, em nome da iniciativa “Limpar Portugal”, mais de 50 mil toneladas de lixo do espaço florestal. O Grupo Parlamentar do PS não pode deixar de apelar ao Executivo Camarário, no sentido de ser mais vigilante e fazer deste trabalho - coordenado e de forma meticolosa - a rampa de lançamento para um plano que torne o Município de Oliveira de Azeméis mais limpo, saudável e atractivo. Mais do que um reconhecimento é um justíssimo voto de louvor a toda a equipa coordenadora concelhia deste grande projecto.”* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor à equipa coordenadora concelhia do projecto “Limpar Portugal”, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====*

===== *O Grupo Parlamentar do PS, apresentou o seguinte voto de congratulação: “A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, vem nos termos Regimentais aplicáveis, propor um voto de congratulação pela nomeação para Governador do Banco de Portugal do Dr. Carlos Costa, ilustre Oliveirense, nascido na freguesia de Cesar. O Dr. Carlos Costa fez os seus estudos secundários na Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis, hoje Escola Soares de Basto, tendo continuado os seus estudos na Faculdade de Economia do Porto. Com uma brilhante carreira na Banca, e nos meios académicos, o Dr. Carlos Costa irá exercer um dos cargos mais importantes dentro do aparelho de Estado, o que certamente honra o próprio, Oliveira de Azeméis e todos os Oliveirenses.” =====*

===== *Colocado à votação o voto de congratulação pela nomeação para Governador do Banco de Portugal do Dr. Carlos Costa, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====*

===== *As Bancadas do PSD, PS e CDS/PP, apresentaram o seguinte voto de congratulação: “As Bancadas do PSD, PS e CDS/PP propõem a aprovação de um voto de congratulação pela nomeação do Professor Doutor Costa Leite, ilustre Oliveirense, para Vice-Reitor da Universidade de Aveiro.” =====*

===== *Colocado à votação o voto de congratulação pela nomeação para Vice-Reitor da Universidade de Aveiro do Professor Doutor Costa Leite, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====*

=====**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)**====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====*

===== *Muito boa tarde a todos. O proprietário de “A Voz de Azeméis” faleceu. No Hospital Eduardo Santos Silva, em Vila Nova de Gaia, onde se encontrava internado na sequência de uma intervenção cirúrgica, faleceu, no sábado dia 3 de Abril, Aníbal Oliveira Araújo. Em 1986, adquiriu o jornal “A Voz de Azeméis”. Com uma particular abordagem da emigração e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, o jornal, entretanto com*

gráfica própria, passaria de quinzenal a semanário. Aníbal Araújo fundaria ainda a revista “Portugal”, focada na mesma temática e que esteve na origem da atribuição, durante vários anos, do Prémio Prestígio e Dedicção às Comunidades Portuguesas, distinguindo emigrantes Oliveirenses e não só, que, de algum modo, haviam prestigiado a sua terra no estrangeiro. “A Voz de Azeméis” e “Revista Portugal” interromperam recentemente a publicação. Fundaria ainda o jornal “Tribuna Press”, em Ovar, e o “Notícias de Cambra”, assumindo mais a posse da “Voz de Cambra”. Fez parte ainda do grupo de fundadores da UNIR, Associação de Jornais Regionais, a cuja direcção presidiu. Em Oliveira de Azeméis, incorporou os corpos gerentes de várias associações e colectividades. A sua particular atenção pelos problemas das comunidades portuguesas mereceu-lhe várias distinções das Repúblicas do Brasil e da Venezuela. A República Portuguesa agraciou-o com a Comenda da Ordem de Mérito. Nas Eleições Legislativas de 2005, Aníbal Araújo fez uma incursão na actividade política, encabeçando a lista do Partido Socialista ao Círculo de Fora da Europa. A morte, cruel e inesperada, surpreendeu Aníbal Araújo no vigor dos seus 57 anos. Assim, o PSD apresenta cumprimentos de pesar à família e propõe que seja atribuído o nome de Comendador Aníbal Araújo a uma rua em Oliveira de Azeméis e também propõe um minuto de silêncio. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Raquel Teixeira, do PS. =====

===== Boa tarde Senhor Presidente, boa tarde a todos. Na minha qualidade de jovem Oliveirense, venho por este meio solicitar esclarecimentos relativamente a uma situação, que passo a expor: como certamente é do seu conhecimento, entrou em vigor no dia 19 de Fevereiro de 2009 a Lei n.º 8/2009, que estabelece o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude. O Conselho Municipal de Juventude criado no Município de Oliveira de Azeméis nunca reuniu nos últimos quatro anos. A presente Legislação obriga os Municípios a adaptarem os seus Conselhos Municipais de Juventude à actual legislação, no prazo de seis meses após a sua publicação. O nosso Município encontra-se, portanto, em situação de incumprimento da Legislação, agravada pelo facto da legislação presente, no seu artigo 7º, definir que compete aos Conselhos Municipais de Juventude emitir pareceres obrigatórios sobre as seguintes matérias: linhas de orientação geral da política municipal para a Juventude constantes no Plano Plurianual de Actividades; Orçamento Municipal no que respeita às dotações afectadas às políticas de Juventude e às políticas sectoriais com estas conexas e projectos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que respeitem a políticas de juventude, entre outros. Por estar em causa a defesa dos interesses dos jovens Oliveirenses e porque a manutenção desta situação impede que este Conselho Municipal da Juventude participe, influencie as tomadas de decisão camarárias, pretende-se que o Executivo esclareça as seguintes questões: Por que motivo, estando formalmente constituído, o Conselho Municipal de Juventude nunca reuniu no nosso concelho? Pode a Câmara Municipal garantir

um prazo para que o Município passe a ter este Conselho Municipal verdadeiramente activo, pois estando constituído no papel, mas inactivo no desempenho de funções, todos sabemos que de nada serve? Atendendo à importância do papel que este Conselho Municipal da Juventude desempenhará na dinamização dos jovens Oliveirenses, pode funcionar como alavanca para a criação da Casa Municipal da Juventude e neste sentido vimos então sugerir que o Executivo Camarário avalie a possibilidade de afectar o actual espaço ocupado pelo Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, logo que possível, à criação da Casa Municipal de Juventude. Além da excelente localização que certamente conhece, perto dos estabelecimentos de ensino, biblioteca e parques desportivos, este é um edifício que ficará para a Autarquia, aquando da abertura do novo Centro de Saúde, o que evita encargos com o pagamento de rendas a terceiros. Sugerimos ainda que se adopte uma medida de gestão absolutamente racional, que consiste em transferir a Loja Ponto Já para o mesmo edifício, eliminando as actuais despesas com o arrendamento do espaço, verbas que poderão ser aplicadas em políticas de juventude. Estas sugestões serão traduzidas em proposta concreta pelos Vereadores do PS, com sede no Executivo Camarário. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. O CDS vai voltar a falar de outro assunto que tem a ver com o nosso Comércio Tradicional. Achamos que seria importante a colocação de passadeiras nas zonas pedonais, mais propriamente na zona em que a circulação automóvel atravessa esta artéria, sabemos que é uma zona que atrai muita gente ou que deveria atrair. Caso não vos pareça muito próprio pintar a artéria propúnhamos sinaléticas verticais que dêem prioridades aos peões nesta zona, nem sempre os carros abrandam quando vêem peões a circular nessa área. Ainda relativamente às zonas pedonais, vemos que existe um crescente abuso por parte dos automobilistas na utilização destas artérias, seria de propor medidas que controlassem melhor este tipo de situações. Ainda neste âmbito, vínhamos propor um aumento de policiamento desta artéria, caso seja possível, no período nocturno, para garantir a segurança dos transeuntes e dos lojistas, pois o tempo já convida a passeios nocturnos e deste modo a autarquia promoverá a segurança dos seus concidadãos, incentivando-os a circular mais por esta zona da cidade. O segundo ponto que nos trás, o CDS como nós todos, está muito preocupado com a situação financeira do nosso concelho e surgiu uma situação que nos veio preocupar pelo rigor na afectação das verbas da autarquia. Veio a público a notícia que a Autarquia Oliveirense decidiu contratar para apoio à Presidência da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a equipa de consultores de comunicação F5C já bem conhecida de nós todos. O contrato entre a Autarquia e a Consultora publicado oficialmente é de € 48.000 (quarenta e oito mil euros) para o período de um ano. Sabemos que o Presidente assumiu o Pelouro de Comunicação e Imagem e parece que não prescindiu deste apoio, já seu aliado

noutros momentos. O CDS questiona se a Câmara Municipal tendo já um gabinete especializado nesta área, agradeço que me corrijam se estiver errado, com três elementos do quadro de pessoal, mais um avençado, se não seriam mais do que suficientes para a tarefa que desempenham. Não estamos a pôr em causa o porquê de ser esta ou outra empresa, não é isso que está em questão, nem nos interessa, nem tão pouco me incomoda que já tenham trabalhado juntos noutros momentos, é natural que quando gostamos de trabalhar com alguém que o chamemos, é sinal de que o trabalho foi bem desempenhado. Quando tanto se fala aqui que a Câmara Municipal deve reduzir custos com o pessoal, com esta medida acreditamos que os custos com este gabinete tenham duplicado. Não seriam os funcionários deste gabinete por si só capazes de dar conta do recado como até aqui têm feito? Ou não o têm feito? O que falta a esta equipa de profissionais que os impeça de cumprir as suas funções com o nível pretendido? Para terminar, venho relembrar algumas situações que a Mesa da Assembleia ainda não nos facultou, que foi o compromisso de nos darem o levantamento da sinalética concelhia do trânsito, desde há uns meses para cá, eu como líder de Bancada ainda não recebi. Já no âmbito da Comissão da Saúde, também solicitamos documentação sobre a situação da saúde no concelho e ainda não recebemos e às vezes seria importante para nós fazermos o trabalho de casa em algumas reuniões de trabalho que tenhamos. Era importante se calhar insistirmos um bocado nessa documentação. Finalmente, fui questionado por um cidadão enquanto Membro da Assembleia, que deveria receber as respostas das interpelações que faz à Mesa. Eu perguntava à Mesa se realmente não é assim, se as pessoas não devem receber a resposta às interpelações que fazem. Eu não soube responder ao cidadão, mas disse que lançaria aqui a questão à Mesa da Assembleia. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, do PSD. =====

===== Gostaria de apresentar aqui dois votos de congratulação. Um deles: “Considerando que recentemente, 27 de Março, o Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos procedeu à inauguração do LAR “VILA NIDA”; Considerando que se trata de uma mais-valia social, que enriquece a Vila de Fajões; Considerando que fica preenchida uma lacuna na área de protecção aos idosos, não só da freguesia de Fajões, mas da região; Considerando que o investimento de cerca de €1.600.000,00, foi eficaz e com grande carinho construído; Considerando o apoio que a instituição teve por parte da nossa Câmara Municipal, bem como do Programa Pares, através da Segurança Social, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de congratulação por mais esta obra de cariz social da freguesia de Fajões.” Já agora, se me permite Senhor Presidente, foi lido aqui há bocadinho e votado um voto de congratulação pela nomeação do Dr. Carlos Costa, eu tinha em nome do PSD uma proposta também para apresentar, se me permitir eu fazia a leitura. É um bocadinho extensa, é extenso o currículo, mas o conteúdo é o mesmo. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Se o conteúdo é o mesmo, penso que já foi tudo dito. Como temos aqui este voto de congratulação ao Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos, vamos proceder à sua votação.* =====

===== *Colocado à votação o voto de congratulação ao Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos, pela inauguração do LAR “VILA NIDA”, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Manuel José Tavares, do PS.* =====

===== *Boa tarde a todos. O Partido Socialista traz a esta Assembleia Municipal o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e também da Rede de Educação Pré-escolar, visto que se este Município manifestou algum pioneirismo ao avançar em relação a este programa, neste momento há alguma estagnação que urge salientar. E pergunta-se, em relação ao Centro de Azagães, segundo julgo saber houve alguns problemas nomeadamente com o projecto deste Centro Escolar que estão ultrapassados, qual o ponto de situação? Pergunta-se também se no próximo ano lectivo, poderemos contar Centros Escolares de Lações e de S. Roque. Muito obrigado.* =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

===== *Uma boa tarde para todos. Senhor Presidente, antes de dar as informações que foram solicitadas, permita-me que aproveite também o momento, porque foi apresentado um voto justíssimo relativamente ao movimento cívico “Limpar Portugal”, acrescentar o seguinte: pena é que infelizmente passadas poucas horas do movimento “Limpar Portugal” ter feito um trabalho extraordinário, existam algumas pessoas que voltem a colocar lixo nos mesmos sítios onde os voluntários andaram a limpar. É triste, em algumas situações é mesmo revoltante e, portanto, acho que o apelo que foi feito quer à cidadania, quer à fiscalização é mais pertinente e por isso mesmo aqui fica este reforço, por um lado de congratulação porque foi um movimento fantástico, fez um trabalho extraordinário, fez um trabalho de levantamento das situações e depois fez um trabalho da própria recolha. Tivemos para além das pessoas um conjunto significativo de empresas, nomeadamente na área do ambiente, que manifestaram também disponibilidade e colaboraram connosco, desde quem tem responsabilidade na estação de tratamento, nomeadamente a ERSUC, com o aterro a funcionar a horas, depois até assumir responsabilidade no transporte de alguns desses materiais sem custos e neste caso a empresa*

também que tem a responsabilidade de fazer a limpeza no concelho, a SUMA. Foi um movimento extraordinário, fantástico, pena é que infelizmente algumas pessoas, espero que cada vez menos e que essas pessoas tenham a noção clara do mal que fazem, para que essas situações possam ser abandonados. Nós já discutimos isto em reunião do Executivo e já fizemos saber aos serviços de fiscalização da Câmara Municipal e não só, porque há outras brigadas do Ambiente, nomeadamente a GNR, que actuem com eficácia e sem qualquer tipo de tolerância, porque estas matérias não devem ter qualquer tipo de tolerância. Relativamente à intervenção do Senhor José Francisco Oliveira, sobre a proposta que foi apresentada do voto de pesar e atribuição de uma rua, dar uma sugestão à Comissão de Toponímia sobre uma rua para o Comendador Aníbal Oliveira Araújo, essa matéria já foi também discutida em reunião de Executivo, foi até uma proposta também do Partido Socialista que foi feita, foi aprovada por unanimidade e, portanto, dar nota que obviamente a Câmara Municipal se associa ao voto de pesar que aqui foi aprovado, a todos os votos de pesar, mas este em particular pela proposta em si, de fazer parte da toponímia da cidade de Oliveira de Azeméis, o Comendador Aníbal Oliveira Araújo. Relativamente à questão levantada pela Senhora Deputada Ana Raquel Teixeira, deixe-me dizer-lhe o seguinte: como é evidente não queremos estar fora da Lei em nenhuma circunstância, temos que adaptar a nossa Comissão Municipal de Juventude à nova legislação e isso ainda não foi feito, temos que fazê-lo num curto espaço de tempo, mas eu preocupava-me mais se não houvesse política de Juventude, ou seja, é verdade que estamos em incumprimento em relação à Comissão Municipal de Juventude, mas esta semana e é um bom exemplo da forma como se tem animado e criado eventos para a Juventude de Oliveira de Azeméis e não só, não só relativamente à Queima das Fitas da Escola Superior de Enfermagem que está em curso, desde a Serenata ao Festival de Tunas, ao Cortejo Académico, ao concerto que aí vem no fim-de-semana. Ainda há poucos minutos tivemos oportunidade e estão aqui algumas pessoas que estiveram lá, de uma vez mais chamarmos a Juventude para as outras situações, neste caso concreto em termos de formação sobre matérias que dizem respeito à publicidade, à comunicação, à imagem, a decorrer aqui ao lado, no auditório da Escola Soares de Basto, relativamente a matérias de publicidade que dizem muito à Juventude e estava a ser uma sessão extraordinariamente interessante e participada pelos próprios jovens. Mas dizer-lhe, Senhora Deputada, que não há nenhuma razão especial para que o Conselho Municipal de Juventude não esteja a trabalhar, mas também não vou estar aqui a arranjar nenhuma desculpa, vamos evidentemente colocá-lo imediatamente em funções e trabalhar em parceria porque é muito importante, e cada vez mais, criarmos condições para que os nossos jovens tenham oportunidades e tenham uma política de juventude coerente com aquelas que são as necessidades do nosso concelho. Dizer-lhe também que a proposta que fez, ela não é original relativamente à Casa da Juventude. A intenção do Executivo é dar-lhe outro nome, é chamar-lhe Fórum da Juventude e a partir do momento que o Centro de Saúde se desloque, como esperamos e como temos o compromisso da ARS do Norte, que durante o ano 2010 o Centro de Saúde vai lá para cima. As obras estão a andar em bom ritmo, logicamente que de seguida se inicia a

transformação daquele espaço num espaço a pensar para a Juventude e a ideia que temos é de lhe chamar fórum da juventude e não casa. Seguramente que a Senhora Deputada não fica chateada por lhe chamarmos fórum, o que quer é que aquilo esteja aberto e que aquilo que esteja ao serviço da juventude, é o que nós queremos independentemente do nome. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Miguel Portela, sobre a questão das zonas pedonais, do policiamento, do comércio tradicional, isto é matéria de todas as Assembleias Municipais. Dizer-lhe que eu esta semana, mais concretamente na quarta-feira, reuni-me com o Senhor Tenente Coronel Esteves e com o Senhor Major Couto que são quer o responsável máximo, quer o segundo responsável pela GNR, como sabe o concelho de Oliveira de Azeméis tem postos em Cesar, Cucujães e em Oliveira de Azeméis, mas é um concelho que é todo tratado pela GNR e fiz-lhe sentir a necessidade de termos mais efectivos na rua, a fazerem um trabalho de policiamento, transmitindo uma imagem de segurança e também ter uma atitude preventiva, que muitas vezes é essencial em detrimento de uma atitude punitiva que às vezes é a mais fácil. O problema é um problema mais global por parte da GNR, que tem falta de efectivos, mas a garantia que me foi dada pelo Senhor Tenente Coronel Esteves é que estavam a ponderar a colocação de mais efectivos para o posto, neste caso o posto de Oliveira de Azeméis. Quanto aos exemplos de cidadania, da utilização por viaturas da zona pedonal, é evidente que muitas vezes, Senhor Deputado permita-me este desabafo, eu também já vi várias vezes o jeep da GNR a andar na zona pedonal, não sei se vai em serviço, se o que é que vai fazer. Choca-me um bocadinho. Deixe-me dizer-lhe também que já vi carros da Câmara a fazer isso e que se for ver nos serviços, é feita logo uma chamada de atenção pela matrícula do carro que está na zona pedonal, porque acho que devemos dar o exemplo, neste caso os carros da Câmara Municipal e também os carros das forças de autoridade, neste caso concreto da GNR. E mesmo a utilização às vezes é feita, e eu agora que estou ali a todos os dias e a toda a hora, a velocidades que são preocupantes, as pessoas andam ali como se andassem numa via rápida e aquilo é uma zona pedonal. E eu continuo a defender que seja uma zona pedonal. E aproveito até esta oportunidade para dar um esclarecimento que o Senhor Deputado solicitou relativamente aos esclarecimentos que são dados aos Municípios que fazem intervenções no período destinado ao público. É nossa obrigação, é nosso dever dar essas explicações, é nosso dever procurar satisfazer as pretensões que aqui são apresentadas e dar os necessários esclarecimentos sobre essa matéria. Mas repare que se nós olharmos para as Actas, em todas as Assembleias Municipais há um Município que cá vem defender a abertura da rua pedonal ao trânsito. Eu acho que não há necessidade de em todas as sessões estar a responder ao Município a dizer “Não”, não é esse o objectivo da Câmara, a Câmara tem outro objectivo. Por muito que nós discutimos, por muito que a pessoa defenda isto, e defende com convicção, nós achamos que é errado e, portanto, não temos que em todas as semanas ou em todas as sessões da Assembleia Municipal responder ao Município a dizer a mesma coisa. Ele tem o direito de vir cá sempre dizer a mesma coisa e nós respeitamos, mas acho que nos podemos poupar a dar permanentemente essa explicação. Por vezes, e por isso é que nós também instituímos aqui um

formulário que o próprio serviço da Assembleia preenche, com as moradas, os contactos das pessoas que fazem intervenções, para logo que seja possível dar essas informações. É uma obrigação que temos e é uma obrigação com gosto. Por vezes não é dada no tempo útil porque é preciso fazer a análise dos processos, há questões que às vezes são mais complicadas, mais pormenorizadas, mas aquilo que o Senhor Deputado pode dizer aos Municípes que o contactarem sobre essa matéria, é um dever e uma obrigação que decorre da Lei e decorre do Regimento da Assembleia Municipal. Quanto à questão que colocou sobre a contratação de uma consultora em termos de comunicação, é verdade, foi contratada uma consultora de comunicação chamada F5C (First Five Consulting) por € 48.000 (quarenta e oito mil euros) durante um ano. E eu espero que o Senhor Deputado possa ao final do ano vir aqui dizer “a Câmara Municipal fez bem em contratar esta agência”, considerá-la um investimento. Registo a sua preocupação, compreendo a sua preocupação, mas gostava que esse balanço fosse feito daqui a um ano. É uma empresa com provas dadas no mercado, que trabalha para vários Ministérios do actual Governo, trabalha com o Governo Regional dos Açores, ou seja, do ponto de vista do currículo da empresa acho que ninguém pode colocar em causa. Relativamente a essa contratação, dizer-lhe que eu espero que daqui a um ano cá esteja para dizer que valeu a pena, pelo menos é essa também a nossa perspectiva relativamente a essa matéria. Quanto à intervenção do Senhor Jorge Paiva, sobre o Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos, nós não podemos deixar de manifestar também aqui o regozijo e a satisfação por mais uma infra-estrutura importante da área social. Estivemos presentes na inauguração, foi um grande momento para a freguesia de Fajões, mas para o concelho de Oliveira de Azeméis e temos em curso muitos outros projectos no âmbito do Programa PARES, no âmbito da Segurança Social, estamos a trabalhar e o nosso concelho ficará seguramente muito bem equipado, será seguramente um dos melhores concelhos do Distrito de Aveiro relativamente aos equipamentos de índole social. Quanto à questão que o Senhor também falou e do voto que foi aprovado pela nomeação do Dr. Carlos Silva e Costa, Governador do Banco de Portugal, hoje mesmo, uma feliz coincidência, estará no nosso concelho, mais concretamente na freguesia de Cesar a fazer uma conferência e se os Senhores Deputados colaborarem, discutindo tudo aquilo que tínhamos a discutir, eu faço a questão de lá ir hoje também em nome de todos nós, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, prestar-lhe uma simples homenagem, para enaltecer esta função e ser um Oliveirense que vai ter esta grande responsabilidade, enorme responsabilidade, eu acho que é uma função difícil de desempenhar nos tempos que correm, a de Governador do Banco de Portugal, mas por isso é que se calhar foi escolhido um Oliveirense, pelo seu ADN e código genético e temos que torcer todos para que ele tenha um excelente mandato, porque se ele tiver um excelente mandato é sinal que o País também está certamente melhor. Quanto à última intervenção que foi feita pelo Senhor Deputado Manuel José Tavares, relativamente às questões da Carta Escolar, do Parque Escolar. Temos agendado nos primeiros quinze dias de Maio uma reunião com o Parque Escolar, para tratar de outros assuntos, mas também com a Comissão de Coordenação da Região Norte e com a Comissão Executiva do MEP, temos

trabalhado na área dos Centros Escolares. Como sabe o Centro Escolar de Azagães está a andar a velocidade de cruzeiro, ou seja, para estar em funções, ao serviço das crianças, dos professores e da comunidade escolar, já no próximo ano lectivo. Passou por peripécias, que não são desejáveis a ninguém, nem nenhuma obra deve ter, aliás já tivemos até que em reunião de Executivo fazer alguns ajustamentos, aquelas coisas que se chamam trabalhos a mais, que são sempre complicadas, pelo menos na nossa perspectiva, mas havia ali erros de concepção do projecto e outras coisas que estão agora a ser corrigidas. Como sabem o empreiteiro faliu e agora a empreitada decorre a bom ritmo. Temos em perspectiva as questões de Lações, de S. Roque, mas há muitos outros em cima da mesa e vamos trabalhar em conjunto com os Autarcas, nomeadamente com os Presidentes de Junta de Freguesia, para poderemos aqui se calhar melhorar radicalmente, transformar radicalmente, o nosso parque escolar. Até porque, Senhor Deputado, o QREN, como sabe, infelizmente está com uma taxa de execução baixa e os projectos que fiquem prontos e vai já perceber também uma forma de aceleração do Centro Escolar de Azagães/Carregosa, os centros que fiquem prontos até ao presente ano lectivo, portanto como vê não é ano civil é ano lectivo, a participação passa de 70% para 80% e, portanto, nós não podíamos desperdiçar esta oportunidade. E também como a taxa de execução, como disse, do QREN é baixa, há um reforço maior de participação e nós estamos atentos a isso, de um memorando de entendimento entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, para as participações aos centros escolares serem maiores do que aquelas que estavam inicialmente previstas. E, portanto, eu acho que é uma oportunidade que não devemos desperdiçar, estamos atentos como lhe disse. Temos em curso também outras transformações, nomeadamente a Escola Soares de Basto, a própria Escola Preparatória Bento Carqueja, as obras que estão a decorrer na Ferreira de Castro, há uma alteração muito grande aqui na cidade, relativamente à questão da transformação da Escola Secundária Soares de Basto. É uma matéria que nos preocupa, mas estamos atentos e vamos trabalhar em conjunto com os Presidentes de Junta de Freguesia para não desperdiçarmos nenhuma oportunidade, sendo certo que com estas alterações de regras, elas são mais benéficas para os Municípios e acho que nós não devemos desperdiçar e aproveitar ao máximo essas possibilidades que este memorando de entendimento nos abriu, entre o Governo e Associação Nacional de Municípios. Para já é tudo Senhor Presidente, muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Xará, do PSD. =====

===== Não é com satisfação, mas é com conhecimento de todos, que Portugal está mergulhado numa crise grave e profunda. Todos os dias assistimos ao tombar, em ritmo de dominó, de empresas, a um aglomerar e um crescimento do desemprego que é altamente contributivo para um flagelo social, que cada vez está mais consolidado no nosso País. Por tudo isto, eu gostaria de falar da realidade do nosso concelho. Acima de tudo, falar da realidade do

nosso concelho, porque acho que é a hora de nós falarmos dos nossos empresários e dos nossos trabalhadores. Comparativamente à realidade do País, acho que nós Oliveirenses devemos fazer crescer a nossa auto-estima, o nosso orgulho, porque efectivamente os nossos indicadores, a nossa realidade, são claramente favoráveis à realidade do País. Temos uma mancha industrial diversificada, temos uma balança comercial claramente positiva, temos um ritmo crescente de exportação, somos líderes nacionais em várias áreas, temos indicadores relativamente a falências e desemprego, como disse atrás, que nos deve dar orgulho. Nada disto quer dizer que estamos imunes ou a passar ao lado da referida crise, mas deve, no meu ponto de vista, fazer-nos reflectir e dar o mérito a quem o tem. E concretamente, e sinceramente, eu acho que o mérito está efectivamente nos grandes empresários, nos grandes trabalhadores, que o concelho de Oliveira de Azeméis tem. E devemos aproveitar este momento para fazer reflexão. Eu pessoalmente, muito sinceramente, acho que nesta área nem tudo sido feito e tudo o que tem sido feito nem sempre tem sido bem feito. Muitas vezes interrogo-me relativamente à configuração actual das zonas industriais ou que nos designamos por zonas industriais. Muitas vezes, todos nós percebemos, sentimos, comentamos, que logo que é identificado um espaço onde possa ser acolhidas unidades fabris, proporcionamos condições à especulação, proporcionamos condições a aproveitamentos que nada são contributos para que realmente possamos alicerçar no ordenamento da infra-estrutura, nas bases de apoio e nas parcerias necessárias, para que efectivamente possamos criar espaços que tenham todos os requisitos, todas as condições para que todos os empresários possam consolidar, possam fazer o seu desenvolvimento, o seu incremento, ter a coragem e ter todo o estímulo e incentivo para andar para a frente. No entanto, há dias, ou seja, ainda recentemente, foi-nos transmitidas novas expectativas, sinais diferentes, através da área de acolhimento empresarial UI/Loureiro, expectativas que nos fazem acreditar num futuro diferente. Senhor Presidente, eu, esta Assembleia e por certo todos os Oliveirenses, queremos saber mais. Por isso, gostaria de saber qual vai ser a estratégia de desenvolvimento económico do Município? De que forma pode esclarecer os Oliveirenses relativamente a esta área de acolhimento empresarial de UI/Loureiro? Quais os objectivos e actividades a desenvolver nessa área? Os nossos e os potenciais empresários, investidores, e os próprios trabalhadores, poderão encontrar neste espaço os apoios e serviços adequados? Iremos ter ordenamento, qualidade ambiental e urbanística, gerida de forma a garantir a qualidade do espaço? Poderemos esperar uma estratégia promocional capaz de assegurar o interesse de um empreendedorismo inovador? Enfim, nós Oliveirenses queremos perceber se os nossos empresários, os nossos trabalhadores, conotados como os melhores, poderão encarar um futuro num palco ao seu nível capaz de lhes estimular e incentivar amanhã ainda a serem melhores. Desejo que tudo se torne numa realidade efectiva e que este passo a concretizar-se seja o primeiro de muitos, que devem e que têm que ser dados por todo o concelho. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Boa tarde. As obras só se tornam efectivas quando cumprem os objectivos que as justificam. Desgarradas disso, tornam-se sugadouros dos parcos recursos, tornam-se inúteis e muitas vezes até mesmo ridículas. Para aqui caminham rapidamente as muito citadas Vias Estruturantes do concelho. Iniciadas há anos, ainda não estruturam até ao momento rigorosamente nada. Para ajudar a compreender a situação e como muitas vezes se é incoerente, recordemos um dos parágrafos que surge em destaque no Orçamento e PPI, estou a citar “os problemas estruturais não se resolvem com medidas avulsas casuísticas, recordo, resolvem-se com erros”. Sem um calendário definido e objectivo de conclusão destas vias, incorremos rapidamente em duas graves situações. Primeiro, ficamos com um retalho de troços de utilidade reduzida e que piora ainda mais o desordenamento gritante do nosso território. Segundo, gastamos um conjunto muitíssimo significativo de recursos financeiros, do qual não tiramos proveito praticamente nenhum. Gastamos para nada. Como sempre, não teremos obra, prejudicaremos fortemente o nosso desenvolvimento e teremos, sem dúvida nenhuma, dívida para pagar. Reconhecer a importância destas vias para o desenvolvimento efectivo do concelho é ser claro na execução dos trabalhos que ainda faltam. Pelo tempo que já não podemos esperar, pela necessidade urgente de vermos terminadas estas obras fundamentais, chega de respostas redondas, de futuros sem data. Senhor Presidente, muito concretamente, que calendário está definido para estas obras? O que avança primeiro e quando? E, por fim, que data de conclusão avança para as Vias Estruturantes?* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Helga Correia, do PSD.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Num mundo globalizado, cada vez mais individualizado, cheio de contrariedades, são muitas das vezes os pequenos gestos que fazem uma grande diferença. No passado dia 13 de Janeiro, o mundo foi surpreendido com a notícia de um terramoto que mudou a vida de milhões de pessoas, ceifando a vida a cem mil pessoas no Haiti. Não muito depois, a 20 de Fevereiro, a pérola do atlântico acorda com fortes chuvas, provocando vários mortos, dezenas de feridos e inúmeros bens materiais destruídos... Ambos estes acontecimentos influenciaram o modo de pensar das pessoas e fizeram com que os Oliveirenses também se mobilizassem. Ambos estes acontecimentos fizeram com que o espírito solidário viesse ao de cima. Gostaria de felicitar a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pela capacidade demonstrada na organização de dois espectáculos solidários: a favor do povo do Haiti como também da população afectada na Ilha da Madeira. Ambos os espectáculos tiveram como principais participantes “prata da casa”, Oliveirenses naturais ou adoptivos, que se propuseram a ajudar esta causa, que em conjunto com a autarquia demonstraram um sentido*

de responsabilidade cívico e social. De louvar a capacidade mobilizadora demonstrada pela autarquia ao envolver grupos musicais, de dança, entre outros, e transformar duas noites em momentos únicos. Não devemos esquecer a participação activa da população que quis dar o seu contributo nestas duas nobres causas. Oliveira de Azeméis, além de outros atributos também é um concelho solidário. A Bancada do PSD felicita a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis por estas duas iniciativas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Tenho a sua autorização, eu queria-vos convidar para uma reflexão sobre a saúde, que vamos realizar em S. Roque. E digo isto, porque estava para ser de hoje a oito dias, mas por dificuldades do Senhor Secretário de Estado tivemos de adiar este encontro para o próximo dia 25 de Junho. É natural que ainda nos possamos encontrar, de qualquer forma como eu tinha dado as expectativas de ser para a semana, peço desculpa, passará a realizar-se no dia 25 de Junho. Nós poderíamos realizar na mesma este encontro, tenho a confirmação da Dra. Odete Pinho, tenho a confirmação do Senhor Presidente da Câmara, tínhamos de realizar sem o Senhor Secretário de Estado, mas compreenderão que não é a mesma coisa. Precisamos de reflectir dos Centros de Saúde às Unidades de Saúde Familiares, até onde é legítima esta reforma e o que nela é tida em conta: se são os utentes doentes; se são os médicos ou serviços, ou simplesmente economia de meios; se se pode equiparar um agrupamento de saúde a um agrupamento de escolas onde é fácil fazer os horários e a determinada hora vão-se buscar os alunos, o que não se consegue fazer com a saúde, porque não é possível programar as consultas dessa maneira; nos casos limites em que terá mesmo que fechar e haverá casos em que a gente até admite isso, mas porque é que nós não podemos escolher o Centro de Saúde; aproveitamentos políticos que isto envolve. São alguns destes considerandos, e outros mais, para que vos convido a no dia 25 de Junho se deslocarem a S. Roque. Estão todos convidados e era com prazer que vos gostava de lá ver. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Entre os dias 06 de 10 de Abril decorreu o III Concurso Nacional de Instrumentos de Sopros Terras de La-Salette. Esta iniciativa de grande qualidade, coloca o nosso concelho no mapa cultural como o concelho onde se realiza eventos de grande qualidade e de âmbito nacional. Prova disso é a participação de trezentos e cinquenta concorrentes, representando cento e nove municípios, incluindo Ilhas. A opinião é unânime entre participantes, espectadores e organizadores, em classificar esta iniciativa levada a cabo pela Autarquia em parceria com a FAMOA, a Escola Secundária Soares de Basto e a Academia de Música, como sendo uma

iniciativa de elevado nível, colocando-a já como uma referência no mundo artístico, em particular na música. Além deste espectáculo, tivemos também o espectáculo da Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, que encheu por completo o Cinte-Teatro Caracas onde o público pode assistir a duas belas coreografias. Mais uma iniciativa a nível nacional e mundial, pois esta companhia é reconhecida internacionalmente. Decorrente ainda do Ciclo de Primavera, poderemos ver ainda espectáculos de elevado interesse, pois o Ciclo de Primavera só terminará em Maio. No entanto, estou certo de que a actividade cultural do nosso concelho se manterá pelo menos até ao final do ano. Ainda no mês de Abril decorreu o fim-de-semana gastronómico, onde participaram vários restaurantes bem conhecidos, onde mostraram a todos as papas de S. Miguel e o famoso Pão de Ul, iguarias bem tradicionais do nosso concelho e acima de tudo iguarias de excelência. Esta iniciativa, na nossa opinião, é de grande importância, pois é uma excelente forma de divulgação das nossas tradições e podemos proporcionar dias diferentes a todos os Oliveirenses e acima de tudo podermos receber forasteiros que gostam de saborear boa comida. Espero que esta iniciativa se repita e se possível abrangendo mais restaurantes e quem sabe dar a provar outras iguarias tradicionais e, se possível também, Senhor Presidente, abranger mais freguesias do nosso concelho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Vamos dar então os esclarecimentos. Dar nota que o Senhor Deputado António Xará fez um diagnóstico, eu diria perfeito, da questão do mundo empresarial: uma perspectiva do passado, do presente e uma perspectiva de futuro, sendo certo que nós não nos podemos, nem nos devemos nunca, em nenhuma circunstância, cansar de enaltecer a postura, o espírito empreendedor e a coragem dos nossos empresários. Arriscam e felizmente têm tido sucesso e esse sucesso é um sucesso de todos. Como disse o Senhor Deputado António Xará, para ter boas empresas, bons empresários é preciso também ter bons trabalhadores e isso é uma realidade, ou seja, há uma preocupação permanente com os níveis de qualificação, com as acções de formação e por isso é que estamos permanentemente a ser contactados por outras estruturas e temos tido aqui uma grande interacção para organizarmos eventos, conferências, palestras, relativamente a essa matéria. Tivemos ainda recentemente uma reunião com o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – e vão fazer na nossa cidade, já durante o mês de Junho, em parceria connosco, um encontro para a competitividade, ou seja, escolheram o concelho de Oliveira de Azeméis tendo em conta a sua grandeza, mas acima de tudo também a sua evocação exportadora e a qualidade dos nossos empresários. O Senhor Deputado António Xará perguntou-nos “qual a estratégia?”, “qual o caminho a seguir?”. E dizer-lhe que precisamente neste momento essa é a nossa grande preocupação. Temos tido reuniões com a

Comissão de Coordenação da Região Norte para que esta área de acolhimento empresarial de Ul/Loureiro seja uma área de acolhimento empresarial de excelência. Dizer-lhe mesmo que este fim-de-semana, muitos funcionários da Câmara Municipal, dos diversos departamentos vão trabalhar para que possamos a tempo e horas apresentar essa candidatura, que tem recebido um carinho extraordinário por parte da Comissão de Coordenação da Região Norte, porque eles, tal como nós, acreditam que Oliveira de Azeméis, agora pertencendo à Área Metropolitana do Porto e tendo a zona de acolhimento empresarial de Ul/Loureiro, uma localização geográfica extraordinária, que eles consideram o Sul do Norte, mas que tem ao seu lado a Auto-Estrada para Espanha, tem ao seu lado acessos directos ao Porto de Aveiro, à Linha do Norte, à Auto-Estrada n.º 1 e à A29. É um trabalho que tem uma delicadeza muito grande, porque é uma área importante, mas que temos que percorrer toda a tramitação burocrática para que a candidatura tenha sucesso. E vai ter. Esta área de acolhimento empresarial vai ser uma realidade e vai ser uma área de excelência. Vai ter novas formas de gestão, vai ter espaços partilhados com os empresários, vai ter também na concepção do modelo de negócio a participação das associações empresariais, vai ter a participação das universidades, da Universidade de Aveiro e de outras Universidades, que têm também mostrado grande interesse, grande vontade em participar. Estamos a falar de ter espaços onde os jovens possam colocar em prática as suas ideias, não estamos a falar do modelo convencional da incubação de empresas, estamos a falar de um termo técnico de aceleradores de empresas, ou seja, as ideias já têm que estar no terreno, falta depois muitas vezes capital, falta espaço para poder concretizar essas mesmas ideias e esta zona terá também uma área em que as próprias Universidades vão dar o seu apoio. Ainda relativamente à estratégia, não é só a área de acolhimento empresarial de Ul/Loureiro, estão neste momento em curso os Planos de Pormenor de todas as Zonas Industriais que hoje existem no nosso concelho e, portanto, nós não as podemos mudar de sítio, temos é que lhes dar condições, temos que as humanizar e por isso é que também temos já pronto e aprovado em reunião do Executivo a requalificação da actual Zona Industrial de Oliveira de Azeméis/ S. Tiago de Riba-Ul, uma requalificação a pensar nas empresas, a pensar também nas pessoas, nos trabalhadores, porque é muito importante. Eu sei que isto pode não ser importante para alguns, mas para nós apesar de termos projectos para novas zonas industriais achamos que as actuais merecem ser humanizadas. Ainda na estratégia de desenvolvimento económico do concelho de Oliveira de Azeméis, Senhor Deputado António Xará, quero-lhe dizer que a nossa preocupação é criar emprego, atrair empresas, mas também não ter esta perspectiva de atracção de empresas e esquecer aquelas que cá estão. Não, nós também não queremos que nenhuma empresa, qualquer que seja a circunstância, saia de Oliveira de Azeméis para um concelho vizinho ou para um país vizinho. Temos que ser capazes de criar condições para que elas continuem instaladas, continuem a produzir riqueza, continuem a aumentar a nossa vocação exportadora, que é muito importante para um concelho que se quer estar na linha da frente do desenvolvimento económico. Também na área da inovação, esta nova área de acolhimento empresarial terá o seu espaço e neste momento estamos a fechar já a candidatura a

Fundos Comunitários e isso consolida-nos este projecto, temos ao nosso lado aqueles que são os responsáveis máximos pelo programa operacional, que é neste caso concreto a Comissão de Coordenação da Região Norte. O Prof. Mário Rui Silva que é o responsável por esta área já veio várias vezes a Oliveira de Azeméis, tal como o Dr. Alexandre Almeida estão no terreno, têm acompanhado a par e passo, têm-nos ajudado a vencer um conjunto de dificuldades burocráticas e, portanto, esta nova área de acolhimento vai ser uma realidade, mas não basta criar as áreas de acolhimento empresariais, é preciso continuar a criar condições para criar emprego, é fundamental criar emprego e é isso que vamos fazer em conjunto com a nossa comunidade empresarial. O Senhor Deputado Bruno Aragão, falou-nos nas Vias Estruturantes. Eu julgo que o Senhor Deputado Bruno Aragão se quis referir ao troço 02, troço 03, que são coisas que vêm do passado. Mas, deixe-me dizer-lhe, que relativamente a Vias Estruturantes importa também, e já agora dar-lhe conhecimento, que está em curso a criação de uma nova via de ligação à Escola Superior Aveiro/Norte; está em curso também uma nova ligação ao Parque de La-Salette; está em curso aquela que se chama a Via do Sudoeste, a exemplo daquela que foi a Via do Nordeste. Estamos a falar de Vias Estruturantes do concelho. Nós não podemos olhar para as Vias Estruturantes só da cidade. Julgo que se queria referir ao troço 02 e troço 03. Também para isso deixe-me dizer-lhe, Senhor Deputado Bruno Aragão, eu tenho passado algumas noites sem dormir relativamente a essa matéria e a sua pergunta foi pertinente e veio mesmo no momento certo, porque há que tomar decisões e há que perceber que é preciso ter uma postura de grandes responsabilidades nas decisões que temos que tomar sobre essa matéria. Todos sem excepção, porque o Senhor Deputado fala e vou-lhe dar um exemplo, o troço 03 que me tem tirado o sono, esbarra numas casas e se nós queremos continuar o troço 03, parto do pressuposto que era aquela a intenção que o Senhor Deputado manifestou, de concluir as Vias Estruturantes. Nós não podemos chegar lá e deitar a casa abaixo, temos que comprar a casa ou temos que pagar a casa e, portanto, temos que fazer avaliações, temos que comprar terrenos, temos que ter dinheiro, temos que ter enquadramento e por isso é importante sentir também o sentido de responsabilidade de todos, nós que temos o poder. Obviamente estamos cá para isso, mas nestas matérias é importante que não se crie ruído de fundo sobre isso. Nós já no Executivo Camarário, já neste novo mandato, demos um passo que eu considero muito importante, que é criar uma Comissão de Avaliação dos Terrenos. Quando a Câmara Municipal, seja ela qual for, mas agora sob a minha presidência, eu ainda não comprei terreno nenhum porque eu não tenho dinheiro, mas quando eu comprar um terreno quero que ele seja avaliado por uma Comissão, porque eu não quero voltar aos tempos que se andava aqui a levantar areia para o ar sobre se o terreno é muito avaliado, se é mal avaliado, se foi muito bem comprado, se foi muito mal comprado. Dizer-lhe que eu estou aqui preocupado com o presente e o futuro, sem nunca em nenhuma circunstância renegar o passado e dizer-lhe que a minha preocupação com as Vias Estruturantes, eu não estou a dizer, nem vou dizer que é maior do que a sua, mas vou dizer que é no mínimo igual à sua e acho que é aquela que todos temos nesta questão e temos todos que ter grande responsabilidade. Nesta matéria, eu julgo que nós demos

um passo importante, aliás isto foi aprovado por unanimidade no Executivo, que é a criação de uma comissão para a avaliação dos terrenos, porque muitas vezes quando as Vias Estruturantes, ou outras vias, emperram num sítio qualquer e tem que se comprar ou fazer um negócio, é sempre um problema, levanta-se sempre um problema. Ouça, eu não estou aqui a acusar ninguém. O ruído é um ruído geral, às vezes nem é um ruído político, é o próprio ruído da sociedade civil que tem o direito de o fazer. Agora, nós temos também e devemos ter essa preocupação, é que se crie uma Comissão de Avaliação e que essa Comissão de Avaliação seja composta por técnicos, técnicos acima de qualquer suspeita, para podermos obviamente ultrapassar as barreiras e as questões que ainda temos pendentes em algumas Vias Estruturantes e noutras, procurar trabalhar dessa maneira. Sobre esta matéria deixem-me dizer, os Senhores acho que já se vão habituando que eu não tenho aqui nenhum preconceito ideológico, venha ele de onde vier. Era uma proposta que o Partido Socialista tinha insistido muitas vezes, na criação desta Comissão. Eu acho muito bem, estou de acordo com ela, não tem nenhum problema em assumir a paternidade como ainda há pouco a Senhora Deputada Ana Raquel falou da Casa de Juventude no Centro de Saúde, até parecia que ela estava a dar uma grande novidade, nós já falamos disso tantas vezes. E, neste caso concreto, esta Comissão para a Avaliação dos Terrenos é muito importante para ultrapassar muitos constrangimentos nestas questões das Vias estruturantes. É um contributo que damos para podermos resolver e ultrapassar alguns problemas. Quanto à Senhora Deputada Helga Correia, que deu os parabéns à Câmara Municipal, deixe-me dizer-lhe que os parabéns não são para a Câmara Municipal, os parabéns é para toda a comunidade Oliveirense. Não é a Câmara Municipal que está de parabéns, estamos todos, porque quando se organizam espectáculos de solidariedade em Oliveira de Azeméis, quando se enche o Cine-Teatro Caracas, quer seja para a receita às vítimas do Haiti, quer seja para as vítimas dos problemas que aconteceram na Região autónoma da Madeira e quando se organizam espectáculos daqueles feitos com artistas Oliveirenses, eu acho que temos que estar todos de parabéns. Portanto, não é a Câmara, não é o Pelouro de Educação que organizou, não é a Divisão Cultural, não, somos todos. E é fantástico, fantástico perceber que conseguimos organizar e que conseguimos mobilizar a sociedade Oliveirense para estes espectáculos feitos com a prata da casa, mas também permitam-me dizer que a nossa prata da casa já é muito boa mesmo e isso é motivo de grande satisfação. Quanto ao Senhor Deputado Amaro Simões, a reflexão sobre a saúde é importante e actual como é evidente e conte connosco para discutirmos. Temos também um Grupo de Saúde constituído nesta Assembleia Municipal e com a Câmara Municipal, que vai ter já uma próxima reunião de trabalho com a Administração Regional de Saúde do Norte na próxima segunda-feira. Tivemos já uma reunião também com a Dra. Odete Pinho, que é a responsável aqui pelo ACERS na nossa área de influência e, portanto, estamos a trabalhar e seguramente que depois daremos informações à Assembleia Municipal, logo que termine este ciclo de audiências e reuniões que solicitamos. No dia 25 de Junho é evidente que a Câmara Municipal estará presente para, também em conjunto com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, podermos discutir estas

problemáticas porque são actuais e tem a ver com a nossa qualidade de vida. Quanto ao Senhor Deputado Filipe Carvalho, é verdade que o Concurso de Música Terras de La-Salette começa hoje já a ser um caso sério. Tem uma qualidade muito grande e tem um elevado índice de participação. E aqui deixe-me dizer-lhe que confrontada a organização com constrangimentos de ordem financeira em nenhuma circunstância eles se atrapalharam e segundo dizem, eu percebo muito pouco de música, é mesmo na óptica de ligar o rádio e ouvir o CD, não percebo muito de música, mas deixem-me dizer que o saldo e os relatórios que eu recebi relativamente a este concurso é que foi de grande qualidade, muita qualidade mesmo, o júri que é constituído por maestros, professores, estava surpreendido com a qualidade de alguns participantes. Depois tivemos também a oportunidade de perceber que por este País fora, em muita comunicação social onde as pessoas que vinham cá participar e que recebiam prémios, diziam “um concurso realizado em Oliveira de Azeméis”, falava-se na nossa cidade e isso foi muito positivo. Quanto ao Ciclo da Primavera, ainda está em curso, a perspectiva foi da qualidade e não da quantidade, procurar fazer espectáculos de grande qualidade. Vamos ter mais espectáculos, não acabam os espectáculos culturais, quando acabar o Ciclo da Primavera vamos ter outros espectáculos, mas vamos apostar muito, dar oportunidades àqueles que são oriundos do concelho de Oliveira de Azeméis. Achamos que é muito importante dar estas oportunidades. Quanto ao fim-de-semana gastronómico, e que o Senhor Deputado Filipe Carvalho solicitou que mantivéssemos, que continuássemos e que aumentássemos o grau de participação. Deixe-me dizer-lhe que serviu para nós reflectirmos um pouco mais sobre essa matéria. Estes fins-de-semana gastronómicos estão inseridos na estratégia de desenvolvimento turístico do Porto e Norte de Portugal. Nem todos os concelhos aderiram, nós aderimos desde a primeira hora, mas achamos que o nosso concelho tem um potencial para criar um festival de gastronomia só de Oliveira de Azeméis. Acho que devemos participar neste do Porto e Norte de Portugal, acho que sim, é importante pela grandeza que dá e pela possibilidade que dá, pela montra que é, é uma montra muito maior; mas acho que temos qualidade gastronómica, temos recursos humanos, temos restaurantes, para fazer em Oliveira de Azeméis uma Mostra Gastronómica de Oliveira de Azeméis e puxar pela criatividade dos nossos homens das cozinhas, dos nossos chefes, dos nossos empresários na área da restauração e da hotelaria. Portanto, é uma ideia que está em cima da mesa, não vou já dizer que está tudo definido porque não está, mas a ideia existe, a vontade existe e acho que ela vai ser concretizada. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Tenho algumas questões aqui que gostaria de ver respondidas pelo Senhor Presidente, são muito simples e muito rápidas. Aqui, na Rua Eng.º Arantes Oliveira, no novo troço que veio delimitar as duas faixas, eu gostaria de saber se a inversão de marcha ali é para continuar ou se é para colocar algum sinal e estou a falar no novo troço, o outro

existente tem um sinal de proibição de inversão de marcha no sentido sul/norte, e este que estou a falar é no sentido norte/sul, ou seja, faz a inversão de marcha em frente ao Centro de Saúde. Esse troço ali é novo, é uma abertura, não tem sinal nenhum, fazem isso muitas vezes, com algum perigo até porque às vezes não conseguem fazer à primeira porque aquilo não tem espaço, têm de fazer inversão de marcha e já vi lá várias situações, que não sei como é que ainda não houve acidentes. Gostava de saber se é para colocar ali o sinal ou não. E já agora se for para colocar um sinal, gostava de chamar a atenção que o outro sinal que já lá existe no sentido sul/norte quase não é perceptível, quase já não tem tinta, já tenho visto algumas pessoas fazer ali mas também o sinal não se vê, pode ser por isso. Outra questão, gostava de saber para quando é que está previsto o asfaltamento da Rua do Cruzeiro, que para mim é considerada a rua pior de Oliveira de Azeméis, neste momento é. O troço é pequeno e penso que será mais fácil arranjar se calhar esse troço, é que tem um movimento muito grande, tem ali estabelecimentos de saúde, eu passo ali todos os dias e sei o que é que acontece. Ainda a semana passada foram colocar mais uns remendos, remendo em cima de remendo que qualquer dia nem se conhecem os remendos. Para quando está previsto esse asfaltamento? Já que estive a falar de sinais, esta rua que está aqui por detrás de nós, da Biblioteca, que vem do Pavilhão da Oliveirense, já têm saído daí vários carros e viram à direita. Creio que não custa nada colocar só ali um sinal de proibição de virar à direita. É simples, é uma coisa que não dá trabalho e há dias originou ali um problema grave. E para terminar, para quando é que está previsto o término do passeio da Rua Aníbal Beza, que também faz muita falta e que já tem as caixas, tem tudo. Eu penso que é só pôr a pedra, já está com as caixas para aí há quinze dias, pensei que aquilo fosse ser resolvido, mas ainda está realmente por terminar. É tudo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de me dar a palavra mesmo tendo expirado a hora do “Período de Antes da Ordem do Dia”. É com particular satisfação que refiro nesta Assembleia Municipal, o facto de mais uma vez um projecto desta Autarquia ser reconhecido pelo seu esforço, pelo seu mérito e pelos seus resultados. Esta semana, foi reconhecido e aceite, como Projecto Nomeado para o “Prémio Novo Norte”, onde se distinguem os projectos mais inovadores e de maior excelência, entre mais de duzentas candidaturas. Assim, o Projecto “Solis” da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está nomeado na categoria “Norte Inclusivo”, como projecto de desenvolvimento sócio-comunitário. Nesta mesma categoria, o nosso Programa Solis, concorre com a Casa da Música, com a Fundação de Serralves e com a Universidade do Minho. Estas distinções são promovidas pela CCDRN e com apoio do Jornal de Notícias, onde a inovação é realçada e premiada. Inovar na área social, além de muito difícil é muito pouco valorizado e muito pouco reconhecido. Mas a equipa da rede social da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, tem, dias após dia, ultrapassado

muitas e muitas barreiras, que através de múltiplos programas de acção e de intervenção, procura beneficiar e melhorar a vida de tantos Oliveirenses. Dou os parabéns a toda a equipa na pessoa da Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, que vejo todos os dias ser acompanhada por técnicas de excelência, que vestem a camisola e se dedicam às causas dos mais desfavorecidos. Este projecto, implementado desde 2005 como projecto de desenvolvimento sócio-comunitário, concretiza várias acções inovadoras para o apoio a famílias em crise, vítimas de violência doméstica, exclusão ou discriminação social onde nos últimos cinco anos foram beneficiadas mais de três mil e seiscentos Oliveirenses. O projecto “Solis” integra a execução de doze acções, destacando-se a criação de um Centro de Alojamento Temporário, um Banco de Voluntariado Local, Serviço de Atendimento Jurídico, Serviço de Apoio Domiciliário “Ajuda Lar” entre tantos outros. Mas um dos factores de inovação, está relacionado com as múltiplas parcerias bem sucedidas que se estabeleceram. O projecto, além da Câmara Municipal, tem como principal parceiro a Associação Dianova Portugal, mas também o IEFP, Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, Cruz Vermelha Portuguesa, Hospital de Oliveira de Azeméis, Guarda Nacional Republicana e diversos Centros de Apoio. Este projecto não surgiu de nenhum gabinete de Lisboa, mas sim da resposta pronta e directa do núcleo de Acção Social, onde diariamente procuram as melhores soluções em prol dos mais desfavorecidos. Que esta nomeação não seja o prémio do trabalho feito, mas sim o reconhecimento da excelência e o estímulo para mais fazer. Assim, não nos cortem, em Lisboa, as pernas no caminho que se está a percorrer. Dra. Gracinda Leal e toda a Câmara, pela minha experiência associativa e conhecimento do trabalho no terreno, os meus muitos sinceros parabéns. Bem-haja e faço votos à continuação do trabalho de excelência que leva a efeito no terreno. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Está a decorrer em Oliveira de Azeméis desde o dia 26 de Abril até domingo dia 02 de Maio, mais uma edição da Queima das Fitas da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa. A realização da Queima das Fitas começa já a ser uma tradição académica na nossa cidade. Quem como eu teve o prazer de assistir por exemplo ao Cortejo fica necessariamente contagiado com a alegria demonstrada pelos nossos futuros enfermeiros. A adesão da população de Oliveira de Azeméis a estes festejos, tem aumentado de ano para ano, no entanto temos que reconhecer que ainda é muito diminuta. Sobre a Escola Superior de Enfermagem o mais importante a salientar nesta altura de balanço de mais um ano lectivo que agora se aproxima do fim, é que a aposta feita no Município tem demonstrado ser uma aposta ganhadora, positiva e geradora de sinergias, tanto para o Concelho, como para a própria Escola Superior. Por um lado, a escola tem beneficiado de todo o empenho das entidades responsáveis do nosso concelho, criando condições de excepção para

o bom funcionamento da mesma. Mas também temos que reconhecer que Oliveira de Azeméis tem beneficiado com a projecção e com o envolvimento da escola na vivência da cidade. Este é pois um momento de festejar a Queima das Fitas, fazendo votos que esta tradição ganhe cada vez mais força. Num outro âmbito igualmente importante e decisivo e mantendo o teor da minha intervenção no ensino superior em Oliveira de Azeméis, gostaria de destacar a apresentação do projecto do novo edifício da Escola Superior Aveiro Norte. Trata-se de mais um passo importante para a concretização de um objectivo por muitos ansiado, e que verá a sua construção ficar concluída no final de 2011. Deste modo serão criadas melhores condições de ensino e melhores condições para a cooperação estratégica com as forças vivas do concelho. A Escola Superior Aveiro Norte, pelo tipo de formação técnica e especializada dos cursos ministrados, revela-se de uma grande importância na ligação ao tecido industrial do nosso concelho. Mais uma vez nesta área podem e devem ser criadas sinergias entre a Universidade e as instituições do nosso concelho, com benefícios para todos. O projecto da Escola Superior Aveiro Norte, é de facto um projecto estruturante para Oliveira de Azeméis. É pois com muito agrado que verificamos que o projecto vai arrancar e que a Escola Superior Aveiro Norte vai reforçar ainda mais a sua posição em Oliveira de Azeméis. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Relativamente às questões colocadas pelo Senhor José Ramos, eu subscrevo-as integralmente, só relativamente à prioridade, mas isto como é sempre discutível, eu julgo que tendo em conta o volume de tráfego e a dimensão da rua se calhar a Rua Bento Landureza é mais prioritária do que a Rua do Cruzeiro. Eu até diria que são as duas prioritárias, já deviam estar eram feitas e, portanto, isto não dá nem sequer para discutir. Mas como sabe também o Senhor Deputado José Ramos, o nosso concelho tem 162km², tem muitas vias. Tivemos um Inverno rigorosíssimo, que ultrapassou todos os limites e o esforço que temos vindo a fazer. Deixe-me dar-lhe nota por exemplo também, é evidente que para cada Presidente de Junta todas as ruas são prioritárias, aquelas que passam nas suas freguesias. A Rua de S. Mamede que é uma rua que é de Madail, que passa em Madail, todo o trânsito que entra por aquela zona da cidade passa naquela rua, é uma rua que na nossa opinião é também prioritária e precisa rapidamente de ser concluída. Como na zona industrial, na zona de Fajões, em frente àquelas empresas que estão ali colocadas, aqueles pavilhões grandes da GREENDAYS e que vai dar à central da biomassa, é uma estrada que está completamente deteriorada e que precisa também rapidamente de uma forte intervenção. Muitas outras, e eu estaria aqui durante dez minutos a dar nota daquilo que precisa ser objecto de rápida intervenção. Dizer-lhe que eu não me queria neste momento, Senhor Deputado José Ramos e espero que me compreenda, comprometer com nenhuma data para o fazer, sendo certo que, entenda, para nós Executivo é uma prioridade. E, portanto, sendo uma prioridade vai ser das próximas intervenções a fazer. Por que é que eu não

lhe quero dar uma data a dizer “olhe até Junho ou até Agosto”? Porque depois podemos falhar e ficamos todos mal e eu não quero fazer isso. Há-de reparar também que temos procurado, nomeadamente nas obras que fazemos por administração directa, é um novo princípio também, que eu acho que é um princípio salutar e de bom-tom, às vezes tenta-se acudir e as obras por administração directa andam de um sítio para o outro, as máquinas, os funcionários e depois começa-se em todo o lado e não se acaba em nenhum lado, fica tudo a meio. Eu não queria isso, queria que as obras comesçassem e terminassem, sendo certo que muitas vezes pode atrasar mais quinze dias, três semanas, mais uma semana, mas quando se comesçasse se soubesse que ela ia terminar, ficasse concluída e não deixar obras a meio, que isso sinceramente na minha opinião não é um bom princípio. Mas, Senhor Deputado, vamos ver se o consigo surpreender e se até à próxima Assembleia Municipal, o Senhor Deputado José Ramos, vem ali dizer “Senhor Presidente, porreiro, fez a Rua do Cruzeiro”, mas não é a única, Senhor Deputado, temos muitas outras, mas esta é prioritária, concordo consigo plenamente e está na nossa lista de prioridades. Quanto ao Senhor Deputado Marco Azevedo, relativamente ao Programa “Solis”, é uma realidade, o programa é um sucesso e o programa entre duzentos foi seleccionado no Novo Norte, na vertente do Norte Inclusivo. Eu julgo que esta nomeação e o falarmos agora nos últimos tempos tanto no Programa “Solis”, é não só por isto, mas também porque as preocupações e as questões sociais estão em cima da mesa, por todas as questões que nós sabemos: a crise, o desemprego, a violência doméstica e um conjunto de outras situações e a nossa perspectiva de ajudar aqueles que menos têm e aqueles que mais precisam. Agora, temos aqui um problema pela frente, que estamos a trabalhar, já sensibilizamos, quer o Senhor Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Prof. Edmundo Martinho, como já tivemos oportunidade de falar com a Senhora Dra. Helena Terra, que é a nossa conterrânea e que tem hoje responsabilidades na Segurança Social, recebemos por parte da Senhora Dra. Helena Terra uma vontade em criar condições para que este programa se mantenha, porque é um programa importante. Temos tido conversas e temos já marcada uma reunião de trabalho, mas também vamos ser sérios, não depende da Senhora Dra. Helena Terra a continuidade ou não do projecto, porque acho e tenho a certeza que se dependesse da Senhora Dra. Helena Terra o programa continuava sem nenhuma discussão, mas há orientações superiores, nomeadamente da Segurança Social a nível nacional, mas também isso já o fizemos, sensibilizamos o Prof. Edmundo Martinho que é o Presidente do Instituto, que também concorda que é um excelente programa. Eu tenho uma leve esperança que este programa se mantenha, acho que era importante, porque é um programa com um impacto enorme do ponto de vista social e por tudo aquilo que fez é merecedor de continuar a ter o apoio da Segurança Social. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado José Campos, aquilo que se tem falado muito e esta semana tem sido uma semana de grande actividade diária e nocturna, aliás está a decorrer neste momento na Escola Superior de Enfermagem e por isso não está aqui o Senhor Vereador Dr. Pedro Marques, porque está a decorrer uma conferência no auditório da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa sobre segurança alimentar. Já agora

aproveito para informar que o Senhor Vereador Isidro Figueiredo não está presente, porque está a representar a autarquia numa missão internacional, está na Eslováquia e, portanto, não pode estar aqui connosco. Mas dizer-vos que esta semana tem sido uma semana de grande intensidade académica, é bom sinal, muito bom sinal e eu julgo que todo o apoio que temos dado e que foi discutido e aprovado em reunião do Executivo por unanimidade, é gratificante depois percebermos que isto tem impacto na nossa sociedade. E os projectos que estão a ser desenvolvidos pela Escola Superior de Enfermagem, ou seja, a Escola Superior de Enfermagem quer crescer e crescer é tornar a Escola Superior de Enfermagem numa Escola Superior de Saúde e estamos a trabalhar também em conjunto com a Cruz Vermelha Portuguesa. Já tivemos muitas reuniões de trabalho, quer no Ministério da Educação, quer noutros Ministérios, porque há ligações a outros Ministérios, para que esta Escola possa ainda ter mais sucesso, ter outras valências. Quanto ao projecto da Escola Superior de Aveiro Norte, eu acho que ele apareceu agora, o projecto apareceu agora, a maquete, o desenho e vai ser um projecto de que se vai falar muito. É a minha impressão, porque é um projecto muito arrojado, é um projecto feliz que aproveita os altos e baixos do terreno da Quinta do Comandante e para que as pessoas tenham uma noção, estamos a falar de uma Universidade que será do ponto de vista de impacto visual uma ponte, ou seja, assente nos dois altos dos terrenos e depois por baixo pode-se passar, circular, mantendo-se toda a vegetação e os três pisos da Universidade. É também um projecto que vai ser objecto de uma candidatura, este Campus inovador, de inovação, de inovação tecnológica. É um projecto muito feliz da Universidade de Aveiro, do Arqt.º Joaquim Oliveira e seguramente que ainda vamos ouvir falar muito dele e eu espero que de forma positiva, porque é sinal que é um projecto arrojado, inovador e é bom quando isso acontece também no nosso concelho. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Está terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. O PSD gastou 20m55s; o PS 11m17s e o CDS 2m e 7s. =====

===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS, para uma interpelação à Mesa. =====

===== *Boa tarde. Muito brevemente, porque penso que é uma questão técnica e tem a ver com o ordenamento da Ordem de Trabalhos, principalmente o ponto quatro e o ponto cinco. O ponto cinco que é a certificação legal de contas deve ser o ponto quatro. Devem os pontos ser invertidos. Era isso, muito obrigado.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Estamos de acordo.* =====

===== *A Ordem de Trabalhos foi rectificada:* =====

===== **Ponto quatro:** *Certificação legal das Contas do Município - Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município/ 2009.* =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Regimento da Assembleia Municipal – Aprovação.* =====

===== *Presente para aprovação o Regimento da Assembleia Municipal, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ricardo Bastos e Dr. João Osório.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após a consulta do Regimento, assim como da Lei, não consigo arranjar resposta para uma dúvida que tenho já há algum tempo. Para vir a estas Assembleias que começam às 16h ou 17h, eu normalmente meto um dia de férias para poder cumprir as horas. Ora, acontece que já vi elementos desta Assembleia chegarem quase duas horas depois de as mesmas terem começado. A minha dúvida é exactamente esta: a partir de que momento é que é considerado falta? Será que podemos vir ou ir embora em qualquer momento da Assembleia? Se assim for, gostaria de saber, pois não teria necessidade de gastar dias de férias para este efeito. Pessoalmente, e é uma opinião pessoal, acho que a partir do momento em que se entra no “Período de Antes da Ordem do Dia”, quem não estivesse deveria ser considerada falta, mas tal como disse é apenas uma opinião pessoal.* =

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Eu penso que isto é comum a todas as Bancadas. Eu tenho sido uma pessoa tolerante, mas se estiverem de acordo eu passo a ser intolerante, porque eu também sei ser intolerante. Preocupo-me estar aqui sempre a horas, por respeito a todos. Há outros, que eu compreendo que num dia de semana, às 16h, possa provocar algumas contrariedades e eu aceito perfeitamente. Penso que neste meu espírito de tolerância ninguém me vai levar a mal, mas se alguém se sentir incomodado por isso, também podemos rever essa situação.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP, que disse:* =====

===== *Muito boa tarde. Só para dar nota que sou um dos elementos, que juntamente com elementos dos outros grupos parlamentares fizeram esta pequena alteração ao Regimento e para dizer que todas as propostas, que foram poucas, foram acolhidas por unanimidade. Procedeu-se, de facto, a este ajustamento, nomeadamente aos tempos, enfim obedecendo aos princípios da equidade e da proporcionalidade, bem como a algumas datas em relação às convocatórias, que entendemos que os dois dias úteis serão bastantes exíguos e isto foi amplamente acolhido. Queria só dar nota dessa situação, que foi acolhida por unanimidade. Se me permite, em relação ao conceito de falta, ele está previsto no art.º 39.º, em que diz que a falta é a não comparência, de resto no Regimento não tem que estar vertido quando é que deve ser considerada falta. O Senhor Presidente da Assembleia tem toda a legitimidade para aferir o que é que considera falta, sendo certo que quando aferir um critério terá que ser sempre igual durante todo o mandato. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Eu venho transmitir aqui uma posição que é exclusivamente minha, nem é se calhar uma posição partilhada por muitas pessoas do PS, mas penso que dar-me-á também V. Exa. algum tempo para eu exprimir uma posição que se calhar é meramente pessoal. E tem a ver com uma situação, que é a distribuição do tempo que está aqui regulamentado no PAOD. Sei também reconhecer que V. Exa. tem sido muito tolerante na distribuição do tempo, mas entenda isto como um desabafo, até para quem está a explicar às pessoas aqui presentes qual é a minha posição. Eu entendo que a distribuição do tempo se podia fazer de forma diferente, isto é uma opinião pessoal. Eu acho que as pessoas que estão aqui representadas por diversas forças políticas são de duas ordens, mas em primeiro lugar somos nós, as pessoas que foram directamente eleitas para a Assembleia Municipal, sendo que os Presidentes de Junta são por inerência de funções. De facto, a Lei não é clara relativamente a este aspecto, diz que a*

distribuição do tempo será feita de acordo com o painel das forças partidárias. Eu entendo que se deveria propor uma distribuição de tempo de alguma forma diferente. Os Presidentes de Junta tinham o seu tempo e então a distribuição era feita de acordo com o número de eleitos para a Assembleia Municipal, porque nós sabemos que os Presidentes de Junta em termos de PAOD, sendo o PAOD uma intervenção de cariz mais político, será de forma diferente. Mas de qualquer maneira não estou em desacordo com o Regimento, considero que o Regimento reflecte mais ou menos a sensibilidade que todos nós temos de regulamentação da Assembleia Municipal. Era só este desabafo e queria que ficasse registado. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regimento da Assembleia Municipal.

*===== **Ponto dois:** Votação das actas nºs 3 e 4. =====*

===== Presentes para aprovação as seguintes actas: nº 3 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14.12.2009 e nº 4 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.12.2009. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação, a acta n.º 3 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14.12.2009 foi aprovada por unanimidade. =====

===== Colocada à votação, a acta n.º 4 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.12.2009 foi aprovada por unanimidade. =====

*===== **Ponto três:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A informação foi distribuída aos Senhores Membros da Assembleia, foi distribuído um dossier completo, com informação das actividades desenvolvidas entre a Assembleia

Municipal que se realizou em Fevereiro e esta. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento que entenderem necessário ou pertinente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação. =====

*===== **Ponto quatro:** Certificação legal das Contas do Município - Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação. =====*

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município, para conhecimento e tomada de posição, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Relatório da Certificação Legal das Contas foi distribuído, faz parte daquele que é o nosso enquadramento legal e a necessidade da certificação das contas. Há aqui uma ligação entre todos estes pontos que estão sequenciais entre a prestação de contas e a própria certificação legal. Eu só chamo a atenção para a última página do relatório, a página 6, onde no ponto 5.2., naquela que é a análise do endividamento, que muitas vezes é uma análise tão problemática, que números são números e os números não enganam, e vou passar a ler o que está no relatório, na alínea a) “No ano de 2009 foi reduzido o endividamento líquido em €1.779.747 (um milhão setecentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e sete euros), montante que supera a redução mínima legal prevista no n.º 2 do art.º 37.º da Lei das Finanças Locais.” Na alínea b) não vou ler tudo o que aqui está, mas “No ano de 2009 foram amortizados € 2.329.808 (dois milhões trezentos e vinte e nove mil oitocentos e oito euros) de empréstimos de médio e longo prazo, valor que supera a redução mínima legal prevista no n.º 3 do art.º 39.º da Lei das Finanças Locais.” Às vezes parece que há dúvidas sobre esta prestação de contas, sobre se se cumpre, se não se cumpre e eu acho que o Revisor Oficial de Contas foi claro e inequívoco nesta matéria. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco Valente e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====

===== Boa tarde. Acho que o relatório é importante, o Senhor Presidente da Câmara fez o favor de nos ler uma parte agradável do relatório, provavelmente deixou ficar as partes desagradáveis para mim. Também tem que ser assim. A inversão do ordenamento penso que estivemos todos de acordo, porque no fundo os auditores pedem-nos que aprovemos as contas, mas também nos pedem mais coisas e também dizem mais. Eu começaria pela certificação legal, antes de passar ao relatório que faríamos depois muito rapidamente e muito brevemente. Estas contas oferecem dúvidas, ou pelo menos, Senhor Presidente da Câmara, oferecem reservas. Quem o diz são os auditores, não sou eu. Elas estão aqui vertidas e sem querer pôr minimamente em causa que elas sejam correctas e verdadeiras, eu acredito que sejam correctas e verdadeiras, acontece é que os Senhores Auditores remetem-nos para duas coisas importantes: é que o trabalho de validação do imobilizado não está certificado e, portanto, deixam-nos todo um campo de dúvidas daquilo que for necessário; e, diz-nos que afinal o procedimento de confirmação de saldos dos fornecedores, mais grave ainda, não foi conseguido. E se estivéssemos a falar de uma empresa, corresponderia a uma coisa tão simples como era a não certificação das contas. Quem está dedicado, ou faz disto profissão, ou perto da gestão da empresa, ou dos Revisores Oficiais de Contas, sabe que isto são reservas que não são nada agradáveis. Mas, pronto, as desagradáveis eu vim aqui as dizer. Pois, passemos e então àquilo que é o relatório que diz o Senhor Presidente, e disse muito bem, eu não vou repetir, mas só lamento é que realmente tenha começado no 2.º parágrafo, não tenha começado no primeiro. Não há problema nenhum, eu começo no primeiro, não venho para aqui inventar factos, são os que estão cá, diz que por acaso é agradável, e que eu estou de acordo e louvo o esforço, já o fiz noutros momentos, de redução do endividamento da Câmara, mas é preciso que se diga assim “O endividamento líquido ascende a € 39.833.141 (trinta e nove milhões oitocentos e trinta e três mil cento e quarenta e um euros), sendo excedido o limite previsto no n.º 1 do art.º 37.º da Lei das Finanças Locais em € 14.020.359 (catorze milhões e vinte mil trezentos e cinquenta e nove euros).” Há um esforço, louvamos o esforço da Câmara, mas não estamos a cumprir a Lei. Daquilo que fizemos, estamos de acordo, mas eu acho que a contas serão muito mais debatidas no ponto seguinte do que propriamente agora. O trabalho dos auditores parece-me bastante bom, eu diria credível, não deixam de nos chamar a atenção para estas situações mais complicadas e acima de tudo ver uma coisa que é a execução orçamental. E a execução orçamental aqui mete-nos alguma confusão, que em termos de execução orçamental no que respeita à receita ela é apenas de 88% e no que se refere à despesa ela atinge os 98%, digamos que houve muito cuidado, muito rigor na concretização da despesa e não tanto rigor na concretização da receita. Só uma chamada de atenção, é um bocado técnico, mas se o Senhor Presidente me puder explicar, eu sei que provavelmente não será fácil e estará nas contas e o erro será meu de não ter encontrado, é na estrutura de proveitos aparecer uma verba que será importante, de € 3.185.300 (três milhões cento e oitenta e cinco mil e trezentos euros), representa quase 10% da estrutura da receita, que aparecem como proveitos e ganhos

extraordinários, o que diria de alguma forma, se isto estiver bem contabilizado e eu acredito que sim, serão irrepetíveis. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Eu, muito sinteticamente, gostaria apenas de me congratular pelo carácter inequívoco com que os Senhores Revisores de Contas se referem a estas contas do Município de Oliveira de Azeméis. E, de facto, estranho seria se não houvessem reservas, há sempre reservas em qualquer prestação de contas, tanto mais naquilo que é dito que sendo preocupação natural para algumas perspectivas, que nós compreendemos também. Creio que há que relativizar para as consciências dos demais que na minha modesta opinião são reservas de carácter absolutamente marginal naquilo que diz respeito à substância destas contas, porque de facto estamos a falar de Municípios, não estamos a falar de empresas e estamos a falar de Municípios que têm um POCAL implementado há meia dúzia de anos. Tomara a generalidade dos Municípios ver reflectido no seu activo aquilo que foi o trabalho feito ao longo dos vários anos, este ano vemos e vamos ver daqui a pouco nas contas o acréscimo do activo do Município para quase o dobro, pela incorporação de uma quantidade de activos que estão naturalmente a ser elencados, levantados e incorporados no activo. Portanto, reservas destas sinceramente não vejo que sejam de grande preocupação. Quanto à validação dos saldos dos terceiros, também tenho que dizer, pela análise que fiz do relatório, enfim, é naturalmente uma reserva, temos que o reconhecer, mas é uma reserva porque os senhores auditores e não dizem aqui que é da responsabilidade da Câmara sequer, nem dos serviços da Câmara, validaram 85% das dívidas a fornecedores, portanto, estão a dizer que não conseguiram garantir ao tostão as dívidas a terceiros, mas não colocam na verdade na sua conclusão qualquer reserva em relação a isto. E depois, gostava também de contrariar aqui uma afirmação do Senhor Deputado e Amigo Senhor Manuel Francisco Valente, é quando qualifica a execução da receita e da despesa do Município dizendo que é só 88% no caso da receita e só 86% no caso da despesa. E, de facto, aquilo que me incomoda é aqui o só. É que tive oportunidade também um destes dias e creio que outras pessoas aqui também terão tido, de tomar conhecimento do anuário financeiro dos Municípios, relativo às contas de 2008 e pasme-se que há aqui um ranking que diz respeito aos Municípios com maior grau de execução de receita cobrada, são 35 municípios em 308, e o 35º município tem aqui uma execução de receita de 85%, o trigésimo quinto e depois vai por aí acima. Portanto, ter só 88% sinceramente para mim não me preocupa muito. Muito obrigado. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do documento apresentado. =====

===== **Ponto cinco:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município/ 2009.* =====

===== *Presentes, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Actividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do activo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Actividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos activos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, a exemplo daquilo que tem sido feito noutros anos, se o Senhor Presidente autorizar, estando presente o Dr. Figueiredo Faria, que é o responsável por esta área na Câmara Municipal e como isto é um documento iminentemente técnico e depois a parte política cá estaremos para a discutir, talvez, se o Senhor Presidente autorizasse, pudéssemos assistir a uma apresentação.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. José Figueiredo Faria, Director do Departamento de Administração e Finanças, que fez uma apresentação dos documentos de prestação de contas/ 2009.* =====

===== *Boa tarde a todos. Vamos apresentar uma síntese das principais grandezas relativamente às prestações de contas/ 2009 e relatório de gestão. A abordagem vai ser feita em*

três ópticas: na óptica orçamental da receita, na óptica económica e na óptica financeira e patrimonial. Na óptica Orçamental, tendo em conta a componente da receita, verifica-se que a receita total efectiva atingiu os € 34.280.178 (trinta e quatro milhões duzentos e oitenta mil cento e setenta e oito euros), sendo que a taxa de execução orçamental face à dotação final situou-se nos 88,2%. Também podemos verificar uma diminuição anual da receita total efectiva de 48,8% face a 2008, atingindo €-32.643.255 (menos trinta e dois milhões seiscentos e quarenta e três mil duzentos e cinquenta e cinco euros). Portanto, esta diminuição tem a ver com o impacto na utilização do empréstimo de saneamento financeiro: no ano 2008 utilizou-se €31.470.418 (trinta e um milhões quatrocentos e setenta mil quatrocentos e dezoito euros) e em 2009 utilizou-se € 1.025.641 (um milhão e vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e um euros). Assim, deveremos aferir isto através de receita corrigida, portanto terá que se expurgar a utilização dos empréstimos e assim no ano 2008 a receita efectiva deveria ser de € 35.453.014 (trinta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e catorze euros) e em 2009 €33.254.537 (trinta e três milhões duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e trinta e sete euros), em que a variação corrigida implicaria aqui uma quebra de €-2.198.477 (menos dois milhões centos e noventa e oito mil quatrocentos e setenta e sete euros). Se formos a analisar quais foram as principais variações significativas de receita, verifica-se: em termos de passivos financeiros, €-30.538.244 (menos trinta milhões quinhentos e trinta e oito mil duzentos e quarenta e quatro euros), exactamente pela questão do volume de utilização de empréstimos de médio e longo prazo – saneamento financeiro; em termos de transferências de capital, verifica-se uma diminuição de €-2.288.770 (menos dois milhões duzentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta euros), -33,1% e que as explicações principais derivam de menos recebimentos a nível da Administração Central, da Cooperação Técnica e Financeira, respeitantes a contratos-programa de €-341.785 (menos trezentos e quarenta e um mil setecentos e oitenta e cinco euros); participações FEDER – IIQCA ON – QREN de €-1.766.726 (menos um milhão setecentos e sessenta e seis mil setecentos e vinte e seis euros); e, acordos de colaboração respeitantes ao Centro do Auditório da Escola Secundária Soares de Basto de €-150.005 (menos cento e cinquenta mil e cinco euros); a nível dos impostos directos, verifica-se também uma quebra de €-953.323 (menos novecentos e cinquenta e três mil trezentos e vinte e três euros), -10,7% e que derivam do imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens – IMT (€-958.809), do IMI (€-382.917), estas foram as duas grandes rubricas que contribuíram para que houvesse uma descida acentuada de -10,7%; as outras foram positivas: a derrama e o imposto único de circulação; a nível de transferências correntes, face a 2008 houve um aumento de € 409.301 (quatrocentos e nove mil trezentos e um euros), que derivam das transferências de Orçamento de Estado, residualmente do processo eleitoral, não obstante isso há uma diminuição das transferências da DREN (€-122.768); a nível de bens e serviços correntes, verifica-se um aumento de € 758.361 (setecentos e cinquenta e oito euros trezentos e sessenta e um euros), +14,6%, que respeita às quotas de serviço de água (€1.061.685), renda de concessão e exploração de energia eléctrica, venda de água e depois as outras componentes acabaram por

sofrer fortes reduções, a nível de resíduos sólidos, receita de saneamento, aluguer de espaços e equipamento e parques de estacionamento. A nível orçamental e na componente da Despesa, a despesa total efectiva atingiu € 34.782.985 (trinta e quatro milhões setecentos e oitenta e dois mil novecentos e oitenta e cinco euros), tendo uma taxa de execução orçamental face à dotação inicial de 89,1% e face à dotação final de 86,3%. Também analisando isto na óptica global e se formos a expurgar aqui também os efeitos de utilização de empréstimos, teríamos aqui um despesa corrigida no ano 2008 de € 35.816.374 (trinta e cinco milhões oitocentos e dezasseis mil trezentos e setenta e quatro euros) e no ano 2009 € 33.757.343 (trinta e três milhões setecentos e cinquenta e sete mil trezentos e quarenta e três euros), ora o que daria uma variação corrigida de € -2.059.031 (menos dois milhões e cinquenta e nove mil e trinta e um euros). Passando aqui para a óptica orçamental e análise do investimento no PPI, verifica-se que o PPI registou uma taxa de execução de 73,5%, totalizando € 4.627.791 (quatro milhões seiscentos e vinte e sete mil setecentos e noventa e um euros). Esta variação de investimento (2009vs2008) está fortemente associada à utilização do empréstimo de saneamento financeiro que originou um nível de pagamentos elevado em 2008, justificando assim o decréscimo do investimento em 2009, em € -21.512.947 (menos vinte e um milhões quinhentos e doze mil novecentos e quarenta e sete euros). Porquê? Porque no PPI uma das formas de se ver também o seu nível de execução tem a ver com o nível de pagamentos, portanto, aqui tendo em conta o empréstimo e o nível de pagamentos ocorrido em 2008 faz com que haja esta forte variação. Passando agora para a óptica económica e na vertente de custos, os custos do ano totalizaram € 31.806.361 (trinta e um milhões oitocentos e seis mil trezentos e sessenta e um euros), sendo os mais representativos: custos com pessoal, com um peso de 33,5% vs 33,9% em 2008, aqui verifica-se uma pequena redução do peso relativo com os custos do pessoal face aos custos totais no ano e face a 2008; fornecimentos e serviços externos com 20,5%; amortizações do exercício com 17% e transferências e subsídios correntes concedidos 9,2%. Chamo só aqui a atenção de que os custos com o pessoal registaram um aumento face a 2009 de 2,2% (€ +225.393), mas conseguiu absorver parcialmente o aumento de 2,9% da massa salarial pela actualização do índice 100 da função pública. A nível das variações de custos mais significativas de 2009 vs 2008, verificamos aqui que entre duas rubricas, tendo em conta uma orientação do SATAPOCAL quanto ao critério contabilístico de registo, que em 2008 a componente de custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas era considerada, quanto à componente de electricidade e iluminação pública, na rubrica dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, em 2009 tem de ser contabilizada na componente de fornecimentos e serviços externos. Esta alteração condiciona depois a comparabilidade directa, entre exercícios das rubricas fornecimentos e serviços externos e custos mercadorias vendidas e matérias consumidas. Globalmente as rubricas de fornecimentos e serviços externos e custos mercadorias vendidas e matérias consumidas registaram uma diminuição do volume anual de custo em 3,98%, totalizando € 7.594.568 (sete milhões quinhentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e oito euros). Estes aumentos e diminuições nas diferentes sub-rubricas, globalmente estas rubricas

evidenciam um decréscimo sustentado nos últimos quatro exercícios. A nível de transferências e subsídios correntes concedidos, eles atingiram € 2.938.236 (dois milhões novecentos e trinta e oito mil duzentos e trinta e seis mil euros), registando globalmente uma diminuição de 11,1% face ao ano anterior. As principais atribuições concentraram-se nos seguintes tipos de subsídios/entidades: apoio a actividade de enriquecimento curricular (AEC's) (€ 946.000), Associação Município Terras de Santa Maria (€ 298.000), refeições escolares (€ 257.000), cooperação da rede pré-escolar (€ 241.000), União Desportiva Oliveirense (€ 160.000), apoios económicos (€ 127.000), Academia de Música de Oliveira de Azeméis (€ 100.000), Associação Comercial Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra (€ 87.000), eleições/recenseamento eleitoral (€ 77.000), apoio à formação (€ 59.000), Fundação La-Salette (€ 53.000) EDVENERGIA (€ 49.000), subsídio de livros (€ 43.000), Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis (€ 40.000). Em termos de variações de custos, de perdas financeiras, o ano 2009 registou uma diminuição dos custos financeiros de 22,1%, € -472.046 (menos quatrocentos e setenta e dois mil e quarenta e seis euros), face ao ano anterior. Isto aqui deriva da reestruturação da dívida no final do ano 2008 e a diminuição das taxas de juro de mercado, que contribuíram favoravelmente para a evolução dos encargos financeiros, registando-se uma diminuição anual dos custos com juros de mora de € 1.003.270 (um milhão e três mil duzentos e setenta euros) e o aumento dos juros de empréstimos bancários de médio e longo prazo no valor de € 526.916 (quinhentos e vinte e seis mil novecentos e dezasseis euros). Os custos e perdas extraordinárias registaram um aumento de € 1.257.285 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e cinco euros) face ao ano 2008. Contribuíram mais significativamente para estas variações: aumento dos subsídios de capital atribuídos às Juntas de Freguesia (€ +288.605), aumento dos subsídios de capital concedidos a outras entidades, ou seja, colectividades e associações (€ +233.572), isenções de taxas de loteamentos e obras reportadas a exercícios anteriores, em que temos o caso mais significativo a GESTAMP, com o valor de € 546.068. Em termos de óptica económica e também na componente dos proveitos, os proveitos do ano totalizaram € 33.710.306 (trinta e três milhões setecentos e dez mil trezentos e seis euros), com uma variação de € -1.776.848 (menos um milhão setecentos e setenta e seis mil oitocentos e quarenta e oito euros) face a 2008. A variação anual dos proveitos operacionais sofreu aqui uma redução de -6,8%, € -2.240.974 (menos dois milhões duzentos e quarenta mil novecentos e setenta e quatro euros), sendo os mais representativos, em termos de peso: as transferências e subsídios obtidos (45,7%), as receitas de impostos e taxas (25,9%), vendas e prestações e serviços (13,5%), proveitos e ganhos extraordinários (9,4%). Ainda também relativamente aos impostos e taxas, os proveitos também sofrem aqui o mesmo tipo de explicações que na componente da análise orçamental: o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre Transmissões de Bens, em que o IMI e o IMT têm a ver com a redução da actividade económica e com a crise que tem afectado o País e o mundo e por outro lado também deriva do efeito do aumento em 2008 da redução das taxas máximas de IMI também impostas em 2008; e, por outro lado as taxas sobre loteamentos e obras, com uma redução de

€-390.220 (trezentos e noventa mil duzentos e vinte euros). A nível das transferências e subsídios obtidos, houve aqui uma variação positiva de €+278.491 (duzentos e setenta e oito mil quatrocentos e noventa e um euros), +1,8%, que deriva principalmente de transferências correntes e de capital do Orçamento de Estado e uma residual do processo eleitoral, conseguindo absorver no entanto as outras componentes que diminuíram: transferências da DREN, participações a nível do FEDER, Fundo Social Europeu, FEOGA e também das transferências de capital exterior, que tem a ver com empresas e instituições particulares, designadamente a questão dos donativos ou doações que este ano baixaram €-228.354 (menos duzentos e vinte e oito mil trezentos e cinquenta e quatro euros). A nível de vendas e prestações de serviços, verifica-se aqui também uma redução de €-501.812 (menos quinhentos e um mil oitocentos e doze euros), sendo as principais justificações a venda de água, prestações de serviços – saneamento e conservação, resíduos sólidos, transportes colectivos pessoas e mercadorias, sendo depois compensados de alguma forma mas que não conseguiu absorver na totalidade, o aumento a nível das quotas de serviço de águas residuais e aumento das quotas de serviço de resíduos sólidos. Verifica-se também aqui uma redução nos trabalhos para a própria entidade, que tem a ver com a aquisição de materiais e diminuição da actividade por administração directa, com uma redução de €-254.609 (duzentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e nove euros) -44,1%. A nível de ganhos e proveitos extraordinários verifica-se aqui uma variação anual de €+524.656 (quinhentos e vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis euros) +19,7%, que tem a ver com o reconhecimento como proveito dos subsídios ao investimento, na parte que ao passar-se as piscinas para a integração do capital da GEDAZ implica aqui por esse efeito estes ganhos extraordinários. A nível da óptica de investimento e económica, o volume de investimento do executado/ facturado, que engloba investimento do PPI + os trabalhos para a própria entidade por administração directa, totalizaram € 5.993.341 (cinco milhões novecentos e noventa e três mil trezentos e quarenta e um euros), registando um decréscimo de 26,7% face ao ano anterior. Passando agora para a componente de resultados, verificamos resultados operacionais positivos de € 3.485.889 (três milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e oitenta e nove euros), registando um decréscimo anual de € 2.552.958,32 (dois milhões quinhentos e cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e oito euros e trinta e dois cêntimos). Os resultados financeiros de €-1.625.379 (menos um milhão seiscentos e vinte e cinco mil trezentos e setenta e nove euros), que evidenciam uma melhoria face ao ano anterior de 20%, na ordem dos € 411.516 (quatrocentos e onze mil quinhentos e dezasseis euros), derivados da reestruturação da dívida no final do ano 2008, a redução das taxas de juro do mercado financeiro e a diminuição global da dívida municipal, que determinaram a redução dos encargos financeiros e conseqüentemente a melhoria dos resultados financeiros do Município. Os resultados extraordinários totalizaram € 43.434 (quarenta e três mil quatrocentos e trinta e quatro euros), registando uma diminuição anual de €732.628 (setecentos e trinta e dois mil seiscentos e vinte e oito euros), tem a ver com o aumento anual das transferências de capital concedidas e a isenção de taxas de loteamentos e obras

relativas a exercícios anteriores, representam as componentes mais expressivas na variação verificada nos resultados extraordinários do exercício. Resultando assim, um Resultado Líquido do Exercício de € 1.903.9454 (um milhão novecentos e três mil novecentos e quarenta e cinco euros), com uma diminuição face a 2008 de € 2.874.071 (dois milhões oitocentos e setenta e quatro mil e setenta e um euros). Passando agora para a óptica financeira e patrimonial, em termos de balanço, o activo líquido totaliza € 191.348.546 (cento e noventa milhões, trezentos e quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e seis euros), registando um aumento anual de €81.431.571 (oitenta e oito milhões quatrocentos e trinta e um mil quinhentos e setenta e um euros). Este aumento do activo líquido tem a ver com o aumento do imobilizado líquido, que tem a ver com o registo e a valorização patrimonial das áreas cedidas dos loteamentos, que depois vai ter reflexo nos fundos próprios que atingiram € 122.370.500 (cento e vinte e dois milhões trezentos e setenta mil e quinhentos euros), registando um crescimento de € 84.639.777 (oitenta e quatro milhões seiscentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e sete euros). Em termos da evolução da dívida e da componente de endividamento municipal, verifica-se que a dívida total no final de 2009 cifra-se em € 51.734.951 (cinquenta e um milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e cinquenta e um euros), mantendo uma tendência de diminuição consolidada nos últimos anos, registou este ano uma variação de €-600.350 (menos seiscentos mil trezentos e cinquenta euros), -1,1% face a 2008 e uma diminuição acumulada nos últimos quatro exercícios de €-5.067.414 (menos cinco milhões e sessenta e sete mil quatrocentos e catorze euros). Em termos de endividamento líquido municipal em 2009 ficou situado em € 39.833.141 (trinta e nove milhões oitocentos e trinta e três mil cento e quarenta e um euros), registando uma variação de €-1.779.747 (menos um milhão setecentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e sete euros), superando assim o montante de redução imposto pelo n.º 2 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais, portanto que diz a uma diminuição de 10%. No período 2006 a 2009, o endividamento registou uma diminuição acumulada de € 10.302.016 (dez milhões trezentos e dois mil e dezasseis euros), poder-se-á acrescentar ainda aqui que conseguimos superar na ordem dos € 199.000 (cento e noventa e nove mil euros). No que diz respeito à dívida de empréstimos de médio e longo prazo considerados no endividamento, totalizou € 41.039.378 (quarenta e um milhões e trinta e nove mil trezentos e setenta e oito euros), registando uma redução para efeitos de endividamento de € 2.329.808 (dois milhões trezentos e vinte e nove mil oitocentos e oito euros), valor que superou em € 160.476 (cento e sessenta mil quatrocentos e setenta e seis euros) a redução mínima legal também de 10%. É tudo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se. =====

===== O Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Feita esta apresentação técnica, permitam-me só que acrescente aqui algumas questões que não foram apresentadas pelo Dr. Figueiredo Faria, mas que eu considero importantes para a discussão que vamos ter nesta prestação de contas. Em primeiro lugar, voltar a atenção para aquilo que consta do relatório dos Revisores Oficiais de Contas, ou seja, estamos a falar de umas contas e há minutos atrás tivemos oportunidade de perceber o que é que os Revisores diziam relativamente às contas. Mas há aqui duas ou três matérias que são importantes. Uma, prende-se com o esforço que foi feita este ano 2009, paralelo a esta matéria do ponto de vista das questões dos números orçamentais e da execução que se prende com o SIADAP (Sistema Integrada de Avaliação de Desempenho da Função Pública. Hoje, é comum ver-se o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, o Senhor Dr. José Junqueiro, ameaçar os municípios que não cumpram com o SIADAP, que os Presidentes de Câmara possam vir a perder o mandato. Portanto, dizer-vos que nós nesta matéria, em Oliveira de Azeméis, temos sido precursores e no ano 2009 também servimos de exemplo e inspiração para outros municípios, sendo certo que qualquer sistema de avaliação não é perfeito e este também tem os seus problemas e cria inclusive muitas dificuldades, mas estamos a cumpri-lo na íntegra e já temos até, relativamente a 2010, situações bem positivas. Depois dar-vos conta que em 2009, porque também é um item importante que tem a ver com as contas, a taxa de absentismo dos funcionários do Município fixou-se em 7,59%. O que é bom, ainda há pouco estive a ver outros municípios, muitos municípios acima dos 10%, atingindo os dois dígitos e nós estamos em 7,59%. Portanto, era bom fazer-se esta referência. Uma outra referência, prende-se com as certificações de qualidade. Eu sei que muitas vezes há uma tendência muito grande para desvalorizar o esforço que é feito na certificação da qualidade, mas no ano 2009, tivemos mais três certificações, mais dois serviços: Gabinete Médico-Veterinário e a Secção de Expediente e Serviços gerais; e uma actividade, na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos certificamos a Educação Ambiental. Quer isto dizer que temos 49 certificações no nosso município, ou seja, somos dos municípios, da nossa dimensão, com mais serviços qualificados e isso dá-nos mais responsabilidade. Importa também aqui, na perspectiva também da receita as explicações já foram dadas, bem como na despesa do ponto de vista orçamental, importa situar-nos na situação económico-financeira. É uma matéria muito importante, porque quando discutimos aqui e aliás ficou prometido para hoje voltarmos a conversar sobre a matéria, que é do pessoal na altura do Orçamento. Portanto, dizer-vos que há um aumento das despesas com o pessoal. Um aumento de 2,2%, mas relembro que no ano de 2009 o aumento decretado pelo Governo foi de 2,9%, o que vem-nos provar estas contas que estávamos certos quando falávamos e quando discutíamos esta matéria aqui há um tempo atrás. Há uma política de restrição naquelas que são as admissões de pessoal na Câmara Municipal e no ano 2009 tivemos dezassete admissões e vinte e quatro saídas. E convém esclarecer aqui também, para que não subsista qualquer dúvida, que este deve haver entradas e saídas não tem nada a ver com a GEDAZ, porque há uma ligeira confusão, há aí umas apreciações precipitadas e dizer que não há nenhum funcionário que transitou da Câmara Municipal para a GEDAZ, portanto as saídas foram

saídas algumas negociadas, outras por idade de reforma e as admissões foram dezassete. Dizer-vos também, porque é importante fazer esta referência, que eu já o fiz aqui mas não o fiz de forma factual e objectiva, que durante o ano 2009 nós recebemos da DREN, conforme já tiveram oportunidade de ver, € 661.850 (seiscentos e sessenta e um mil oitocentos e cinquenta euros) e os custos com as AEC's totalizaram € 946.000 (novecentos e quarenta e seis mil euros). Ora esta diferença, entre aquilo que os custos de € 946.000 e aquilo que recebemos da DREN €661.850 merece reflexão, atendendo às circunstâncias socioeconómicas que vivemos e às nossas contas, ou seja, há aqui um esforço financeiro do Município muito superior aquele que é transferido pela DREN. Importa também aqui fazer uma outra referência, que tem a ver com as quebras das receitas e é importante dizer-vos que há uma forte influência na quebra das receitas, na diminuição da arrecadação das taxas e dos impostos. Nós estamos a falar de uma quebra de 16,3%, estamos a falar de € 1.696.360 (um milhão seiscentos e noventa e seis mil trezentos e sessenta euros) e, portanto, temos aqui só no IMI €-381.199 (menos trezentos e oitenta e um mil cento e noventa e nove euros), no IMT €-922.098 (menos novecentos e vinte e dois mil e noventa e oito euros) e nas taxas e loteamentos €-390.220 (menos trezentos e noventa mil duzentos e vinte euros), ou seja, nós não fomos excepção, ou seja, também fomos negativamente contagiados com a crise que o País atravessa. Permita-me que dê também uma palavra sobre o investimento, porque o volume de investimento em 2009, foi de € 5.993.314 (cinco milhões novecentos e noventa e três mil trezentos e catorze euros) e teve um decréscimo relativamente ao ano anterior. É bom que tenhamos essa noção, há uma redução do investimento, mas também permitam-me que destaque aqui quer o que fizemos na educação, no ordenamento do território, na rede viária, no Parque Temático Molinológico, na Zona Desportiva e toda a sua envolvência, entre muitos outros investimentos que os senhores conhecem e que não vou estar a maçar-vos relativamente a essa matéria. Melhoramos igualmente os resultados financeiros em 20% e isso também é interessante. E temos nas contas de 2009 um cash-flow de € 7.422.867 (sete milhões quatrocentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta e sete euros) que gerou uma margem para o investimento, redução anual da dívida global municipal e redução do endividamento líquido. O Dr. Figueiredo já falou e não vou estar a repetir a questão do activo líquido e, portanto, das questões da situação financeira e patrimonial, mas deixem-me também falar, para depois o Senhor Deputado Manuel Francisco Valente depois não me acusar de só falar das coisas positivas, deixem-me falar-vos do prazo médio de pagamento (PMP). O prazo médio de pagamento registou um agravamento face ao ano anterior, ou seja, nós estamos a falar no prazo médio de pagamento que neste momento está em 145,8 dias. Se me perguntarem se estamos satisfeitos, não estamos. Não estamos e temos que baixá-lo, temos que reduzir o prazo médio de pagamento. Mas, no entanto, convém também dizer-vos para que não ponham as mãos à cabeça, que este prazo médio de pagamento de 145,8 dias cumpre o limite de 180 dias que está definido no art.º 3º, nº4 do Decreto-lei 38/2008. Não é satisfatório, queremos mais, queremos evidentemente atingir outros valores e não queremos voltar, como é evidente, aos anos de 2005, 2006 e 2007, quando falávamos em 325 dias, 779

dias e 570 dias, ou seja, nós aumentamos este prazo médio de pagamento, não estamos satisfeitos e temos que o reduzir até porque temos outros compromissos que estão inscritos no Plano de Saneamento Financeiro. Deixem-me só falar-vos, porque eu julgo que é importante, porque se tem falado tanto da dívida, vamos lá falar da evolução da dívida. Isto são números, para que não subsistam dúvidas na cabeça de ninguém, porque estamos a falar de números e o volume global da dívida municipal regista uma diminuição de -1,1%, ou seja, com este nível de investimento que tivemos conseguimos reduzir € 600.350 (seiscentos mil trezentos e cinquenta euros) e, portanto, se juntarmos aos últimos quatro exercícios estamos a falar de € 5.067.414 (cinco milhões e sessenta e sete mil quatrocentos e catorze euros). Quanto ao endividamento líquido municipal, ele totaliza € 39.833.141 (trinta e nove milhões oitocentos e trinta e três mil cento e quarenta e um euros), registando uma diminuição de €-1.779.747 (menos um milhão setecentos e setenta e nove mil setecentos e quarenta e sete euros), diminuição essa que superou o montante de redução imposto pelo nº 2 do art.º 37 da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, conforme o ROC certifica. Dizer-vos também que a dívida de empréstimos de médio e longo prazo considerados no endividamento totalizam € 41.039.378 (quarenta e um milhões e trinta e nove mil trezentos e setenta e oito euros), registando uma redução para efeitos de endividamento de €2.329.808 (dois milhões trezentos e vinte e nove mil oitocentos e oito euros), valor que superou em € 160.476 (cento e sessenta mil quatrocentos e setenta e seis euros) a redução mínima legal, ou seja, a legislação exigia-nos uma redução mínima de € 2.169.332 (dois milhões cento e sessenta e nove mil trezentos e trinta e dois euros). Permitam-me também dizer-vos que nós que estamos aqui, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, temos uma responsabilidade objectiva em 2/12 destas contas, nós tomamos posse no dia 31 de Outubro e estamos em funções, no que diz respeito ao ano de 2009, em Novembro e Dezembro. Mas evidentemente que estamos cá para assumir estas contas como nossas, no registo de total transparência e de rigor, conscientes do trabalho que temos pela frente nos próximos anos, mas também conscientes do esforço que foi feito para atingirmos estes números. Não é uma tarefa fácil, é verdade, mas se mantivermos este caminho de rigor e de exigência, bem como de equilíbrio e consolidação económico-financeira vamos seguramente ter uma situação bem melhor. Dar-vos nota também que os investimentos que temos em curso para o ano de 2010 e futuro, mas não é este o momento para o falar, eu vou só dar alguns exemplos, porque eu sei que muitas vezes é dito que estas coisas já deviam estar feitas e choca-me, sinceramente choca-me, o País tem um problema, já é entre os vizinhos, nós achamos sempre que os vizinhos têm melhor que nós, e então eu tenho visto que ultimamente têm dito que Oliveira de Azeméis está a perder competitividade para os Municípios vizinhos e nós temos esta responsabilidade, estamos aqui e temos um mandato para cumprir. Eu tenho obrigatoriamente que falar nestas coisas, porque sinceramente choca-me o continuar de dizer isto, parece que até têm algum prazer de dizer isto. Permitam-me perguntar-vos a todos, onde é que vai ser feita a Escola Superior Aveiro Norte da Universidade de Aveiro? É em Oliveira de Azeméis. É um factor de competitividade relativamente aos concelhos vizinhos, ou não é? Eu acho que é. Aonde é que vai ser construído o novo hospital do Entre o Douro e

Vouga? O novo Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga? Aonde é que é? É no concelho de Oliveira de Azeméis. Isto é um factor de competitividade relativamente aos concelhos vizinhos, ou não é? Eu acho que é, sinceramente acho que é. Não sei, posso estar enganado. A área de acolhimento empresarial que já discutimos hoje, vai ser uma área de excelência que é uma aposta da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, onde é que vai ser construída? No concelho Oliveira de Azeméis, nas freguesias de Ul e Loureiro. Isso vai aumentar a nossa competitividade relativamente aos concelhos vizinhos? Vai ou não? Vai, eu acho que vai. Mas então estão a dizer que nós estamos sempre perder competitividade, que estamos atrasados, que ficamos para trás. Sinceramente, eu acho que chegou um bocadinho o momento de nós deixarmos isso, deixarmos de ter esse discurso, de termos este discurso pessimista, pessimista. Felizmente que esse discurso pessimista, não tem havido contágio, os Oliveirenses não se deixam contagiar com esse discurso pessimista, porque ele é levado até à exaustão. E depois há aqui uma equação que é quase impossível e que eu sinceramente não sei fazer e também não sou candidato a prémio Nobel, que é por um lado, reclama-se investimento de tudo e mais alguma coisa e por outro lado exige-se o endividamento, porque eu já estou a ouvir o discurso do Partido Socialista: reduzir mas foi pouco. Mas se olharmos ao investimento que eles diziam que era preciso fazer, então era completamente cumprir o que quer que seja. Portanto, meus caros, estas são as contas que são, são as contas de 2009, estão certificadas pelo Revisor Oficial de Contas, cumprindo todos os prazos e tudo aquilo a que a Lei nos obriga. Como lhes disse, isto é factual, são contas. E, portanto, é bom que os Oliveirenses tenham a noção clara destas mesmas contas, mas que não se deixem influenciar por cenários catastróficos, porque nós temos que ter a visão, o empenho e a coragem para não cruzarmos os braços, pelo contrário arregaçarmos as mangas. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, José Campos, Dr. Fernando Pais Ferreira e Dr. António Rosa. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Mais uma vez muito voa tarde. Há bocado esqueci-me de agradecer o voto de congratulação do Dr. Jorge Oliveira, pela nossa Bancada ser sempre pontual e assídua, é difícil juntar tanta gente aqui há hora certinha, mas a gente esforça-se para isso e é bom sentirmos que cumprimos, porque acho que é um dever de todos nós. O CDS/PP de Oliveira de Azeméis, assim como eu, temos uma filosofia que às vezes pode parecer um bocado irritante a quem nos tem que ouvir, mas nós defendemos que de tostão em tostão se chega ao milhão. É verdade, é assim que a nossa concelhia é gerida e posso dizer que no dia das eleições tínhamos tudo pago. Foi pobre? Foi, mas foi feita com rigor e não endividamos em mais do que aquilo que tínhamos, comprávamos aquilo que podíamos e só comprovamos mais quando o dinheiro aparecia, se não

aparecesse não era comprado. O nosso candidato à Câmara sentiu isso muito na pele, mas no fim compreendeu que era assim que devia ser assim. E o porquê desta introdução? Porque nós sentimos que depois de uma apreciação, que não foi só nossa, tentamos também arranjar pessoas avisadas no assunto, que nos ajudassem a fazer uma avaliação destas contas. E pela análise dos documentos a situação financeira do Município surgiu um bocado calamitosa. Calamitosa, porquê? Porque a luz ao fundo do túnel está lá, vê-se que há um esforço, que há uma tentativa, vê-se resultados, mas sente-se que era preciso mais, preciso mais para cumprir o que nos é pedido. Por exemplo, podemos-nos colocar no lugar de uma família que deve à banca todo o rendimento dos próximos dois anos, ou seja, tudo o que vai ganhar tem que o pagar directamente ao banco. Onde é que vai buscar dinheiro para pagar as contas do quotidiano, pois se tudo o que ganha vai para pagar as dívidas? Ou seja, é difícil porque não se pode viver sem nenhum dinheiro. Mesmo o Plano de Saneamento Financeiro não está nem perto de ser cumprido, senão vejamos as dívidas a fornecedores que continuam muito acima do esperado como o Senhor Presidente assumiu que é verdade, do que o desejado. Quando se fez o empréstimo bancário, uma das bandeiras que solicitava a sua aprovação, ainda no anterior elenco camarário, era o pagamento aos fornecedores para a sua subsistência. Ora, com isso esperava-se uma redução drástica do prazo médio de pagamento, até para a subsistência dos próprios fornecedores. Acho que é um aspecto que não se conseguiu cumprir e que era importante se continuar a batalhar por ele. Pela análise das contas, também nos parece que ainda não existe uma verdadeira consciência da gravidade da situação, talvez seja a minha parte de que de tostão em tostão se chega ao milhão. A ideia que nós ficamos, até porque fizemos um estudo das várias despesas que tinham lá, do que ainda se devia e se calhar havia lá aspectos de que um bocadinho aqui e um bocadinho ali poderiam ter feito com que a fatia de dívida fosse bastante inferior. Questionamos então com este tipo de panorama e se fosse em nossa casa como é que nós podíamos continuar a defender a gestão dos bens públicos, se seria gerido como em nossa casa, sabemos que há inerências para gerir bens públicos, há inerências para gerir a nossa própria casa. Ora bem, já não é a primeira vez que nós aqui o dizemos, eu já o disse, eu acho que os bens públicos deviam ser geridos como nós gerimos as nossas casas. Sabemos perfeitamente que esta dívida não é de hoje, não é de há quatro anos, já se vem acumulando há muito tempo. Acho que está na altura de nós assumirmos que se tem que fechar a torneira, acho que está na hora de assumirmos de que tudo o que é supérfluo tem que parar, não só aqui em Oliveira de Azeméis, mas também no nosso País. As infra-estruturas que foram construídas com custos tão elevados para as finanças da autarquia, não teriam de ter sido pensadas de outra forma? Qual é o retorno financeiro actual dessas infra-estruturas? É importante ter as infra-estruturas, se calhar devia-se ter estudado bem o retorno e se calhar no tempo como fazê-las, como aplicar esses investimentos. Construir Zonas Industriais que nos trarão algum retorno ao nível do emprego e contribuições fiscais, isso sim parece-nos ser aceitável, agora tudo o que seja supérfluo em tempos de crise aguda, como é o caso, não nos parece sensato. Realmente, o Senhor Presidente falou e muito bem, todos nós aqui exigimos que

queremos coisas que sejam feitas na nossa terra, asfaltamentos e variadíssimas situações que queremos ver cumpridas, daí que temos que fazer um papel muito rigoroso nas exigências que queremos fazer, mas também em as aplicar. Claro que o aspecto mais difícil é o vosso, que têm que as aplicar e gerir essa situação, mas acho que chegou a altura de qualquer instituição pública pensar muito bem antes de fazer qualquer investimento e pensar no custo da oportunidade. O dinheiro gasto numa situação nunca mais retorna para trás. É importante começarmos a pensar realmente no valor da aplicação do dinheiro. Em relação à competitividade, o Dr. Hermínio Loureiro, falou que nós sentimos que estamos a perder competitividade para os concelhos vizinhos. Eu como Oliveirense, antes de andar aqui nestas andanças senti, de há uns anos para cá, realmente uma tristeza de ver concelhos vizinhos já avançarem aspectos que nós não estávamos. Sinto neste momento uma tentativa de inversão, sinto que realmente os investimentos que o Dr. Hermínio Loureiro falou serão importantes para inverter isso, mas tenho que dizer que nós perdemos competitividade nos últimos anos. Sinto que estamos numa tentativa de inversão e é por aí que temos que ir, mas que perdemos sem dúvida que perdemos e sinto-me triste ao passar em concelhos vizinho e ver concelhos que foram sempre considerados abaixo de nós a crescer. Sabemos que há medidas a tomar, que podem ter custos de imagem, que são as medidas que podem ser consideradas impopulares, custando por vezes votos preciosos, mas a coragem de decidir, a coragem de reagir, tendo em conta o objectivo de inverter esta coerência que augura o desastre, é também um valor que prezamos e que temos muito em conta. Consciente sobre essas implicações, o CDS de Oliveira de Azeméis apresentou uma proposta eleitoral rigorosa, comedida, já tínhamos a ideia da situação financeira muito preocupante do nosso concelho. Por mais impopular que seja, achamos que está na altura de se assumir neste concelho o princípio de que se não há dinheiro, não há vícios. Não podemos esquecer que somos bombardeados diariamente com notícias que aumentam a nossa intranquilidade quanto ao futuro deste país. Logo o nosso futuro não é o pior, o pior ainda poderá estar para vir. A conjuntura económica que se nos apresenta, os juros bancários mais tarde ou mais cedo terão que subir e aí a dívida vai-se começar a ressentir e temos que pensar nisso. Se nada for feito em prol da sua contenção e redução, tomará proporções deveras preocupantes. Antes de vir para aqui, estive a ler no “Público” o Dr. Luís Campos e Cunha a falar, também ele preocupado com a situação do País e dava ele a analogia do Titanic, o barco estava era a ir ao fundo e estava a orquestra a tocar. Não podemos ter a tentação calamitosa, o barco está a ir ao fundo. Não, eu acho que Oliveira de Azeméis não está a ir ao fundo, o País não está a ir ao fundo. Temos que assumir as coisas com realismo e com vitalidade, não podemos é ficar a ver a banda a tocar, temos que pousar os instrumentos e batalhar. Eu acredito que é isso que Oliveira de Azeméis vai fazer, porque temos que dar a volta a esta situação. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Antes de fazer uma análise política aqui das contas, pegando um bocado no comentário do Senhor Presidente da Câmara, dizer que nunca senti da parte do PS uma visão miserabilista, derrotista e com pouca auto-estima relativamente às críticas que vem fazendo ao Município. Sempre, sempre, o PS teve visão estratégica, teve muitas recomendações a fazer à gestão da Câmara e todas elas orientadas no sentido de baixar a despesa corrente, aumentar os investimentos de capital e fundamentalmente aumentar a receita do próprio Município. Nunca, nunca vi da parte do PS, principalmente daquilo que eu tenho alguma intervenção, dizer que nós somos piores ou melhores, o que se criticou foi aqui sempre alguma falta de visão estratégica por parte do Município e uma ausência completa de alguma racionalidade da gestão que deve presidir a quem gere os destinos da autarquia. E fundamentalmente nós entendemos, por diversas razões, eu não vou elencar muitas, que não foram na prática em muitas situações escolhidas as prioridades certas. Portanto, nós não dizemos que os outros que estão ao nosso lado são melhores ou piores do que nós, nós o que queremos ser é melhores, ainda melhores e bastante melhores que os outros. Eu relativamente a estas contas, o PS relativamente a estas contas e no seguimento até de alguma discussão da Vereação Socialista no Executivo Camarário, nós temos de facto, e o Senhor Presidente da Câmara também de alguma forma à surdina, não de forma expressa, referiu algumas debilidades que nós aqui temos. E pegando um bocado no discurso do Dr. Miguel Portela, de facto eu também não tenho a visão calamitosa de que o Titanic se está a afundar, o Titanic entenda-se a Câmara, está de alguma forma encalhado mas não está numa operação de afundamento. Mas desde logo e é uma coisa que nos compete dizer, é que este ano é o primeiro ano de vigência efectivo do Plano de Saneamento Financeiro das contas do Município. E cumpre-nos de facto, Senhor Presidente, fazer aqui alguma análise, ou seja, o que é que nos foi imposto para cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro das contas do município e o que é que de facto se fez durante este ano de 2009. Como V. Exa. sabe o Município e o Executivo Camarário sabe, há três aspectos que o Plano de Saneamento Financeiro das contas do Município tinha, que era: as dívidas a fornecedores, as dívidas de médio/longo prazo e o prazo médio de pagamento. E de facto, na dívida a fornecedores de imobilizado, o Plano de Saneamento Financeiro previa € 216.000 (duzentos e dezasseis mil euros) e o resultado das contas foi € 2.750.000 (dois milhões e setecentos e cinquenta mil euros). No que respeita às dívidas a fornecedores, o Plano de Saneamento Financeiro previa € 1.154.000 (um milhão cento e cinquenta e quatro mil euros) e o resultado em 2009 foi de € 4.620.000 (quatro milhões seiscentos e vinte mil euros). Esta é a nueza e crueza dos números. A dívida total, o Plano de Saneamento previa € 47.284.000 (quarenta e sete milhões duzentos e oitenta e quatro mil euros) e como o Dr. Figueiredo expôs, a dívida total em 2009 foi de € 51.735.000 (cinquenta e um milhões setecentos e trinta e cinco mil euros). O prazo médio de pagamento, como V. Exa. já fez referência, de facto está nos 146 dias e o Plano de Saneamento Financeiro previa 48 dias. Não obstante haver o cumprimento da Lei das Finanças Locais, de facto há aqui uma décalage muito grande e obviamente que isto não nos pode deixar de preocupar, independentemente e sem prejuízo de alguma crítica que se possa fazer a este

aspecto. Há aqui uma coisa que também queríamos assinalar, de facto há um decréscimo global da dívida de cerca de € 600.350 (seiscentos mil trezentos e cinquenta euros). Mas este decréscimo da dívida nós temos que o analisar de per si, ou seja, será que este decréscimo da dívida foi resultado de uma gestão racional, equilibrada, ponderada, foi através dos instrumentos de gestão adoptados pela Câmara Municipal que esse montante global da dívida desceu? Gostaríamos que assim fosse, mas não é. De facto, essa diminuição da dívida refere-se à não contabilização de custos assumidos, directa ou indirectamente pelo município, tais como: protocolos de delegação de competências celebrados com Juntas de Freguesia e com as IPSS do concelho, cuja despesa se encontra aprovada, realizada, justificada e apenas não validada atempadamente pelos serviços municipais, assim como, e V. Exa. já fez referência à empresa municipal GEDAZ, em que há uma transferência das despesas do pessoal para a empresa municipal GEDAZ. O relatório de conta de gerência traduz e concretizando não diria calamitosa, calamitosa é quase uma expressão catastrofista demais como utilizou o Dr. Miguel Portela, mas de facto conduz-nos aqui a uma degradação destes princípios indicadores e de facto a uma “décalage” muito grande daquilo que sempre se assumiu ser um planeamento de saúde financeira e de recuperação financeira do município. Evidentemente que a manter-se estes princípios de gestão, as coisas tendem a piorar, a situação tende-se a agravar e de facto o Partido Socialista não pode ficar satisfeito com esta ausência de gestão estratégica, política estratégica e de racionalidade na gestão. Mas, analisando alguns aspectos, alguns aspectos já foram analisados, V. Exa. já falou e o Dr. Portela já falou, mas eu queria apontar aqui dois ou três temas importantes para nós analisarmos a conta. No capítulo da análise da receita, verificamos que a autarquia arrecadou € 34.028.000 (trinta e quatro milhões e vinte e oito mil euros), o que representa um aumento em relação a 2007 de € 700.000 (setecentos mil euros) mas uma redução de 2,2 milhões de euros relativamente a 2008. Um dos aspectos mais importantes da receita da autarquia provém das transferências de capital e das transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado. Não nos podemos esquecer que foram transferidos € 633.000 (seiscentos e trinta e três mil euros), o que demonstra que de facto há alguma atenção por parte da Administração Central nesta questão. Um dos factores que contribuiu para o decréscimo das receitas foi de facto a diminuição da colecta nos impostos directos. E aquele argumento que sempre se utiliza neste aspecto, que é da economia, da bolha, etc., mas o que é facto é que independentemente das receitas da diminuição do IMT e do IMI, nós assistimos aqui a que um dos aspectos da receita que vem aumentando é a derrama. Todos sabemos o que é a derrama e não obstante essa receita ser uma receita camarária, evidentemente que reduz e fragiliza o investimento, a capacidade de investimento das empresas, impedindo de alguma forma criação de riqueza e a promoção de uma empresa. Quanto aos encargos com o pessoal, é óbvio que nós estamos sempre preocupados com o impacto que a despesa com o pessoal tem. Os encargos com o pessoal continuam a representar uma fatia enorme da despesa total e as despesas correntes, ou seja, entre encargos com pessoal e encargos com as despesas correntes situar-nos-á, restará apenas 32,2 para despesas de capital

que essas sim são estruturais, o que é no nosso entendimento absolutamente não dramático, mas preocupante. Na despesa corrente, o relatório refere ainda e eu já referi isto, é que facto há uma diminuição das despesas com o pessoal, quando comparadas em termos de grandeza, mas de facto há aqui uma transferência de encargos de pessoal da autarquia para a empresa GEDAZ, porque é uma realidade, penso que indesmentível, estaremos todos de acordo quanto a isso. Quanto à execução do PPI, há aqui uma situação que também nos preocupa, porque a execução do PPI ficou nos 73,5%, o que parece uma taxa simpática, mas traduzida em investimento real significa que a autarquia investiu em média, para cada uma das nossas freguesias, cerca de €243.000 (duzentos e quarenta e três mil euros anuais), o que dará um investimento em cada um dos munícipes de € 61,70 (sessenta e um euros e setenta cêntimos), o que para nós também evidencia um claro défice de investimento no nosso concelho. Agora vejamos o que o relatório de gestão diz sobre a educação. A educação sempre foi uma bandeira propagandista do PSD, dizendo que é uma aposta estratégica. Da dotação de €1.500.000 (um milhão e quinhentos mil euros), foram-lhe imputados € 747.000 (setecentos e quarenta e sete mil euros), ou seja, apenas 48,19%. Uma das preocupações também do PSD, e que compartilhadas também pelo PS, é a construção de habitação social e dos € 652.770 (seiscentos e cinquenta e dois mil setecentos e setenta euros) previstos, concretizou-se € 4.132 (quatro mil cento e trinta e dois euros), ou seja, 0,63%, menos de um por cento. Quem considere, embora recentemente, a execução da rede de saneamento e água como a prioridade para o concelho, nos previstos € 522.000 (quinhentos e vinte e dois mil euros) apenas foram investidos € 159.000 (cento e cinquenta e nove mil euros), ou seja, 30,5%. Em termos da situação económica e financeira, evidenciar que os custos operacionais aumentaram 1,2% e os custos totais 3,6%. Os custos com o pessoal aumentou 2,2%, mas também aceitamos que de facto a explicação do Senhor Presidente aqui neste aspecto, independentemente do que já dissemos, de facto o aumento dos custos com o pessoal tem que ser obviamente relativizado com a taxa dos 2,9%, aí nós também temos alguma honestidade intelectual para reconhecer isso. Não podia deixar de referir, aliás na senda do que o meu colega Francisco Valente disse, que é a questão da situação financeira e a questão do aumento do imobilizado líquido. É óbvio que o aumento do imobilizado significa a transferência do imobilizado para o município decorrente das operações de loteamento, o que aumentou em todo o activo líquido financeiro, mas que de algum modo nos parece algo aparente, porque estas verbas também não foram de alguma forma confirmadas, não temos nenhuma razão para duvidar que os números estejam errados, mas também creia que nos permite fazer alguma reserva relativamente a essa dívida. Em suma: em termos da evolução da dívida e do endividamento municipal, o bolo global da dívida diminuiu € 600.000 (seiscentos mil euros), ou seja 1,1%. É verdade, o que significa que com este ritmo de redução da dívida precisaremos de mais de meio século para resolver o passivo existente contabilizado que é de cinquenta e um milhões. Isto claro, se o município não fizer mais asneiras nos próximos cinquenta anos, esperemos que não, mas a avaliar pelo histórico de asneiras em termos de quantidade e de qualidade, urge gerir com rigor e responsabilidade, Senhor Presidente. Mas em 2009

observamos alguns maus hábitos do passado, já que as dívidas a fornecedores de imobilizado e outros aumentaram de 2008 para 2009 de € 6.311.000 (seis milhões e trezentos e onze mil euros) para € 7.385.000 (sete milhões trezentos e oitenta e cinco mil euros), ou seja, um aumento de 17%. Face a tudo isto, nós ficamos deveras surpreendidos como é que a última fase do relatório de gestão diz “estamos orgulhosos de poder cumprir escrupulosamente com as nossas responsabilidades”, é assim Senhor Presidente? A gestão do Município no nosso ponto de vista não evidencia essa responsabilidade, muito pelo contrário, há irresponsáveis de alguma gestão, prioridades erradas e falta de visão estratégica. Acho que continuamos a ter muito desta fase. É preciso de facto inverter as prioridades e estabelecer novas estratégias. Eu não podia deixar de terminar a minha intervenção, porque o Senhor Dr. Rosa fez aqui referência ao anuário financeiro dos municípios portugueses e eu tive o azar ou a sorte de consultar o anuário financeiro antes de vir para cá. Mas muito sinteticamente, e acabando já, vou tirar algumas conclusões que constam do anuário financeiro dos municípios portugueses. Em termos de situação financeira, no ranking de 2008, porque este anuário financeiro é referido a 2008 e não a 2009, mas este anuário financeiro diz que o ranking em 2008, em termos de situação financeira, como sabemos a dívida são os tais cinquenta e dois milhões, no ranking de 2008 estamos no grupo dos municípios com maior passivo exigível, as dívidas, ocupando a 29.º posição geral e a 11.ª dos municípios de média dimensão. A dívida era de cerca de cinquenta e dois milhões, certo, com aquela redução de 1% vem para cinquenta e um, portanto a nossa posição não se alterará em termos substanciais e absolutos. Quanto aos resultados económicos, tão protelados pela Câmara Municipal como êxito, o nosso Município ocupa a 22.ª posição, com um resultado positivo de € 4.778.000 (quatro milhões setecentos e setenta e oito mil euros), em 2008. Este resultado teve uma quebra muito grande em 2009, como se verificou nas contas e o Dr. Figueiredo também referiu. Quanto ao endividamento o nosso município integra a lista dos municípios com maior endividamento líquido em 2008, ocupando a 20.ª posição da lista geral e 12.ª dos municípios de média dimensão, em que nos incluímos. Senhor Presidente da Câmara, a evolução do endividamento líquido em 2005 eram cinquenta e cinco milhões, em 2006 quarenta e nove milhões de euros, em 2007 quarenta e sete milhões de euros, 2008 quarenta e quatro milhões de euros e em 2009 quarenta e sete milhões de euros. Saliente-se que o endividamento líquido calculado perante o anuário aumentou de 2008 para 2009 e o anuário também não fez referência a isso. Relativamente a tudo isto, é obvio que conclusão é simples: a nossa situação económico-financeira não é boa, de nada adiantando evidenciar uma outra peça solta para compor o ramalhete colectivo, não altera o essencial do problema. Não é da responsabilidade de gestão deste Executivo imediato, mas de facto há uma responsabilidade assumida ao longo de trinta e tal anos de governação do PSD, que de facto evidenciou pouca determinação, pouca definição de prioridades e uma profunda falta de sentido de equidade na distribuição dos escassos rendimentos. Esperamos, Senhor Presidente, que de facto haja uma inversão na gestão, no rumo desta Câmara, no sentido de que nós possamos daqui a um ano estar a discutir aqui uma situação muito menos calamitosa como o CDS diz. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD.* =====

===== *Eu antes de me debruçar sobre a minha intervenção, não podia deixar de fazer aqui um pequeno comentário à intervenção anterior, porque às vezes parece que da Bancada do Partido Socialista somos presos por ter cão e por não ter. Critica-se o endividamento, fala-se de que a este ritmo a redução da dívida anual vamos demorar cinquenta anos a pagar a dívida, mas ao mesmo tempo achamos pouco que €60/ por munícipe ou por habitante de cada freguesia seja pouco. Fala-se que depois para contornar isto é necessário uma gestão criteriosa, só que depois não se diz, não se especifica que gestão criteriosa, aonde é que se cortava e aonde é que se investia. Acho que muitas vezes ficamos pelas palavras e depois não esclarecemos nada. Debruçando-me sim sobre a análise que fiz do documento, queria pois passar à minha intervenção. A análise do documento de prestação de contas do município relativo ao ano de 2009, mais do que uma mera interpretação contabilística e técnica dos números requer uma análise concreta, rigorosa e com sentido de responsabilidade. Debruçando-me na análise da situação económica e financeira do Município em 2009 e comparando essa mesma situação com os anos anteriores podemos de uma forma global falar de uma evolução positiva nas principais rubricas resultantes das políticas e opções do município. Desde logo no que diz respeito ao controlo dos custos operacionais há a destacar a importante redução face a 2008 do volume anual de custos em quase 4%, sendo esta uma rubrica que tem vindo a ter um decréscimo sustentado nos últimos 4 anos. Nos custos com o pessoal, é importante analisarmos com responsabilidade esta rubrica. Na realidade, esta é a rubrica com maior peso na estrutura de custos do município. E aqui desde logo importa salientar o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no controle e mesmo redução destes custos. Foram admitidos 17 novos funcionários, no entanto temos a registar uma saída efectiva de 24 durante o ano de 2009, e conforme diz o relatório e bem, não obstante novas responsabilidades, equipamentos e reestruturações de serviços que implicam normalmente mais recursos humanos, assistimos a um aumento de 2.2% nos custos com pessoal. Ora se tivermos em linha de conta que a actualização da massa salarial da função pública foi de 2.9%, facilmente constatamos o esforço e a capacidade que o município teve em 2009 de contenção destes custos. Contrariamente aos cenários catastróficos que alguns previam assistimos em 2009 a uma diminuição dos custos financeiros em 22.1%, mas mais importante realçar é a diminuição significativa dos custos com os juros de mora. Esta diminuição permitiu que face ao ano de 2008, mesmo tendo em conta o aumento dos juros de empréstimos bancários de médio/longo prazo resultantes do empréstimo de saneamento financeiro, o montante global de juros de mora + juros de empréstimos baixasse significativamente. O município apesar do contexto económico e financeiro externo desfavorável, apesar da quebra de receitas, tem optado e bem por uma política de atracção e consolidação de investimento empresarial e industrial em Oliveira de Azeméis, tem optado e bem por continuar a não descurar o apoio às freguesias, e tem procurado ter uma política de*

investimento rigorosa e sustentada. Há ainda o compromisso de saneamento financeiro, prioridade máxima, que tem vindo a ser cumprido e que obriga à redução gradual e sustentada da dívida, o que diga-se foi em 2009 uma realidade. Do lado dos proveitos por factores na sua grande maioria, externos ao Município, que têm muito a ver com a conjuntura económica que atravessamos e com outros factores a que os executivos não podem fazer frente, houve uma redução de 5%. Resultante em grande parte da forte redução de receita arrecadada de impostos e taxas. Sendo de destacar a grande redução de receitas arrecadadas através do IMT. No que diz respeito à rubrica de transferências e subsídios obtidos, não pode deixar de nos causar desconforto a redução de quase 50% nas transferências de capital oriundas dos fundos do QREN. Em 2009, seria expectável outro tipo de contribuição, seria expectável, outro tipo de atenção para um município com a dimensão e a importância de Oliveira de Azeméis. É um claro entrave ao investimento das autarquias. Mesmo assim, e tendo em conta a necessária contenção de custos no lado da despesa e os constrangimentos financeiros que a autarquia atravessa, e a redução efectiva dos proveitos do lado da receita temos de realçar os investimentos e obras efectuados pelo executivo camarário, de que são exemplos o arranjo urbanístico da Zona educacional e Desportiva, o Arquivo Municipal, a Ludoteca, o pavilhão oficina e as piscinas, o parque temático molinológico entre outros. Em suma, penso que o executivo camarário fez um diagnóstico verdadeiro e responsável da evolução financeira do município, que permitiu o traçar de medidas de rigor e seriedade, que têm resultado na diminuição sustentada da dívida e do endividamento nos últimos anos. Nos últimos 4 anos a diminuição acumulada da dívida é de cerca de 5 milhões de euros e o endividamento líquido teve uma diminuição significativa de cerca de 1milhao e setecentos mil euros, em 2009. Estando o município em consequência da operação de saneamento financeiro realizada em 2008, obrigado à redução anual da dívida com empréstimos de médio e longo prazo é de destacar ainda a redução para efeitos de endividamento de cerca de 2 milhões e 300 mil euros conseguida, valor que superou também neste caso a redução mínima legal exigida. É deste modo inegável que estão a ser cumpridos os grandes compromissos assumidos pelo município no plano de saneamento financeiro, que na nossa opinião deverá continuar a ser uma prioridade nas políticas e opções do executivo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Eu antes de mais, iniciaria a minha curta intervenção, ou procurarei que seja a mais curta possível, por colocar aqui uma interrogação minha, se calhar uma curiosidade a que não tenho direito, mas sei que verei desvendada um pouco mais à frente, mas se fosse possível também gostava de a ver esclarecida já agora. É que da intervenção do Dr. Fernando Pais Ferreira, fiquei, confesso seguramente por responsabilidade minha, completamente confuso quanto ao sentido de voto do Partido Socialista. Eu inicialmente estava convicto de que iam votar a favor das contas, enfim com toda a intervenção, depois no fim aponte para a abstenção,

talvez com algumas críticas e alguns reparos que apontou. Não sei exactamente qual vai ser o sentido de voto, peço desculpa eu aguardo mais um pouco para esclarecer esta minha curiosidade. Eu gostava e peço-vos desculpa por se calhar repetir um pouco de algumas coisas que já aqui foram ditas, mas eu creio que é absolutamente indispensável contextualizar mais uma vez o cenário das contas que nós estamos aqui a apreciar. É um contexto económico e social adverso, grave do País, do Mundo e também, naturalmente, da realidade que nos envolve. Por outro lado, é um contexto em que o nosso Município, a nossa Câmara Municipal está comprometida com as grandes linhas de um Plano de Saneamento Financeiro que aprovou, a que se submeteu e que tem que cumprir. Por outro lado também, eu e creio que todos os Oliveirenses, esperam que a Câmara Municipal sinta uma pressão para aproveitar ao máximo os Fundos Comunitários do QREN, que infelizmente têm sido muito poucos, mas que nós, pessoas de esperança, temos a esperança que venham a ser muito mais para ajudar a catapultar o Município de Oliveira de Azeméis. E, por outro lado, também há aqui uma crise económica que é aguda e que tem um impacto directo na coluna vertebral de uma boa parte das receitas do Município. E, portanto, isto também condiciona em muito a concretização de todos os objectivos que a Câmara Municipal tem para desenvolver em prol do município. E, perante este contexto, eu diria, e creio que muitos me acompanharão, que apresentar um relatório de contas do município de Oliveira de Azeméis como este que apreciamos, é obra. Apesar deste contexto os objectivos essenciais, creio eu, estão atingidos. Por um lado, um investimento em grandes projectos que estão em curso, ou que estavam em curso e que foram assegurados. Isto apesar da baixíssima taxa de concretização de transferências do QREN. Por outro lado, vimos que há um conjunto de equipamentos, que durante este ano, no decurso deste ano, foram colocados ao serviço dos Oliveirenses e creio que têm sido, alguém falou hoje já na rentabilização dos investimentos feitos e eu creio que ninguém poderá dizer o contrário, que a grande esmagadora maioria dos investimentos feitos pelo Município de Oliveira de Azeméis, têm sido e muito rentabilizados pelos Oliveirenses e por muitos também que não sendo Oliveirenses também usufruem deles. Estava eu a dizer que estes equipamentos foram colocados ao serviço da comunidade e apesar disso, com grande esforço sem dúvida, das palavras do Senhor Presidente deduzo isso mesmo, consegue manter-se com punho de ferro um custo com pessoal, com pessoas que é muitíssimo equilibrado, muitíssimo condicionado, sem com isso prejudicar a qualidade destes novos serviços. E eu aqui, porque também tenho aqui uma curiosidade ou uma dúvida que me fica de toda a discussão que eu ouvi, eu gostava de pedir, porque acredito no Senhor Presidente e não quero deixar de acreditar naturalmente no Dr. Pais Ferreira, porque não tenho razões para isso, mas continua a haver aqui uma divergência de opiniões que eu gostava de ver esclarecida, não sei se o Senhor Presidente da Câmara me pode esclarecer, se eventualmente o próprio Dr. Pais Ferreira, que é aqui esta divergência de opiniões relativamente à redução de pessoas ao serviço do Município. Eu olho para ao relatório e diz-me que entraram dezassete, creio eu, saíram vinte e quatro, portanto terão saído sete pessoas. O Partido Socialista, creio que reincidentemente, vem afirmando que na verdade aconteceu uma

qualquer situação, uma transferência de pessoas que foi para a GEDAZ. Se calhar a melhor forma de esclarecermos isto era pedir ao Dr. Pais Ferreira, ou a quem lhe transmitiu essa mensagem, qual o nome dessas pessoas. Essas pessoas seguramente têm um nome e eu gostava de saber quais são essas pessoas que estavam a trabalhar na Câmara Municipal e foram transferidas para a GEDAZ. Naturalmente que eu ficaria tranquilo se eu tivesse este esclarecimento feito. Portanto, se não for agora, mais tarde gostava de me esclarecessem em relação a isso. Por outro lado, um outro objectivo grande que foi atingido, foi de facto a redução da dívida da Câmara Municipal. Foi falado já diversas vezes, de há quatro anos a esta parte, e que eu gostava também de dizer uma outra questão, foi afirmado, e é um facto, que efectivamente o ano 2009 foi o primeiro ano de vigência do Plano de Saneamento Financeiro, mas quem não andar minimamente distraído deste contexto, facilmente perceberá que o efeito prático deste Plano de Saneamento Financeiro vem acontecendo há uns anos a esta parte e vimos que, de facto, há aqui uma redução gradual e sucessiva da dívida, dos dados que nos são dados aqui a conhecer, pelo menos de há quatro anos a esta parte, todos os anos gradualmente tem vindo a ser reduzido este volume de dívida. Mas é um facto e aqui ninguém disfarça, que este volume existe e que tem que ser naturalmente resolvido e tem que ser regularizado. E depois o endividamento líquido, outro cumprimento também neste contexto adverso, que é de facto uma redução superior àquela que a própria Lei exigiria. O resultado operacional largamente positivo, desprezando aqui as questões extraordinárias, como há pouco o Senhor Deputado Manuel Francisco Valente referia que não se repetem, sim senhora, retiremos os extraordinários e o Município teria um resultado operacional em 2009 de três milhões e meio de euros positivo. Sinceramente, na minha opinião, creio que é muito bom. Naturalmente, que temos que reconhecer, já foi mais do que reconhecido e deve continuar a ser uma bandeira e uma luta diária que é aquilo que é o indicador do prazo médio de pagamento aos fornecedores, porque de facto, está na génese de todo este processo e, portanto, não pode ser deixado de ter em conta e de ter isto como alvo a atingir. Neste actual contexto, atingir estes resultados, como referi há pouco, é obra e não é um resultado esporádico, fruto do acaso ou das circunstâncias, não, não é. É um desempenho que reflecte um equilíbrio estrutural. Em tempos, falava-se muito em desequilíbrio estrutural e eu atrevia-me a falar aqui de um equilíbrio estrutural das contas do Município de Oliveira de Azeméis. Um equilíbrio que exigindo esforço e sentido de responsabilidade, sem dúvida, conduz o Município para um patamar de sustentabilidade e de tranquilidade. Este é um desempenho que genuinamente, e digo sem qualquer carácter menos verdadeiro, nós gostávamos de ver acompanhado pelo nosso País, é que de facto tanto precisa. Senhor Presidente, naturalmente que estamos satisfeitos e plenamente solidários com esta prestação de contas que nos apresenta. Votaremos a favor da sua aprovação, mas ficamos à espera de mais, porque também somos exigentes. E olhe que também saberíamos apresentar um conjunto de sugestões, ser-nos-ia fácil, mas confiamos na sua capacidade de iniciativa e no seu programa e fá-lo-á sempre com grande responsabilidade. Acreditamos plenamente que terá a inteligência e a coragem para prosseguir com grande desempenho. Neste cenário de contexto

que está longe de ser o melhor, sem dúvida, estamos certos que o Senhor Presidente e a sua equipa contará com uma sensibilidade, com uma compreensão e com uma disponibilidade de todos os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, das muito e boas instituições deste concelho, que sabem que não vivemos numa ilha e também um tecido empresarial que está habituado a lutar contra as adversidades. Estou certo, estamos certos, que deste modo conseguirão fazer de Oliveira de Azeméis um concelho cada vez maior. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, são dois ou três esclarecimentos, porque julgo que eles são importantes. O primeiro, o Senhor Deputado Fernando Pais, disse-nos que esperava que para o ano nós os conseguíssemos convencer e que eles pudessem votar a favor, e eu quero-lhe dizer que essa não é a preocupação do Executivo. A preocupação do Executivo não é que o PS vote a favor, a preocupação do Executivo é melhorar a qualidade de vida de todos os Oliveirenses. Essa é que é a nossa preocupação. O Partido Socialista, até pela análise que o Senhor Deputado Fernando Pais fez e pela visão que tem dos números, deixe-me dizer-lhe também com toda a sinceridade e humildade, dificilmente votarão a favor de algumas contas durante os próximos quatro anos. Mas deixe-me que lhe diga que eu aqui acho que era importante termos alguma coerência, porque o Senhor Dr. Fernando Pais e como sabe nós temos no Orçamento de Estado, o Senhor Ministro Teixeira dos Santos e o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates, têm insistentemente falado da quebra das receitas fiscais, que é um problema que eles têm. E eu não estou a ver o Senhor Deputado Fernando Pais a dizer que o Senhor Ministro Teixeira dos Santos tem falta de visão estratégica, que o Senhor Primeiro-Ministro não faz nada, que o Senhor Primeiro-Ministro está a afundar o País e que fazem uma gestão péssima, uma má gestão. Repare numa coisa, vamos lá ser coerentes, eu não ouvi o Senhor fazer uma única referência à redução dos impostos, à arrecadação dos impostos. Será que a culpa é minha? Será que a culpa é da gestão do Município, da falta de visão, que o IMI baixe € 381.000 (trezentos e oitenta e um mil euros)? É falta de visão do Município? Será que é falta de visão do Município, que o IMT baixe € 922.098 (novecentos e vinte e dois mil e noventa e oito euros)? É falta de visão do Município? Reparem: eu já não estou aqui a falar de uma proposta que eu já vi aí e que foi chumbada, da redução das taxas, então isto ainda era pior, não tenham a menor das dúvidas. Eu tenho seguido as prestações de contas das Câmaras todas, do PS, do PSD, todas, e toda a gente reconhece que há dificuldades, porque há uma redução da arrecadação das receitas fiscais. É isto que o Senhor Ministro Teixeira dos Santos diz e não se vai dizer que o Senhor Ministro Teixeira dos Santos tem falta de visão estratégica, que é má gestão, que afunda o País. Não, é uma realidade que temos pela frente e vamos ao menos reconhecer que é um problema que temos e apesar dessa redução das receita fiscais de € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros) o Município de Oliveira de Azeméis, e foi dito por todas as bancadas, por

todas não estou a inventar, foi dito pelo Revisor Oficial de Contas, que o volume global da dívida municipal diminuiu. Já todos disseram, diminuiu. Dirão os Senhores que diminuiu pouco, pronto é a vossa opinião, mas reconheçam ao mínimo que há um esforço tremendo para esta diminuição, tendo em conta entre outras coisas esta falta de € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros). Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira, some a estas contas mais €1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros) de receita de impostos e veja lá que a sua visão já era um bocadinho mais cor-de-rosa, mas mesmo assim não era a Alice no País das Maravilhas, mas era um bocadinho mais cor-de-rosa. E, portanto, vamos ter aqui algum sentido de coerência, é importante. Deixe-me dizer que enalteço a qualidade das intervenções políticas que aqui ocorreram, do CDS à bancada do PS, nós estamos a discutir uma prestação de contas e evidentemente que mau seria se estivéssemos aqui todos de acordo, neste momento, independentemente dos rácios serem melhores nisto ou naquilo, há divergências de fundo porque os nossos programas políticos não são iguais, são diferentes e, portanto há uma forma diferente de analisar, conforme já tiveram oportunidade de ver e de analisar as contas. Eu quando falo na coerência, é só nesta perspectiva. Repare, o endividamento líquido municipal diminuiu € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros), é factual, ninguém pode dizer que ele aumentou, porque diminuiu. Esta é que é a realidade, como a dívida de empréstimos de médio/ longo prazo também tiveram uma redução para efeitos do endividamento. Isso é o que diz o Revisor Oficial de Contas, esperemos o que o Tribunal de Contas vai dizer. Ouça, é a análise factual das contas e quando os Senhores Deputados, e foram vários, falaram tanto no Plano de Saneamento Financeiro, permitam-me também já agora, sobre o próprio Plano de Saneamento Financeiro eu próprio antecipei-me e assumi aqui o aumento de cinquenta dias relativamente ao ano anterior no prazo médio de pagamento. Nós no ano passado tínhamos noventa dias, este ano aumentou cinquenta dias, mas estamos ainda muito longe daquelas questões, Deus nos livre de voltarmos a essa situação. E Já dissemos que queremos melhorar para o ano seguinte, queremos melhorar, é um esforço de todos. Agora, Senhor Deputado, seguramente que me acompanhará neste raciocínio, se não tivesse havido uma redução fiscal de € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros), o prazo médio de pagamento seria diferente, seria melhor, esse € 1.700.000 (um milhão e setecentos mil euros) podia ser também alocado a reduzir o prazo médio de pagamento. Nós não podemos querer ter “sol na eira e chuva no nabal”. É impossível. Há bocado falou-se muito no Plano de Saneamento Financeiro e falou-se muito da falta de investimento e nós não estamos a cumprir. Olhe, o Plano de Saneamento Financeiro, sabe quanto é que previa de investimento? € 2.954.000 (dois milhões novecentos e cinquenta e quatro mil euros) e imagine aqui d’el-rei se nós cumpríamos aqui o Plano de Saneamento Financeiro na área do investimento. Nós investimos, para vocês pouco, € 5.993.000 (cinco milhões novecentos e noventa e três mil euros), mas se fôssemos cumprir o Plano de Saneamento Financeiro como nalguma perspectiva os Senhores estão a defender, então seria o fim da picada, deixe-me dizer-lhe. Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira, o Plano de Saneamento Financeiro também dizia que a nossa receita fiscal ia ser de € 10.801.000 (dez milhões e

oitocentos e um mil euros). Sabe quanto é que ela foi? € 8.717.000 (oito milhões setecentos e dezassete mil euros), ou seja, também aqui no próprio Plano de Saneamento Financeiro há uma redução das expectativas das receitas. E, portanto, há aqui um esforço que é reconhecido por todas as Bancadas, é reconhecido o esforço que foi feito para cumprirmos. Dirão os Senhores que é curto, que é pouco, eu aceito democraticamente. Agora, que não subsista nenhuma dúvida que nos principais itens de apreciação, que vão ser apreciados, superiormente, noutra instância, nós cumprimos, apesar de, como eu lhe disse, todas estas dificuldades. Permita-me, só para terminar, Senhor Presidente, e aproveito para fazer um esclarecimento que é muito importante porque às vezes tenta-se confundir as pessoas sobre a questão dos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia e com as IPSS. Deixem-me só dar-vos esta nota, porque é muito importante. A existência de protocolos de intenção de atribuição financeira, não relevados contabilisticamente conforme já foi aqui dito e tentar baralhar as pessoas, dizer-vos o seguinte: isso resulta de uma deliberação da Câmara de 16 de Dezembro de 2008, que essa deliberação considera o critério de registo contabilístico suportado na orientação do SATAPOCAL, respeitante a subsídios, transferências obtidas, tendo sido adoptado o mesmo critério para as atribuições próprias e de subsídios, ou seja, os protocolos não registados não são atribuições definitivas, mas atribuições condicionadas a um conjunto de requisitos a verificar posteriormente, designadamente a validação documental, ou seja, os documentos poderão não ser validados por não corresponderem à finalidade do protocolo. E há também que fazer a análise da capacidade de enquadramento económico e financeiro no próprio ano, ou ano e seguintes. E há também nessa deliberação a validação efectiva por deliberação expressa no Órgão Executivo. Estas matérias vão ao Órgão Executivo e o Órgão Executivo valida, portanto nós estamos a fazer uma questão que está perfeitamente enquadrada, ninguém está aqui a baralhar ninguém, ninguém está aqui a esconder nada a ninguém. Agora, evidentemente que se os Senhores nos perguntarem “queremos mais?”, queremos, é evidente que queremos. Apesar das dificuldades queremos mais. Queremos melhorar os rácios que hoje apresentamos na prestação de contas de 2009? Queremos, evidentemente que queremos, não há a menor das dúvidas. Queremos aumentar o investimento? Queremos aumentar o investimento. Agora, temos que perceber é a realidade macroeconómica que estamos a viver e estamos num período de emergência financeira, mas não estamos agora a discutir as contas de 2010, estamos a discutir as contas de 2009. Portanto, eu agradeço, sinceramente, até pela nossa responsabilidade de 2/12 desta prestação de contas, mas agradeço a compreensão manifestada por todas as bancadas pelo esforço que está a ser feito. Não é o esforço ideal? É o esforço possível e é o esforço que nós neste momento podemos fazer. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== *Em primeiro lugar, acho importante o Dr. ver resolvida a sua dúvida e certamente estarão aqui pessoas para a resolver. Eu quando falei, Senhor Presidente, na questão das despesas, na receita do IMI e do IMT, obviamente que não as falei do ponto de vista da responsabilidade da autarquia na diminuição das mesmas. Que fique bem claro e isto acho que é importante. Aquilo que nós achamos é que, de facto, o investimento que o Município pode fazer, investimento de capital, suscitará novos investimentos em Oliveira de Azeméis e naturalmente maiores receitas ao nível do IMT e do IMI. É obvio que seria ridículo, até da minha parte, imputar ao Município alguma responsabilidade no défice de arrecadação de receitas. Mas mais importante que tudo, Senhor Presidente, aquilo que nós achamos importante para contribuir para uma boa gestão, e eu queria que ficasse bem clara esta matéria aqui, é que de facto nós estamos substancialmente preocupados com a evolução da despesa do Município em 2009 e essa para nós é que é a grande questão. A questão da racionalidade dos meios e da gestão da escassez dos mesmos tem no nosso ponto de vista a ver com a despesa do Município. Como sabe, a despesa de capital é para nós é insuficiente, pelos motivos que já referi, e a despesa corrente é aquela que no nosso ponto de vista é mais improdutiva e a que deveria baixar. O que nos preocupa é simplesmente verificar que a evolução anual da despesa do Município em 2009 quando comparada com 2007, aumenta € 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil euros). E mais, verifica-se que as despesas correntes, também é justo que aqui se diga, só não foram maiores, porque o Município beneficiou, como o Senhor já referiu, da redução das taxas juro que permitiram um encaixe de € 925.000 (novecentos e vinte e cinco mil euros). Era só isto. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os referidos documentos, com a seguinte votação: a favor - vinte e sete do PSD e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - treze do PS e dois do CDS/PP. =====*

===== ***Ponto seis:** Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2009 – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51- Património, corresponda a 20% do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de € 1.903.945,00 (um milhão novecentos e três mil novecentos e quarenta e cinco mil euros), propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição de Reserva Legal, correspondente a cinco por cento do Resultado Líquido do Exercício, no valor de € 95.197,25 (noventa e cinco mil cento e noventa e sete euros e vinte e cinco cêntimos), em conformidade*

com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2- O valor de € 1.808.747,75 (um milhão oitocentos e oito mil setecentos e quarenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos), que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Está na prestação de contas, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto sete:** *Apreciação do Inventário de 2009 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, do Município.* =====

===== Presente, para efeitos do n.º 2 al. c) do art.º 53.º da Lei 169/ 99 de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5- A/ 2002 de 11 de Janeiro, o documento referido em epígrafe, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/ 99 de 22 de Janeiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa a este livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A documentação foi distribuída, o inventário de 2009. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Em relação a este ponto vimos só trazer aqui uma pequena menção e viemos transmitir a nossa ideia que de certo modo virá de encontro aos números apresentados em relação a uma gestão, uma boa gestão de stocks. Todos os cérebros da gestão actual defendem a ideia do stock mínimo. E porquê? Porque qualquer material guardado em prateleiras ou armazém, é dinheiro empatado e não disponível e que acaba por não poder ser utilizado para

outros fins de imediato. Agora esta medida de gestão, obriga invariavelmente a uma maior atenção por parte dos serviços que gerem esse departamento. Pensamos que é um excelente esforço feito por parte deste serviço da gestão do stock mínimo. = =====

===== A Assembleia Municipal apreciou favoravelmente os referidos documentos. =====

*===== **Ponto oito:** 1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/2010. =====*

===== Presente a 1ª Revisão ao Orçamento de 2010, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 nº2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2010, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta revisão orçamental deve-se à aprovação do protocolo da candidatura da requalificação do Parque de La-Salette e da sua envolvente e, portanto, há aqui que fazer esta alteração com as receitas e as despesas. Tem a ver com a candidatura de La-Salette. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto nove:** Protocolo de colaboração celebrado com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, para a realização do “2.º Memorial Bruno Neves” – Autorização/Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho: A ratificação do meu despacho de 21 de Abril corrente, bem como o protocolo com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. Que o referido protocolo seja submetido à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta é a ratificação de um despacho e de um protocolo que tem que vir à Assembleia Municipal. Foi um evento desportivo que se realizou já no passado dia 25 de Abril e que foi um evento desportivo com relevância nacional, que serve também para perpetuar a memória de um ciclista Oliveirense, mais concretamente de Nogueira do Cravo e que infelizmente perdeu de forma trágica e muito cedo a sua vida. E, portanto, há aqui sempre alguma emoção neste grande prémio.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Manuel Rebelo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Rebelo, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.* =====

===== *Boa tarde. Como Presidente de Junta, quero fazer um agradecimento à Câmara Municipal pela colaboração dada no Memorial Bruno Neves, como parceiro neste evento. É também de louvar a Associação da Escola de Ciclismo Bruno Neves, pelo empenho e dedicação dada à modalidade. Tenho esperança que esta prova continue nos anos vindouros a constar do calendário da Federação Portuguesa do Ciclismo eventos como este, que em muito engrandecem a nossa terra. Muito obrigado.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, relativamente às despesas não elegíveis no âmbito do Projecto de Animação da Quadra Natalícia de 2009, para a promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a realização de projectos de âmbito promocional das actividades económicas do município, não são passíveis de alcançar os resultados desejáveis sem a participação de parceiros públicos e privados; - que a época Natalícia sendo a mais tradicional do ano, movimenta os cidadãos não só para efectuar compras, mas também para desfrutar da animação de que habitualmente se*

revestem as localidades; - que tem sido critério do Município promover, em colaboração com outras entidades, a animação e iluminação de ruas, principalmente da cidade, promovendo assim o comércio tradicional; - as competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local consignadas, designadamente, no artigo 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - o teor do Protocolo celebrado em 14 de Dezembro de 2009, (Nº 93/2009) com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, a celebrar com a UAC - Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem por objecto estabelecer os termos da colaboração institucional, entre os Outorgantes, relativamente às despesas não elegíveis no âmbito do Projecto de Animação da Quadra Natalícia de 2009, para a promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis, ao abrigo designadamente, da alínea l) do n.º2 e alínea a) do n.º4, do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente ao ler o ponto da Ordem de Trabalhos disse quase tudo, ou seja, estamos a falar das despesas não elegíveis no âmbito do projecto de animação da quadra natalícia, mas se o Senhor Presidente me desse autorização eu dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para ele poder dar mais alguns esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa noite. Esta proposta tem a ver com um protocolo de colaboração com a UAC, no âmbito do MODCOM, com vista ao pagamento de despesas não elegíveis relativas à animação da quadra natalícia 2009, tem sobretudo a ver com despesas de iluminação e que no fundo estão previstas na cláusula segunda do respectivo protocolo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Rui Nunes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Nunes, do PSD. =====

===== *Boa tarde a todos. Relativamente a esta questão do protocolo, aquilo que me cumpre, enfim, esclarecer, é que efectivamente este protocolo é um protocolo que é celebrado ao abrigo de um incentivo criado pelo IAPMEI e do qual o Município, o Executivo, no sentido de uma colaboração e do cumprimento de um dever estrito que passa pelo estabelecimento dos termos de colaboração institucional com os agentes comerciais e, portanto, no âmbito do próprio investimento estrutural do comércio do concelho celebrou com a Associação Comercial do Concelho de Oliveira de Azeméis, neste caso com a Associação de Unidade de Acompanhamento de Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis. Portanto, foram desenvolvidos todo um conjunto de medidas pela Câmara e basicamente aquilo que se traz aqui e que se procura submeter à apreciação de todos vós e, portanto, objecto de deliberação nesta Assembleia, cuja aprovação se pretende obter, é precisamente a minuta desse protocolo de colaboração institucional entre o Município e a UAC, no âmbito das actividades referidas pelo Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, quanto aos eventos realizados em conjunto e constantes do programa de animação de Natal de 2009. Penso que quanto a isto, enfim se se impuser um esclarecimento mais capaz e mais cabal e para que se entenda qual a prossecução do protocolo, aqui houve por parte do Executivo o compromisso em assegurar despesas com a vigilância e o consumo de energia na pista de gelo, que esteve ali perto do Gemini, eu não tive oportunidade de experimentar, prefiro cair a jogar à bola, participar financeiramente com a Unidade de Acompanhamento da Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis. E, portanto, tivemos aqui participações financeiras das ditas despesas não elegíveis. Nesta conformidade, penso eu que basicamente aquilo que era de importância vital está dito e é aquilo que submetemos à apreciação de todos vós e cuja aprovação desde já requeremos. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a celebração do protocolo de colaboração com a UAC – Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, relativamente às despesas não elegíveis no âmbito do Projecto de Animação da Quadra Natalícia de 2009, para a promoção e dinamização do comércio tradicional na cidade de Oliveira de Azeméis. =====*

===== **Ponto onze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, para participação financeira no âmbito da candidatura MODCOM C (Anos 2010/2011) – Autorização. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - as atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local; - a realização de projectos de âmbito promocional das actividades económicas do município, não são passíveis de alcançar os resultados desejáveis sem a participação de parceiros públicos e privados; - a abertura da 5ª fase de 2010 de apresentação*

de candidaturas ao Sistema de Incentivos a projectos de modernização do comércio – MODCOM C; - o convite endereçado à Câmara Municipal pela Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra para apresentar conjuntamente uma candidatura ao MODCOM C, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, a celebrar com Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem por objecto estabelecer os termos da colaboração institucional, entre os Outorgantes, designadamente a comparticipação financeira, no âmbito da Candidatura ao MODCOM C-5ª Fase, ao abrigo designadamente, da alínea l) do n.º2 e alínea a) do n.º4, do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro - Que se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar agora de um outro protocolo, neste caso com a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra, para a apresentação conjunta de uma candidatura a um programa chamado MODCOM. Os eventos que estão inscritos nesta candidatura são: o Mercado à Moda Antiga – Edição de 2010, os Desfiles de Moda Primavera/Verão e Outono/Inverno em 2010 e dois Stock-Off (Stock-Off em 2010 e Stock-Off em 2011) e também a animação de Natal para 2010. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Rui Nunes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Nunes, do PSD. =====

===== Antes de mais quero pedir ao Senhor Deputado Manuel Francisco Valente, eu queria-lhe pedir desculpa, eu quando disse, eu penso que não me fiz entender, ou é provável que nós neste tom de brincadeira, que não um tom jocoso, não tenhamos tomado em consideração aquilo que foi dito. Segundo aquilo que eu estou a ler nos protocolos, aquilo que tenho, quer no anterior, quer relativamente a este ponto onze, penso que em todos eles há aqui uma anotação de submissão da apresentação da proposta à Assembleia Municipal, para os efeitos tidos por convenientes. Relativamente a esta situação e a este ponto, penso que também no seguimento daquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, aquilo que terei a acrescentar, ou que me parece de acrescentar é o critério de oportunidade que o Executivo e o Município teve nesta situação e no âmbito de uma coisa que se chama a globalização em termos das zonas limítrofes do próprio

concelho, porque neste caso o protocolo é celebrado entre o Município e o Município de Vale de Cambra, ou seja, há uma actividade, há uma participação conjunta de aproveitamento de recursos, que poderão trazer benefícios quer a um, quer a outro Município. Isto mais não é do que uma manifestação de que efectivamente o Executivo dentro das suas limitações e quando existe algum projecto de viabilização e de optimização de resultados em época de crise, de facto o Executivo tem estado atento. Muito obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração referido em epígrafe. =====

===== **Ponto doze:** Protocolo de colaboração com o “Centro de Estudos de Direito do Consumo”, adstrito à APDC – Associação Portuguesa de Direito do Consumo – Autorização/Ratificação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Os direitos do consumidor desfrutam de cobertura constitucional, e constituem, pois, direitos fundamentais, inscritos no capítulo dos direitos económicos, sociais e culturais; - Compete ao Município: a) Nos termos do art.º 27º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro (Lei Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias), entre outros: “promover acções de informação e a tutela dos direitos do consumidor; instituir mecanismos de mediação de litígios de consumo; apoiar as associações de consumidores”; b) De harmonia com o n.º 2 do art.º 7º da Lei do Consumidor, ”a constituição de um Serviço Municipal de Informação ao Consumidor”, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com o “Centro de Estudos de Direito do Consumo”, adstrito à APDC - Associação Portuguesa de Direito do Consumo”, ao abrigo da alínea a) n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Aqui o objectivo do Município é, um objectivo nesta matéria da defesa do consumidor, a criação de um serviço municipal de informação ao consumidor. Estamos a fazer formação e estamos a criar um gabinete. É mais um serviço que prestamos à comunidade e para isso precisamos de ter protocolos com algumas instituições e uma delas é o Centro de Estudos de Direito ao Consumo e por isso a necessidade de elaborar este protocolo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Senhores Dr. João Osório e Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Nada de mais, só apenas também para louvar a celebração deste protocolo, uma vez que conheço muito bem, sou sócio da APDC, da Associação Portuguesa de Direito de Consumo, e também incumbe às autarquias locais proteger e defender os direitos dos consumidores. E nos temos de hoje, como já falamos, nestas épocas conturbadas, cada vez mais há que defender os consumidores desde a celebração de contratos, desde vendas agressivas e outros tipos de contratos, em termos de cláusulas abusivas. Este Centro de Informação de Atendimento ao Consumidor, denominado CIAC, que outros Municípios já têm, estou aqui também para dizer que é uma despesa, mas que é uma despesa bem empregue. Portanto, também aqui temos uma palavra de satisfação, uma vez que, como disse, conheço muito bem esta Associação, sei quem preside, foi o meu ilustre e muito honroso Professor Dr. Mário Frota, quem acompanho muito e de maneira que nos congratulamos com este protocolo. Aliás, eu não pude estar presente hoje na conferência sobre a segurança alimentar, uma vez que teria que estar aqui presente na Assembleia. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Lê-se na introdução ao último Orçamento que “um contexto desfavorável ao investimento obriga a uma maior sustentabilidade nas decisões a tomar, mas também a uma noção da dimensão adequada da estrutura organizacional do Município ou perante forma mais eficaz e eficiente, menos burocrática e com serviços de melhor qualidade, permitindo uma melhor gestão e rentabilização dos recursos existentes.” Podemos ler aqui se quisermos que independentemente da bondade das medidas, é a sua utilidade e consequência efectiva que deve pautar qualquer decisão. Será, imagino eu, o tal rigor que tão enfaticamente vem sublinhado no Orçamento. No protocolo que está à votação, a Câmara Municipal e o Centro de Estudos de Direito do Consumo, comprometem-se a cooperar nos domínios da formação, informação e protecção do consumidor. Ao Centro de Estudos cabe, entre outros, garantir uma linha directa de apoio, garantir um jus consumista uma vez por semana, formação, formação de formadores, acções de sensibilização, etc., etc.. A Câmara Municipal compromete-se por seu turno a participar em € 5.400 (cinco mil e quatrocentos euros). Para além disto, como se pode ler no artigo 5º a respeito dos encargos emergentes, a tudo isto acrescem os encargos resultantes das deslocações do jus consumista que se desloca uma vez por semana, alojamento condigno durante o período de permanência do pessoal e acções de formação e sensibilização a

computar-se em € 75/hora. Numa altura de sufoco financeiro, não pode haver lugar a desperdícios de qualquer espécie. Numa altura de sufoco financeiro, não há verbas menores. Numa altura de sufoca financeiro, não há espaço para duplicação de medidas, independentemente da sua bondade e da idoneidade das instituições parceiras. Em reunião de Câmara foi aprovado um protocolo com a Direcção Geral do Consumidor que de uma forma geral tem por objectivo estabelecer a cooperação quanto aos meios materiais e técnicos necessários ao funcionamento do serviço municipal de apoio ao consumidor que a autarquia resolveu criar. Acresce que este protocolo tem custo zero para o Município. Assim, as minhas questões são: Qual o objectivo de duplicar medidas? Havendo vontade do Município em ter este tipo de serviços, porque é que não se fez um levantamento das possibilidades e daqui decidir a melhor opção? Qual a utilidade de ter uma entidade que presta um conjunto de serviços semelhantes ao serviço de apoio ao consumidor que o Município vai criar? Acima de tudo, e volto a afirmar, que numa altura de sufoco financeiro não há verbas menores. Por isso, porque onerar o Município com um serviço que pode ter gratuitamente? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É para agradecer a visão estratégica demonstrada pela Bancada do CDS/PP, na importância que é prestar aos Municípios um serviço na área do consumidor. Muito obrigado. =

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar/ ratificar o protocolo referido em epígrafe, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD e dois do CDS/PP; contra - doze do PS.

===== **Ponto treze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Banda de Música de Loureiro, com vista à realização da “10ª MasterClass de Fagote”, de 29 de Março a 2 de Abril do ano corrente, em Loureiro – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos; - O teor do ofício enviado pela Banda de Música de Loureiro e o interesse municipal da realização de uma Master Class de Fagote, em Loureiro, sob a orientação do Prof. Pierre Olivier Martens, reconhecido fagotista, no panorama musical internacional, propõe-se: a aprovação da minuta do protocolo de colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Banda de Música de Loureiro, ao abrigo da alínea b)

do nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que tem por objecto a colaboração institucional entre os outorgantes, com vista à realização da “10ª Master Class de Fagote”, de 29 de Março a 2 de Abril do corrente ano, em Loureiro. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto resulta de uma solicitação da Banda de Música de Loureiro e resulta de um evento que organizaram na freguesia com a Banda de Música, trazendo um expert nesta vertente de fagote e a Câmara Municipal decidiu participar em € 500 (quinhentos euros). =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Só telegraficamente dizer que ainda bem que apoiaram esta iniciativa, ela já tem uma série de edições e tem juntado em Oliveira de Azeméis artistas de quase todo Portugal, eu tenho uma em casa. Dizer que mais uma vez, já disse isto na última Assembleia, a Comunidade Oliveirense contribuiu bastante para o êxito desta iniciativa, porque a participação da Câmara tem a ver com o Maestro que cá veio, mas os miúdos que cá estiveram, penso que vinte e oito, ficaram alojados em várias casas dos Oliveirenses, eu próprio tive em minha casa nove.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, só para que não subsista qualquer dúvida e agradeço este esclarecimento importante do Senhor Deputado Ricardo Bastos, os € 500 (quinhentos euros) que a Câmara Municipal participou tem a ver com despesas de alojamento de um professor que esteve cá. Era só para ficar claro e para não haver dúvidas depois sobre essa matéria, temos que poupar e ter o cuidado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração com a Banda de Música de Loureiro, com vista à realização da “10ª MasterClass de Fagote”, de 29 de Março a 2 de Abril do ano corrente, em Loureiro, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados. =====

===== **Ponto catorze:** Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com o Centro Infantil de S. Roque – Autorização/ Ratificação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - em 9 de Novembro de 2007 foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Centro Infantil de S. Roque protocolo de colaboração, com vista a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos da Freguesia de S. Roque, nas instalações da própria instituição, com recurso às suas carrinhas; - o Decreto-Lei nº 399-A/84 de 28 de Dezembro, bem como o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, regulamentado pelo Despacho 18987/2009 de 17 de Agosto, enquadram as obrigações do Município em matéria de refeições escolares; - todas as escolas da rede pública do 1º ciclo do Ensino Básico funcionam actualmente em regime normal entre as 9h e as 17h30m, levando a que um número crescente de alunos recorram a refeições escolares, situação que não se verificava aquando do estabelecimento do referido protocolo; - algumas escolas da freguesia de S. Roque continuam a não possuir espaços adequados ou adaptáveis à sua utilização como refeitório; - a adesão dos alunos ao serviço de refeição escolar a funcionar no Centro Infantil de S. Roque ultrapassou as expectativas iniciais; - a instituição está a fornecer refeições escolares a mais de cem alunos de duas escolas da freguesia, nas suas próprias instalações, exigindo um reforço acentuado de pessoal que levou à contratação de um maior número de auxiliares; - devido à distância existente entre as escolas e a sede da instituição, ao elevado número de alunos e à simultaneidade dos horários de saída, a instituição se viu obrigada a proceder ao aluguer de um autocarro, o que onera bastante a execução do estabelecido no protocolo, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao referido Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com o Centro Infantil de S. Roque, ao abrigo das alíneas b) e d), n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lein.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Também estamos a falar de uma comparticipação de € 500 (quinhentos euros), tendo em conta uns ajustamentos que tiveram que ser feitos com o Centro Infantil de S. Roque e tem a ver com a comparticipação da necessidade de utilização de uma viatura, mas tem que ser aprovado em Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com o Centro Infantil de S. Roque.* =====

===== **Ponto quinze:** *Protocolo de parceria entre o Município de Oliveira de Azeméis e a empresa C2E – Conceção e Comercialização de Espectáculos, Lda., com vista à apresentação do espectáculo de Teatro Revista à Portuguesa denominado “É SÓ RIR” (versão Tournée) – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de estabelecer parcerias que permitam a manutenção e eventual reforço da actividade cultural sem um acréscimo de despesa; - A importância da empresa C2E no panorama da representação de artistas de renome e o facto de ser o representante do equipa que apresenta a peça - Teatro de Revista à Portuguesa “É SÓ RIR” - cujo elenco é encabeçado pelos conhecidos actores Octávio de Matos e Natalina José, entre outros; - A importância da apresentação do espectáculo proposto na estratégia de Programação Cultural inserindo-se o mesmo no “Ciclo da Primavera”; - Que com base no referido protocolo a autarquia fica isenta do pagamento do cachet à referida empresa e/ou artistas sendo ainda ressarcida em 10% do resultado da bilheteira, propõe-se: - Aprovar o protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a empresa C2E - Conceção e Comercialização de Espectáculos, Lda. e remetê-lo à Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra na Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal.* =====

===== *Boa noite a todos. É um protocolo que nos vai permitir realizar o último evento no âmbito do Ciclo da Primavera, com um espectáculo de teatro Revista à Portuguesa, denominado “É SÓ RIR”. Uma vez que nós não vamos pagar o cachet desta companhia, há a necessidade de se fazer um protocolo, uma vez que também à partida o resultado da bilheteira, 10%, reveste a favor da Câmara Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Senhora Ana Raquel Teixeira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Ana Raquel Teixeira, do PS.* =====

=====*Só queria dizer que a Bancada Socialista reconhece a importância do Ciclo da Primavera na cultura da nossa cidade. Não é o espectáculo em si que está em causa, são exactamente as despesas que a Vereadora Dra. Gracinda mencionou. Numa altura em que como acabou de dizer o Senhor Presidente, temos de poupar, vivemos num período de emergência financeira, nós colocamos a questão se realmente este contrato que estabeleceram com esta empresa não é um contrato de risco uma vez que implica o pagamento de uma série de despesas inerentes a esta companhia. Aproveito para colocar outra questão de interesse de todos os Oliveirenses e uma vez que estamos a falar do Ciclo da Primavera, porque é que as actividades da Câmara não vêm na agenda cultural da Área Metropolitana.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Até me apetece dizer: também eu gostava de saber porque é que não vem, porque a programação da Agenda Cultural e a publicação da agenda não tem a ver com a Câmara Municipal, é feita do ponto de vista metropolitano e já expressamos o nosso desagrado com esta situação. Não é por falta de eventos. E também dizer-lhe que quando no início desta intervenção falei na questão da nossa auto-estimo e de estarmos sempre a dizer que estamos a perder competitividade para este ou para aqueles, também dizer-vos que no Ciclo da Primavera todos os espectáculos são de grande qualidade, é evidente que obrigam a esforços financeiros. E permita-me dizer-lhe mais uma vez e usar este termo “é impossível ter sol na eira e chuva no nabal”, é impossível ter programação cultural e não ter despesa, é impossível querer trazer ciclos com qualidade e não ter qualquer despesa. Eu percebo as razões e eu espero sinceramente que os Oliveirenses uma vez mais respondam positivamente e encham o Cine-Teatro Caracas como têm feito nos outros espectáculos. Acho que é um sinal importante também, independentemente de haver divergências quanto às opções culturais, mas isso também Deus que é Deus não agradou a todos.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do referido protocolo, com a seguinte votação: a favor - vinte e cinco do PSD e dois do CDS/PP; abstenções: doze do PS.*==

=====***Ponto dezasseis:** Biblioteca Municipal Ferreira de Castro – Alteração da Norma Transitória Reguladora – Funcionamento Geral – Aprovação.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação em Reunião de Executivo de 23.02.2010 da alteração do horário de abertura ao público da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro; - A aprovação em Reunião Extraordinária de Assembleia Municipal de 01.02.2008 da Norma Transitória Reguladora – Funcionamento*

Geral da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, proponho: - A alteração da redacção do texto do Capítulo IX DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO Artigo 30º Horário alínea 2 da referida norma para "Sem prejuízo do número anterior, a biblioteca encerra semanalmente às segundas-feiras no período da manhã e aos domingos." onde se pode ler "Sem prejuízo do número anterior, a biblioteca encerra semanalmente às segundas e quartas-feiras no período da manhã para arrumação e visitas marcadas, aos domingos, e anualmente na primeira quinzena do mês de Agosto, para reorganização das colecções e dos serviços." - A entrada em vigor do novo horário a partir do dia 15 de Março de 2010." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Tem a ver com uma alteração de horário da própria Biblioteca, que já foi discutido aqui em sede da Assembleia Municipal, aliás uma proposta do CDS/PP e agora tem que se fazer também esta alteração. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezassete:** Alteração das taxas de ocupação do domínio público previstas na tabela anexa ao Regulamento de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais – Aprovação definitiva. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Informaticamente não é possível aplicar a regra de cálculo estabelecida no art. 53.º n.º 4 do Regulamento Geral de águas de abastecimento e águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis; 2) Não há fundamento legal para proceder à responsabilidade contra-ordenacional no caso das ligações ilegais, por erro material manifesto na elaboração do regulamento, nomeadamente na elaboração da alínea b) n.º 1 do art. 116.º do Regulamento, já que uma ligação indevida ao ramal de água configura uma verdadeira utilização indevida da instalação; 3) O art. 126.º do Regulamento ao estabelecer que em tudo o que o regulamento for omissivo, se aplica a legislação em vigor, aplicável à matéria, torna a integração de lacunas e omissões pouco operacional; 4) Compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar à Assembleia Municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos nºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações; 5) Compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as

posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 6) O projecto de regulamento deve ser submetidos a audiência dos interessados e apreciação pública (art. 117.º e 118.º do CPA), propõe-se: 1) A aprovação da proposta de alteração ao Regulamento geral de águas de abastecimento e águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; Artigo 53.º n.º 4 “No seguimento dos números anteriores, os serviços com facturação indexada à factura da água são calculados sobre o valor de água ao preço correspondente ao primeiro escalão, na percentagem em vigor para as tarifas variáveis fixadas pelo órgão executivo.” Artigo 116.º n.º 1 alínea b) “A danificação ou utilização indevida de qualquer instalação, equipamento, acessório ou aparelho de manobra das canalizações das redes gerais de distribuição de águas e drenagem de águas residuais”; Artigo 126.º- Dúvidas, omissões e direito subsidiário “1. Todas as dúvidas e omissões que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão resolvidas mediante deliberação do Órgão – Câmara Municipal”. 2. Em tudo não especialmente previsto neste Regulamento recorrer-se-á à legislação que se encontra em vigor, aplicável à matéria, a lei geral e os princípios gerais de direito. 2) A submissão da proposta de alteração a audiência dos interessados (art. 117.º do CPA) e a apreciação pública (art. 118.º do CPA); 3) A remessa da mesma para publicação no boletim municipal (art. 118.º do CPA).” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares. =====

===== Esta proposta surge na sequência de uma outra proposta que veio à última Assembleia Municipal, no sentido de se suspender o Regulamento de Taxas no que se concerne à ocupação do domínio público e se proceder à alteração no sentido de se aplicar as mesmas taxas que constavam do anterior regulamento. Veio aqui à última Assembleia Municipal essa proposta de alteração, procedeu-se à discussão pública dessa alteração, não houve quaisquer reclamações e, portanto, para entrar em vigor a partir da próxima semana, conforme a Lei o impõe, vem hoje aqui para aprovação definitiva esta proposta de alteração. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registando pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito:** *Fornecimento de refeições para alunos do 1.º Ciclo e Jardins-de-infância do Concelho para o ano lectivo 2010/2011 – Repartição de encargos orçamentais, em mais do que um ano económico – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, e ao abrigo da competência em mim subdelegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal para realização de despesas até 748.196,85€ (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), de acordo com o Despacho datado de 06 de Novembro de 2009, publicado em Boletim Municipal, e considerando: 1º A Informação Técnica da Divisão de Educação, com Ref.º I/37840/2010, em anexo, com despacho por mim proferido em 21 de Abril de 2010, que refere a necessidade de abertura de um procedimento para fornecimento de refeições para os alunos do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância do Concelho para o Ano Lectivo de 2010/2011, bem como as RQI’s 1268/2010 e 1269/2010; 2º Que o valor total estimado deste fornecimento é de 563.383,80€ (quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e oitenta e três euros e oitenta cêntimos), para um período de vigência de onze meses (Setembro de 2010 a Julho de 2011), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2009 (Setembro a Dezembro) prevê-se uma verba de 215.502,00€ (duzentos e quinze mil, quinhentos e dois euros), para o ano de 2011 (Janeiro a Julho) prevê-se uma verba de 347.881,80€ (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um euros e oitenta cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 3º E que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contracção. Proponho ao órgão executivo, que submeta à autorização do órgão deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 2, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como bem se recordam, no ano lectivo anterior tivemos alguns problemas com este concurso. Estamos agora a fazê-lo de forma atempada, mas para iniciar este procedimento temos de ter esta autorização para a repartição dos encargos, neste caso concreto até ao ano de 2011.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, para fornecimento de refeições nos jardins-de-infância e EBI's do concelho para o ano lectivo de 2010/2011. =====

===== **Ponto dezanove:** Proposta de estabelecimento de prioridade de circulação em Santo António, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a necessidade de implementação de solução para ordenamento do entroncamento da Rua Manuel Alegria com a Rua Conde Santiago de Lobão; a necessidade de adopção de medidas de garante da segurança rodoviária e pedonal; a proposta apresentada na informação técnica I/34939/2010; o disposto na aliena na alínea f) do n.º 2 d art.º 64.º da Lei n.º 169/99, proponho a adopção da solução apresentada, com a aprovação da seguinte sinalização; Sinalização vertical: - seis sinas H7 (passagem para peões); - um sinal B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos); - um sinal C16 (paragem e estacionamento proibidos) com duas placas adicionais uma M19b (excepto cargas e descargas) e uma M4a (10m). Sinalização horizontal: - três marcas M11 (passagem para peões); - sete marcas de linha de paragem; - um símbolo triangular; uma inscrição (STOP); - uma marca M1a (paragem e estacionamento de cargas e descargas); - três conjuntos de raias oblíquas; - marcas M1 (linha contínua); marcas M2 (linha descontínua); - marcas M12 (linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem). Na implementação da sinalização devem ser respeitadas as plantas anexas, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, assim como o Decreto - Regulamentar n.º 22-A/98 de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto - Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Uma introdução inicial que nestas matérias de trânsito todos nós somos um bocadinho especialistas. Temos a nossa opinião pessoal e depois temos que ouvir os técnicos e proceder às alterações. Esta proposta, conforme tiveram oportunidade de ver, foi duas vezes a reunião de Câmara e careceu de explicações técnicas, nomeadamente da utilização de viaturas pesadas, autocarros, a experimentação, ângulo de viragem, estacionamentos e esses esclarecimentos foram todos dados. É importante aqui reconhecer que a actual situação em Santo António não é uma boa situação, ou seja, a lágrima que lá existe não é cumprida, ou seja, toda a gente passa por cima dela, não é respeitada. O que é que importa aqui, para além da

colocação dos sinais de STOP? Importa que a solução que é proposta, não é a colocação de guias ou barreiras muito altas. Porquê? Porque estamos a falar de uma zona de acesso ao hospital e, portanto, é uma zona onde muitas vezes pode haver situação de emergência e se nós colocarmos uma sobre elevação do pavimento, noutra cor, com uma nova textura, ela é dissuasora para o utilizador comum e em caso de emergência pode ser utilizada. Basicamente é esta a proposta, porque a situação que hoje temos em Santo António é uma situação que não agrada a ninguém e é uma situação que coloca até algum perigo, quer na entrada da rua, no trânsito de quem vem do hospital e também quem vem da zona de Lações e corta à esquerda, nomeadamente autocarros para o Parque de La-Salette. Nós discutimos bastante isto em reunião do Executivo e tecnicamente esta é uma solução, que foi a solução encontrada, mas como disse foi objecto de muita discussão, mas julgo que ficará seguramente melhor do que aquilo que está hoje. Mas como vos digo nesta matéria de trânsito é sempre muito complicado, mas pareceu-nos a nós Executivo que esta seria uma boa solução e por isso é que a trazemos à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como disse na última Assembleia, com o risco de me tornar repetitivo sempre que assuntos desta natureza aqui vêm. Assim, o que eu disser neste ponto servirá também para os quatro seguintes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dirijo-me a si, porque acho que o Senhor terá de ser o garante de que as decisões e as deliberações, assim como os compromissos aqui assumidos, terão que ter aplicabilidade e serem cumpridos. A Assembleia Municipal é o Órgão legalmente e legitimamente eleito para fiscalizar as acções da Câmara Municipal. Ora, o que se verifica é que no que à sinalética diz respeito, nem a Câmara instala o que aqui se aprova, nem a Assembleia consegue fazer com que ela cumpra. Senhor Presidente da Assembleia, desta vez peço-lhe a si, a postura de trânsito pois a mesma já foi aqui prometida duas vezes pelo Senhor Presidente da Câmara, mas não consegue cumprir. Para terminar, solicitava à Câmara Municipal, que fiscalizasse e inventariasse todas as decisões com colocação de sinalética que muitas vezes os Senhores Presidentes de Junta tomam como iniciativa e que não produzem qualquer efeito. Se a sinalética fizer sentido e estiver correcta, por favos tragam-na a esta Assembleia para ser aprovada. Obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de prioridade de circulação na Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, entre Oliveira de Azeméis e Santiago de Riba-Ul – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a existência de maior tráfego de atravessamento na ligação Madail/ Santiago de Riba-Ul a Oliveira de Azeméis pela Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, do que a constante no Troço 5; - a compatibilidade e conformidade da solução apresentada na informação técnica I/34858/2010 com a postura municipal aprovada; - o resultado da análise da proposta (I/34919/2010) em Reunião de Câmara de 27 de Abril de 2010; - o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, proponho: A adopção e aprovação da solução técnica apresentada, através da colocação de: Sinalização vertical – No Troço 5 junto da intersecção com a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, deve ser colocado um sinal vertical B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) e um sinal vertical C11a (proibição de virar à direita) com um painel adicional modelo 11e; Na Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, na proximidade do entroncamento com o Troço 5 de ser instalar um espelho parabólico com um diâmetro mínimo de 60 centímetros. Sinalização horizontal – No Troço 5 junto da intersecção com a Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva, deve ser implantada uma marca rodoviária M1 (linha contínua), três linhas de paragem, uma marca rodoviária M11 (passagem para peões) e duas marcas rodoviárias M2 (linha descontínua); - Na Rua Actor Alfredo Ferreira da Silva deve ser implantada uma marca rodoviária M1 (linha contínua) e uma marca rodoviária M2 (linha descontínua). Na implementação da sinalização vertical, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Vou procurar traduzir isto por miúdos, ou seja, estamos a falar da estrada que vem do Carpan e da rua que vai para Madail, para que toda a gente se situe e perceba o que é que está aqui em causa. O que está aqui em causa é colocação de um sinal de STOP para o trânsito que vem do Carpan e que obrigue aí a parar e que no caso de ser uma viatura pesada que venha a fazer esse trajecto, essa viatura pesada se quiser cortar à direita para Madail não tem outra alternativa senão ocupar a faixa de trânsito do outro lado, colocando em perigo quer a marcha dele, quer quem venha no sentido de Madail/Oliveira de Azeméis. A solução encontrada, depois de também grande discussão, foi que a colocação do sinal STOP todos estavam de acordo, mas uma viatura ligeira que não vai ocupar a faixa contrária possa, se quiser ir para Madail, ir à direita; uma viatura pesada, para não colocar em causa, tem que virar à esquerda, dar a volta na rotunda dos Pinho e Ribeiro e seguir para Madail. Esta já é uma segunda proposta, porque a primeira proposta que estava em cima da Mesa era obrigar*

toda a gente a ir à esquerda, toda a gente a ir à rotunda dos Pinho e Ribeiro, sendo certo que um carro ligeiro não coloca nada em perigo, tem o sinal de Stop, pára, percebe que pode entrar e entre e de alguma forma evita alguma conflitualidade de trânsito que existe neste momento nesta zona. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e um:** Proposta de colocação de sinalização vertical e horizontal, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1 - A necessidade de disciplinar o trânsito na zona das Piscinas Municipais, da Praceta da União Desportiva Oliveirense e da Avenida Ferreira de Castro; Propõe-se: a) - A colocação três sinais H1a "Estacionamento autorizado" com placas adicionais M11d "Deficientes", na zona das Piscinas Municipais; b) - A colocação de um sinal H1a "Estacionamento autorizado" com a legenda "Grávidas", na zona das Piscinas Municipais; c) - A marcação de sinalização horizontal respeitante às aléneas anteriores, na zona das Piscinas Municipais; d) - A colocação de dois sinais C15 "Estacionamento Proibido", no espaço reservado à entrada e saída de passageiros, em frente às Piscinas Municipais; e) - A colocação de um sinal B1 "Cedência de passagem", na Praceta da União Desportiva Oliveirense; f) - A colocação de um sinal D1a "Sentido obrigatório", no separador central da Avenida Ferreira de Castro. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98, de 01 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, está descrito na proposta, tem a colocação dos sinais que são descritos, ou seja, a colocação de estacionamento autorizado, a colocação de estacionamento proibido, a cedência de passagem e do sentido obrigatório ali na zona das piscinas municipais, na Praceta da União Desportiva Oliveirense e na Avenida Ferreira de Castro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois:** Proposta de colocação de sinal de Via Pública sem Saída na Rua Aurélio Pinho Costa, freguesia de Santiago de Riba-Ul – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o facto da Rua Aurélio Pinho Costa, freguesia de Santiago de Riba-Ul, não dispor de informação adequada aos condutores de veículos, informação que foi corroborada por informação técnica prestada no I/8663/2010; - a necessidade de adopção de medidas de garante da segurança rodoviária e pedonal; - o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99. Propõe-se: A aprovação da colocação de um sinal vertical de informação - ref.ª H4 - via pública sem saída - junto do entroncamento com a via descendente executada no âmbito do alvará de loteamento n.º 12/96. Na implementação da sinalização vertical, deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um sinal que nos foi pedido, julgo que pela Junta de Freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, mas tem que vir aqui à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e três:** Autorização de local para Cargas e Descargas em Bustelo, freguesia de S. Roque. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o facto de na Rua do Centro Vidreiro, freguesia de S. Roque, já existir baía de estacionamento e de se constatar da necessidade de localização de um lugar destinado a cargas e descargas que auxilie as actividades económicas existentes nas imediações, conforme informação técnica prestada no I/80719/2009; - a necessidade de adopção de medidas de garante da segurança rodoviária e pedonal; - o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99. Propõe-se: A aprovação da demarcação de um lugar de estacionamento destinado a cargas e descargas na Rua do Centro Vidreiro através: a) de localização central face à baía de estacionamento existente; b) pintura de marca rodoviária M14a (estacionamento para cargas e descargas); c) colocação de um sinal vertical H1a (estacionamento autorizado) e com o painel adicional modelo 10b (cargas e descargas). Na implementação da sinalização horizontal e vertical deve

ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto, nomeadamente as dimensões da marca rodoviária cuja planta se anexa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ai livro de actas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Foi um pedido que foi objecto de análise, não sei se a Junta de Freguesia de S. Roque foi ouvida ou não. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bernardo Amaro Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Eu estou plenamente de acordo e acho que esta medida não deve vir sozinha. Foi pena realmente a Junta de Freguesia não ter sido ouvida, eu penso que nunca foi ouvida neste sentido. Estou claramente de acordo, mas como este espaço há pelo menos mais três e nesses mais três estão implantados sinais indevidos, não estão legalizados, alguns estão excessivos para não dizer mais abusivos. Acho que devíamos intervir nisso, a Câmara devia fazer um estudo pelo menos a três espaços iguais a esse: Rua de Samil Norte, Rua das Lagunas Sul e Rua dos Meeirais. Pede-se à Câmara, a Câmara demora muito tempo, os moradores não aguentam e então pressionam-nos e pressionam-nos à medida de cada um. Isto não pode ser, eu gosto mais assim, mas vamos corrigir os que estão mal. Esta urbanização tem quinze anos e este sinal já lá faz falta há muito tempo, nunca pediram à Junta senão a Junta indevidamente se calhar já lá o tinha colocado, como são sinais que não acarretam grande perigo para a comunidade se o colocarmos, a Junta põe mas indevidamente, mas alguns estão abusivos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Só um pequeno esclarecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e a todos os Presidentes de Junta, que é assim: actualmente o que está em vigor é um regulamento de estacionamento para todo o concelho de Oliveira de Azeméis. É que havia o regulamento de estacionamento de duração limitada só aqui para o centro urbano por causa dos parquímetros, mas o que veio aqui à aprovação na última Assembleia Municipal foi o regulamento de estacionamento em todo o concelho, o que significa que todos esses sinais que

são aprovados só no âmbito da respectiva Junta ou Assembleia de Freguesia local, estão todos em infracção. Nós estamos receptivos às propostas que as Juntas nos queiram fazer no sentido de regularizar a sinalização já existente, mas se calhar os Senhores Presidentes de Junta melhor do que nós sabem o que é que tomaram de deliberações ou na Junta ou na Assembleia de Freguesia, no sentido de pelo menos trazermos aqui à Assembleia Municipal a possibilidade de regularização de todos esses sinais em infracção. No fundo é uma sugestão para todos os Senhores Presidentes de Junta. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e quatro:** Designação de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração: - O Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 20/2009, de 13 de Março, no qual é definido o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios; - O n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que extingue as Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI), criadas pela Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, e cria as Comissão Municipais de Defesa da Floresta (CMDF); - O n.º 2 do artigo 3.º-B do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que estabelece que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) tem como principais atribuições: · Articular a actuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica; · Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios que defina as medidas necessárias para o efeito, e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), com o respectivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respectivo plano regional de ordenamento florestal (PROF); · Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional (AFN) projectos de investimento de prevenção e protecção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução; · Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover acções de protecção florestal; · Desenvolver acções de sensibilização da população; · Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afecto a esta missão, para que possa actuar em condições de segurança; · Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e protecção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos

meios de combate; · Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência; · Colaborar na divulgação de avisos às populações; · Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento de Fogo controlado; · Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta contra incêndios. - O n.º 1 do artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 20/2009, de 13 de Março, que define que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) terá a seguinte composição: · Presidente da Câmara Municipal, ou seu representante, que preside; · Um presidente da Junta de Freguesia, designado pela respectiva Assembleia Municipal; · Um representante da Autoridade Florestal Nacional (AFN); · Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., nos concelhos que integram áreas protegidas (não aplicável ao Concelho de Oliveira de Azeméis); · Um elemento das estruturas de comando dos corpos de bombeiros existentes no Concelho; · Um representante da Guarda Nacional Republicana (GNR); · Um representante da Polícia de Segurança Pública (não aplicável ao Concelho de Oliveira de Azeméis, uma vez que esta Força de Segurança não está representada no Município); · Um representante das Organizações de Produtores Florestais (OPF); · Outras entidades e personalidades, a convite do Presidente da Câmara Municipal. Propõe-se: - Que os representantes a seguir mencionados, e que actualmente fazem parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, mantenham as suas funções: - Elemento da estrutura de comando da Corporação de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis: Paulo Jorge Tavares Vitória da Silva; - Elemento da estrutura de comando da Corporação de Bombeiros Voluntários de Fajões: Sr. Manuel Silva; - Representantes da Guarda Nacional Republicana: Cmdt. António Tomé (Posto Territorial de Cucujães); Cmdt. José Lopes Sequeira (Posto Territorial de Oliveira de Azeméis); Cmdt. Artur Ferreira dos Santos (Posto Territorial de Cesar); - Representante da Cruz Vermelha de Cucujães, Sr. Simão José Gomes Ferreira, Presidente do Núcleo da Cruz Vermelha de Cucujães; - Representante da Autoridade Florestal Nacional: Eng.º Manuel Rainha; - Representante da Organização de Produtores Florestais, Associação Florestal do Entre Douro e Vouga: Eng.ª Paulo Fernando Coutinho Machado; - Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, para designação de um Presidente de Junta de Freguesia a integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Oliveira de Azeméis.” =====

===== A Bancada do PSD propôs a nomeação do Senhor Miguel Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz. =====

===== Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação da proposta apresentada, por escrutínio secreto. =====

===== *Após votação por escrutínio secreto, foi eleito o Senhor Miguel Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz, com vinte e seis votos a favor e quinze em branco. =====*

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Silvino Barnabé, Altino Tavares, Leonel Martins e Frederico Bastos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Silvino Barnabé, residente na freguesia de Cucujães. =====*

===== *Boa noite. No ano 2000, foi-me feita a expropriação de um terreno de 413m2. Em 2001, a Câmara Municipal enviou-me uma carta a dizer que o terreno valia mil e setecentos contos. Passados que foram estes dez anos, essa verba nunca me foi paga. No dia 19 do mês passado enviei uma carta para a Câmara a pedir para ser recebido pelo Senhor Presidente ou algum representante e até hoje ainda não recebi resposta nenhuma. Vinha saber o que é que tenho que fazer mais para receber o dinheiro a que tenho direito. Se alguém me pudesse explicar. Era só. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis, que disse: ==*

===== *Boa noite. Venho falar sobre questões que aqui apresentei, sem pretender ofender, ou caluniar quem quer que seja, porque pretendo de alguma forma não alterar a política de poder cumprir o meu direito de cidadão e munícipe, com responsabilidade, com rigor, com simplicidade e com honestidade. Vamos pensar que todos sem excepção, têm direitos e obrigações. V. Exas. não cumpriram ainda com as respostas as questões que aqui apresentei nesta Assembleia e que vou enumerá-las. Na Assembleia de 27/06/2008: Quanto ao corte para cargas e descargas na Rua António Alegria, por dois pilares que não descem, obriga a uma manobra de inversão de marcha e em alguns casos de marcha atrás, muito perigosa e sujeita a graves acidentes. Quem é responsável por essas manobras perigosas? Quem fiscaliza o espaço para cargas e descargas, que para esse fim esta disponível e que esta todo o dia ocupado por viaturas? Onde podemos estacionar para cargas e descargas, sem incorrer a manobras perigosas? Na Assembleia de 29/12/2008: Para além de pedir resposta à questão apresentada na Assembleia de 27/06/2008, questionei sobre o seguinte: relativo aos pilares que não descem e que impedem e dificultam a circulação de veículos ligeiros e pesados nas ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria, caso haja uma emergência a quem pedir responsabilidades? Se existir um incêndio nas Ruas pedonais a responsabilidade pela demora no combate ao incêndio*

e da Câmara ou dos Bombeiros? Se acaso haja necessidade numa emergência médica, nas ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria, pelos Bombeiros ou pelo INEM, quem é responsável pela demora nessa emergência, a Câmara ou os Bombeiros? Se acaso haja necessidade numa rápida intervenção por parte da GNR, devido a distúrbios ou assalto, a pessoas ou bens, nas Ruas bento Carqueja e António Alegria, quem é responsável pela demora nessa intervenção, a Câmara ou a GNR? Na Assembleia de 29/04/2009: Pedi resposta às questões apresentadas nas Assembleias de 27-06-2008 e das questões apresentadas na Assembleia de 29-12-2008. Na Assembleia de 24-11-2009: Pedi resposta às questões apresentadas nas Assembleia de 29-12-2008 e 29-04-2009. Na Assembleia de 30-12-2009, e passo a citar: “Não vou entrar em pormenores relativo às alterações ao trânsito que V. Exas. fizeram nestas ruas e foram muitas, desde o momento que concluíram estas ruas, ditas pedonais. Vou levantar uma questão e mostrar a V. Exas. que tudo e possível fazer, tudo é possível alterar pelo departamento de trânsito desta cidade. Porque é que abriram a pedonal ao trânsito, em frente à Igreja Matriz, no sentido Sul/Norte?” No atendimento ao Município na Câmara Municipal a 26-11-2009, solicitei por requerimento: o Regulamento de Participação dos Cidadãos na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Até hoje não recebi qualquer resposta. Peço ao Senhor Presidente desta Assembleia o referido regulamento. Do balanço que fiz e foram muitas as questões que aqui apresentei, vou realçar apenas uma, sobre as Ruas pedonais. As ruas pedonais desde 2002, foram, são e serão ruas desertas, enquanto não se permitir a circulação de carros, porque quem não e visto não é lembrado. Se as ruas pedonais foram pensadas para os peões, se os peões não usufruem essas ruas, porquê uma rua pedonal? São motivos fortes e válidos para a circulação de viaturas ligeiras nestas ruas, para que Oliveira de Azeméis, possa voltar a ser o que era: uma cidade viva, uma cidade com motivação e dinamismo. Porque, se nada se fizer, se V. Exas. nada fizerem, isto desta maneira não vai a lado nenhum. Morre. O resultado do balanço que fiz é por conseguinte negativo. Senhor Presidente da Câmara, a Rua António Alegria e Rua Bento Carqueja, merece todo o nosso apreço pelas melhorias feitas, mas entrou de tal forma em descrédito, que se V. Exa. nada fizer, estas ruas morrem de tédio. Nesta rua existe uma instituição sem fins lucrativos - Casa Museu Regional, que muito me honra e que devia ser o orgulho de todos os Oliveirenses. O apeio que faço, e que V. Exas. tenham mais atenção com esta Casa Museu. Que a apoiem nas obras de manutenção deste edifício, a necessitar de obras com urgência, antes que haja alguma derrocada. Peço também a V. Exas. Senhores Presidentes, Senhores do Executivo, Senhores da Assembleia, que façam uma visita a esta nossa Casa Museu Regional. Oliveira de Azeméis, os Oliveirenses, a Rua António Alegria, a cultura, a educação, o turismo, os estudiosos, as escolas, as Instituições e todos os que tem necessitado desta Casa Museu para exporem e divulgarem a sua arte, ficarão agradecidos com o vosso apoio. É tudo, obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

=====
Boa noite a todos os presentes. Para começar eu vou dizer que fiquei um bocado desiludido hoje, porque na última Assembleia Municipal trouxe cá um problema, um problema que afecta diariamente inúmeros encarregados de educação, que se dirigem à Escola da Feira dos Onze e alertei para o facto do estacionamento que era feito naquele espaço. Acontece que na altura, pela reacção que o Senhor Hermínio teve, fiquei com a impressão de que ia atender à minha observação. Infelizmente verifiquei que hoje, ao falar nas posturas de trânsito não fizeram referência a esse espaço. Tem uma outra situação, que tem a ver também com as crianças da Feira dos Onze, em que tem lá uma passadeira próximo da Junta de Freguesia, que faz ligação a quem vem da Rua Dr. Salvador Machado e passa o outro lado, onde tem lá aqueles Móveis Couto, não se consegue ver e ela é muito utilizada pelos pais que vêm de cima, como é o meu caso eventualmente. Se fosse possível, se faz favor, quando dessem uma pintadela nas passadeiras, que fosse dada uma prioridade a essa. Uma outra situação, tem a ver com a rua que fica por detrás das piscinas, tem lá um declive enorme junto ao passeio. Em relação ao Senhor Altino, que é muito persistente no marcha atrás e quem é que paga, mas eu acho que o problema não se resolve assim. Eu acho que as ruas pedonais devem ser preservadas, são de se manter, acho que são uma mais-valia para Oliveira de Azeméis. Acho que não é solução, acho que se deve manter, eventualmente o que se devia mudar era o piso, que se calhar não é o mais adequado para se caminhar. Outra questão, para terminar, tem a ver com outro problema, que eu já falei aqui muitas vezes, está para vir o Verão, cada vez se vê mais pessoas a caminhar e uma alternativa para caminhar seria o Parque de La-Salette. E seria maravilhoso as pessoas saírem do centro da cidade e dirigirem-se para o Parque de La-Salette a pé, com o mínimo de segurança. Eu sei que essa é uma medida a médio/longo prazo, não é a tal construção de uma via pedonal, assim como, eventualmente, a construção de passeios na zona do Calvário só será possível quando se fizer o saneamento, tem de ser um trabalho de fundo. Mas eu continuo a insistir se não seria possível tomar-se uma medida provisória que garantisse minimamente a segurança dos peões. Eu já insisti, em ver de ser uma ciclovia, ser qualquer coisa que garantisse minimamente a segurança. Para finalizar eu vou fazer uma intervenção não como Município, mas como fazendo parte de uma comunidade escolar, que é a Escola Secundária Soares de Basto. Há pouco tempo, abriu em frente à entrada principal da Escola Secundária Soares de Basto um estabelecimento comercial, que para abrir teve que ter a autorização de licenciamento da Câmara. Eu não sei qual foi a proposta que ele apresentou, que tipo de estabelecimento que ia abrir, mas eu vou-vos dizer como funciona o estabelecimento comercial, dêem-lhe o nome que quiserem, ele está mesmo à frente à entrada municipal. Os alunos atravessam o portão e vão para lá. É um estabelecimento que vende gomas, onde é possível comprar bebidas, tem uma máquina com bebidas, tem cadeiras para as pessoas se sentarem, tem uma máquina que serve café, tem uns matraquilhos a funcionar, serve hambúrgueres, cachorros e sandes. Eu não sei que nome se vai dar a este estabelecimento. A questão que eu ponho é, não sou eu que ponho, é a comunidade escolar, nomeadamente a Direcção da Escola Secundária Soares de Basto, se o estabelecimento está legal ou não, se houve falha por parte da Câmara em legalizar ou se o

Senhor aldrabou a Câmara e disse que ia fazer uma coisa e fez outra totalmente diferente. Portanto, a comunidade escolar e a direcção da escola agradeciam que analisassem esta questão. Era só, muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Frederico Bastos, residente na freguesia de Carregosa. =====

===== É a primeira vez que faço uma intervenção na Assembleia Municipal, apesar de já a acompanhar ao longo de várias sessões. Serei breve na exposição de três situações que verifiquei como cidadão Oliveirense e acima de tudo como Carregosense. Primeiro ponto: a estrada que liga Carregosa, Fajões e Cesar é uma das vias mais importantes da zona nordeste do nosso concelho, pois une três importantes freguesias, além de ser transitada por centenas de pessoas no seu quotidiano. Apesar dos meus vinte e cinco anos, já não consigo contar pelos dedos da mão as mortes que ocorrem nesta estrada, devido à sua má sinalização e ao piso que ao longo do tempo se degradou acentuadamente. Não é meu objectivo culpabilizar directamente este executivo por estas situações que ocorrem frequentemente, mas julgo ser este o momento e o local para lançar o repto aos Presidentes de Junta aqui presentes, para que se unam para analisar a melhor forma de diminuir tais acontecimentos, pois todos sairemos a ganhar. Segundo ponto: a Via do Nordeste necessita de uma intervenção no que toca à pintura, pois durante a noite é com enorme dificuldade que os condutores identificam e se orientam pelas guias da via. Sei que em reunião de Câmara Municipal, o nosso Executivo negou a repintura da mesma, devido às obras que ocorrem na futura A32. Será esta a melhor atitude? Vamos ser coerentes, a A32 passa a norte de Nogueira do Cravo e a sul de Cesar, penso que pelo menos em Pindelo e em S. Roque, parte de Bustelo, justifica essa pintura. Ponto três: em meados de Março do corrente ano, houve uma denúncia no semanário “Correio de Azeméis” sobre uma tampa de esgoto que tinha sido “roubada” em pleno centro da freguesia de Carregosa. O nosso Vereador, apesar de não estar presente, respondeu, e muito bem, a esse denunciante que “fomos informados pelo Presidente da Junta de Carregosa e na segunda-feira tentamos resolver o problema”. Posso confirmar a veracidade da afirmação, mas alerta que a tampa do referido local dias mais tarde saltou devido à sua má colocação, tendo provocado um acidente num carro ligeiro, em que o cidadão danificou de forma bastante significativa o seu veículo. Finalmente, e depois de tantos percalços, a mesma tampa parece ter mais descanso, mas o alerta ao jornal “Correio de Azeméis”, aproveito para informar feito por mim próprio, não foi apenas para me aproveitar de exigir o saneamento no nosso concelho a 100%, prometido pelo nosso Senhor Presidente, mas sim para alertar de que as coisas nem sempre são bem feitas, mas servem apenas para remediar e afinal acaba-se por se gastar mais do que o previsto. Continuarei atento a estas situações e não quero com isto denegrir ninguém e sinto-me apenas no dever de alertar para tais acontecimentos, a fim de melhorar a minha vida, a vossa vida e a de todos os Oliveirenses. Obrigado. =====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Posto isto, resta-me agradecer a todos, a vossa paciência e o esforço em estar aqui nesta Assembleia. Boa noite a todos e um bom fim-de-semana.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====